



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Bauru



Faculdade de
Arquitetura, Artes,
Comunicação
e Design

DIEGO BERMEJO OBA

**COLONIZAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO:
MOBILIDADE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - 1908 a 1924**

BAURU

2021

DIEGO BERMEJO OBA

**COLONIZAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO:
MOBILIDADE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - 1908 a 1924**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Marta Enokibara

BAURU

2021

O12c

Oba, Diego Bermejo

Colonização japonesa no estado de São Paulo: mobilidade e organização espacial - 1908 a 1924 / Diego Bermejo Oba. -- Bauru, 2021

177 f. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Marta Enokibara

1. colônias japonesas. 2. modelos de colônias japonesas. 3. imigração japonesa no estado de São Paulo. 4. mobilidade. 5. organização espacial. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DIEGO BERMEJO OBA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2021, às 16:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de DIEGO BERMEJO OBA, intitulada **COLONIZAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO: MOBILIDADE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL - 1908 a 1924**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof^a. Dr^a. MARTA ENOKIBARA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof^a. Dr^a. NORMA REGINA TRUPPEL CONSTANTINO (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Prof. Dr. HUMBERTO TETSUYA YAMAKI (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / UEL. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof^a. Dr^a. MARTA ENOKIBARA

Resumo

A historiografia acerca da imigração japonesa no Estado de São Paulo destaca dois períodos: o primeiro tem início no ano de 1908, quando vêm os primeiros japoneses como assalariados para trabalhar nas lavouras de café, subsidiados pelo governo paulista e, em parte, pelos fazendeiros. O segundo tem início em 1925, quando a vinda dos japoneses passa a ser subsidiada pelas companhias de imigração japonesas, até 1941, quando cessou o acordo de cooperação entre os dois países em função da 2ª Guerra Mundial. Neste primeiro período, a partir de 1911, muitos dos trabalhadores se tornaram pequenos proprietários de glebas, em empreendimentos organizados pelas companhias colonizadoras japonesas ou por iniciativa particular, em diferentes regiões do estado de São Paulo. O mapeamento destas colônias japonesas neste primeiro período (1908 a 1924) é o objetivo da presente dissertação. Especificamente procura-se entender a mobilidade espacial dos japoneses no Estado de São Paulo; a verificação da sua correlação com o sistema ferroviário; os modelos de implantação das colônias; a estrutura sócio-espacial e as espécies cultivadas. O levantamento do material deu-se, em um primeiro momento, através de Arquivos e Museus e, em um segundo momento, frente à pandemia Covid-19, fundamentalmente através de fontes secundárias disponíveis *online*. Para o mapeamento, utilizou-se o *software* livre Q-GIS, sobrepondo a rede ferroviária e as colônias japonesas que puderam ser identificadas, além de outros mapeamentos, visando contribuir para os objetivos a serem alcançados.

Palavras-chave: colônias japonesas, modelos de colônias japonesas, ferrovias paulistas

Abstract

The historiography about Japanese immigration in São Paulo has two periods. The first one begins in 1908, when Japanese were hired to work in the coffee plantations, funded by both the government of the state and the farmers; and the second period, from 1925, when the Japanese started to be financed by the Japanese immigration companies, to 1941, when the cooperation agreement between the two countries ceased due to the Second World War. In the first period, starting in 1911, a lot of workers became small owners of tracts, in enterprises organized by the Japanese colonizing companies or by private initiative in different regions of São Paulo state. The mapping of these Japanese colonies in this first period (from 1908 to 1924) is the goal of this essay. Specifically, it seeks to understand the Japanese people mobility into São Paulo state's; the interconnection of it with the railway system; the settlements implantation models; the social-spatial structure and the cultivated species. The material survey took place at first through Archives and Museums and, at a second moment, due to the Covid-19 pandemic, fundamentally through secondary sources available online. For the mapping, the free software Q-GIS was used, overlapping the maps of the railroad system and the Japanese territory that could be identified, besides another mappings aiming to contribute to the purposes to be reached.

Key words: Japanese colonies, Japanese colonies models, São Paulo railways

***Aos meus pais, exemplos de amor,
à minha família, todo meu “mamoro”.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da FAAC-Bauru, a todos os seus funcionários que me acolheram desde a época de aluno especial. A todos os alunos no PPGARQ, em especial, Daniel, Mateus, Fabrício, Lucas, Mariana, Laís, Adélia, Gardênia, Maria Fernanda, Cláudio. Aos Professores Nilson, Eduardo, Evandro, Dalva Ferrari e tantos outros que recém ou de longa data acreditaram que fosse possível concluir esta importante etapa. A Professora Norma Reginal Truppel Constantino e ao Professor Humberto Yamaki na composição da banca de qualificação e defesa desta dissertação, grato pelas informações e direcionamento para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, nas figuras das Senhoras Lídia Yamashita, a senhora Inieco e ao senhor Eduardo Kobayashi pela cordial recepção no Museu e todo o seu acervo.

Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), ao Acervo de Núcleo Cartográfico do Estado de São Paulo e ao senhor Élzio pela disposição em seu atendimento.

Ao Centro de Estudos Nipobrasileiros, em especial a senhora Megume.

A Associação Agrícola Esportiva Hirano, em especial ao senhor Fábio Yamashita.

Ao Kaíque Arijí, pelas traduções e interpretações de importantes documentos da pesquisa.

A Família Horie, a Família Iukawa, as Igrejas Tenrikyo de Duartina, ao Kaikan Duartina.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), pela bolsa concedida em seu programa.

As instituições que me acolheram enquanto docente em seus programas de pós graduação, ao SENAC Rio Preto, a UNISAGRADO de Bauru e aos amigos que por lá fiz.

Ao pessoal do curso de Design e Radio TV e Internet da UNESP de Bauru, enquanto estágio docente supervisionado. A Professora Renata Cardoso Magagnin, do curso de Arquitetura e Urbanismo, onde realizei estágio docente.

E, por fim, meu agradecimento à minha orientadora, Profa. Dra. Marta Enokibara, pelo seu comprometimento com o programa e com a vida acadêmica do aluno brasileiro.

Obrigado a todos!

人深く
居りて花咲く
珈琲園
念腹の句
如空かく

Gente de fibra

Faz flores florescerem

Lá no cafezal

Haiku Nempuku Sato, anos 1930

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sr. Ryo Mizuno ainda no Japão.....	30
Figura 2 – Sr. Ryo Mizuno já estabelecido no Brasil.....	30
Figura 3 – A origem dos imigrantes japoneses da primeira leva (1908).....	29
Figura 4 – Itinerário de viagem da primeira leva dos colonos imigrantes japoneses ao Brasil.....	32
Figura 5 – O Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil.....	34
Figura 6 – O Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil.....	34
Figura 7– O Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil.....	34
Figura 8 – O Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil.....	34
Figura 9 – Colonos japoneses pioneiros partindo do Porto de Santos rumo a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.....	35
Figura 10 – Colonos japoneses pioneiros partindo do Porto de Santos rumo a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.....	35
Figura 11 – Imigrantes japoneses na Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo...	38
Figura 12 – Imigrantes japoneses na Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo...	38
Figura 13 – Relatório SACOP 1908 - Imigração japonesa – Quantidade de pessoas enviadas às empresas e suas respectivas fazendas.....	39
Figura 14 – Colonos pioneiros nos cafezais paulista.....	40
Figura 15– “A Colheita de Café”. Quadro de Tomoo Handa (1955).....	41
Figura 16 – “Mapa do Estado de S. Paulo indicando a posição das colônias existentes e em projeto” (1908).....	42
Figura 17 – Mapa do Estado de São Paulo indicando a localização atual dos municípios onde estavam as seis fazendas de destino da primeiraleva de imigrantes japoneses no Brasil (1908).....	45
Figura 18 – Estação Canaã.....	46
Figura 19 - Localização no mapa do estado de São Paulo da linha Mogiana, Estação Canaã (em vermelho).....	46
Figura 20 – Recepção à frente da Estação Itu em 1906.....	48
Figura 21 – Localização da E. F. Sorocabana no mapa do estado de São Paulo.....	48
Figura 22 – Mapa com a localização atual do município de Pradópolis (3), onde se inseria a Fazenda São Martinho e ferrovia Paulista (em vermelho), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	49

Figura 23 – Localização da linha da Companhia Paulista Estrada de Ferro no mapa de São Paulo.....	49
Figura 24 – Japoneses na sede da Fazenda Guatapará.....	51
Figura 25 – Trem junto à estação Guatapará, na década de 1930.....	52
Figura 26 – Localização da linha da Mogiana no mapa do estado de São Paulo (em vermelho).....	52
Figura 27 – Moeda utilizada para compra de mantimentos no armazém da Fazenda Guatapará.....	53
Figura 28 – Casa dos colonos na Fazenda Guatapará.....	54
Figura 29 – Trecho da linha férrea que passava pelos cafezais da Fazenda Dumont.....	56
Figura 30 – Localização da linha da Cia Mogiana no mapa de São Paulo.....	56
Figura 31 – Estação Treze de Maio.....	58
Figura 32 – Localização da linha da Estrada de Ferro Sorocabana no mapa do estado de São Paulo, em vermelho.....	58
Figura 33 – Movimentação de carga de café no Porto de Santos, início século XIX.....	63
Figura 34 – Exemplo do tipo Ijuchi, loteamento japonês em Registro- SP.....	89
Figura 35 – Loteamento japonês em Alvares Machado - SP, do tipo Shokuminchi (Colônia Brejão).....	90
Figura 36 – Loteamento japonês em Bastos-SP	91
Figura 37 – Componentes Básicos dos Núcleos Rurais Japoneses; Mapeamento das Colônias Shokuminchi nas terras da CNTP; Modelo de Estruturação de Assentamento Planejado de Companhia de Colonização Japonesa	93
Figura 38 – Porto Grande de Iguape, década de 1920.	96
Figura 39 – Festividades no bairro de Jipovura.....	96
Figura 40 – Foto das 17 famílias, de um total de 20 que chegaram na Colônia Katsura, em 09/11/1913.....	97
Figura 41 – Exemplar remanescente de moradia na Colônia Registro (família Shimizo).....	97
Figura 42 – Desmatamento para implantação da colônia Sete Barras.....	98
Figura 43 – Moradias dos imigrantes na Colônia Aliança.....	100
Figura 44 – Moradores na Colônia Aliança II.....	101
Figura 45 – Estudantes posando para foto na Colônia Aliança III (1937).....	101
Figura 46 – Estudantes na Colônia Tietê, década de 1930.....	102
Figura 47 – Plantadores de batata na Colônia Juqueri.....	107

Figura 48 – Propriedade na Colônia Moinho Velho.....	107
Figura 49 – Família na Colônia Nipônica de Itaquera.....	108
Figura 50 – Família na Colônia Mogi das Cruzes.....	108
Figura 51 – Agricultores na Colônia Bai-Bem	110
Figura 52 – Plantação de algodão na Colônia Brejão.....	110
Figura 53 – Croqui de localização da Colônia Brejão.....	111
Figura 54 – Plantações na Colônia Coqueiro.....	112
Figura 55 – Residência na Colônia Água Limpa.....	114
Figura 56 – Prática de esportes pelos jovens da Colônia Tokyo.....	115
Figura 57 – Escola primária na Colônia Hirano.....	116
Figura 58 – Agricultores na Colônia Barbosa.....	116
Figura 59 - Plantação de Algodão na Colônia Uetsuka.....	117
Figura 60 – Trabalhadores na Colônia Uetsuka II.....	118
Figura 61 – Plantação de café na Colônia União.....	118
Figura 62 – Trabalhadores japoneses na lavoura de algodão.....	119
Figura 63 – A Colônia Servão.....	120
Figura 64 – Censo da Colônia Japonesa no Brasil, elaborado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, no ano de 1958.....	127
Figura 65 – Região da Borda do Planalto- Maior concentração de japoneses no ano de 1915.....	131
Figura 66 – Região do Litoral - Maior concentração de japoneses no ano de 1915.....	132
Figura 67 – Região da Noroeste - Maior concentração de japoneses na década de 1930..	133
Figura 68 – Região da Sorocabana - Maior concentração de japoneses na década de 1940.....	134
Figura 69 – Região da Alta Paulista - Maior concentração de japoneses na década de 1930.....	134
Figura 70 – Mapa com a concentração de Imigrantes Japoneses no estado de São Paulo (1926) - Mapa produzido pela Companhia de desenvolvimento Ultramarina (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - K.K.K.K.).....	139
Figura 71 – Legenda do Mapa de concentração de Imigrantes Japoneses no estado de SP 1926 – K.K.K.K.....	140
Figura 72 – Ilustração do trajeto marítimo realizado entre o Japão e o Brasil no Mapa de Concentração de Imigrantes Japoneses no estado de SP 1926 – K.K.K.K.....	141

Figura 73 – Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926.....	142
Figura 74 – Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926.....	142
Figura 75 – Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926.....	143
Figura 76 – Carta relatando o acordo entre o governo paulista e a Tokyo Syndicate.....	146
Figura 77 – Mapa de localização dos três núcleos formadores da Colônia Iguape, situada na bacia do Rio Ribeira.....	147
Figura 78 – Planta Parcial do Estado de São Paulo- Litoral Sul.....	151
Figura 79 - A Colônia Iguape em observância aos decretos Federal e Estadual de 1907..	153
Figura 80 – Fragmentos do diário de Fumihide Okubo, 1938.....	154
Figura 81 – Croqui da implantação original da Colônia. Diário de Fumihide Okubo, 1938..	156
Figura 82 – Mapa Ilustrativo da Colônia Hirano, produzido pela senhora Taneko Yamashita, aproximadamente em 1922.....	157
Figura 83 – Croqui da Colônia Hirano em sua fase inicial - Diário de Fumihide Okubo, 1938.....	158
Figura 84 – Residência provisória estabelecida em um lote rural da Colônia Hirano – Família Yamashita.....	159
Figura 85 – Escola Ensino Fundamental da Colônia Hirano.....	158
Figura 86 – Croqui do Complexo de Ensino Fundamental da Colônia Hirano.....	160
Figura 87 – Oterá da Colônia Hirano.....	160
Figura 88 – Lavoura de algodão da Colônia Hirano	161
Figura 89 – Relação dos pagadores e devedores dos lotes rurais da Colônia Hirano em 1917.....	162
Figura 90 – Rio Três Barras na Colônia Hirano.....	163
Figura 91 - A Colônia Hirano em observância aos decretos Federal e Estadual de 1907...	165
Figura 92 - A Colônia Hirano na atualidade.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fazendas de destino para da primeira leva de imigrantes japoneses.....	39
Quadro 2 – Fazendas de destino da segunda leva de imigrantes japoneses (1910).....	61
Quadro 3 – Colônias Ijuchi no Estado de São Paulo (1913 a 1929).....	94
Quadro 4 – A Colônia Ijuchi de Iguape e suas três sessões.....	95
Quadro 5 – As Colônias Ijuchi localizadas na Região da Noroeste.....	99
Quadro 6 – Colônias Shokuminchi no Estado de São Paulo (1911 a 1929).....	105
Quadro 7– Relação das Colônias Shokuminchi localizadas na região do Município de São Paulo (1911-1922).....	106
Quadro 8 – As Colônias Shokuminchi localizadas na região da Sorocabana.....	109
Quadro 9 – As Colônias Shokuminchi localizadas na região da Mogiana.....	112
Quadro 10 – As Colônias Shokuminchi implantadas na Região da Noroeste.....	114
Quadro 11 – Quadro comparativo do número de imigrantes em 1917 e 1930.....	150
Quadro 12 – Artigos analisados do Decreto Federal, quanto a fundação das Colônias Iguape e Hirano.....	152
Quadro 13 – Artigos analisados do Decreto Estadual, quanto a fundação das Colônias Iguape e Hirano.....	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do Estado de São Paulo indicando a localização atual dos municípios onde estavam as seis fazendas de destino da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil (1908).....	44
Mapa 2 – Mapa com a localização atual do município de Ribeirão Preto (1), onde se inseria a Fazenda Canaã e ferrovia Mogiana (em azul) – Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	45
Mapa 3 – Mapa com a localização atual do município de Itua (2), onde se inseria a Fazenda Floresta e a ferrovia Itua (em verde), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	47
Mapa 4 – Mapa com a localização atual do município de Pradópolis (3), onde se inseria a Fazenda São Martinho e ferrovia Paulista (em vermelho), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	49

Mapa 5 – Mapa com a localização atual do município de Guatapar (4), onde se inseria a Fazenda Guatapar e ferrovia Paulista (em vermelho), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	51
Mapa 6 – Mapa com a localização atual do município de Dumont (5), onde se inseria a Fazenda Dumont entre as ferrovias Paulista (em vermelho) e a Mogiana (em azul), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	56
Mapa 7– Mapa com a localização atual do município de São Manoel (6), onde se inseria a Fazenda Sobrado e a ferrovia Sorocabana (em lilás), Limites dos Municípios Atuais (em cinza).....	57
Mapa 8 – As 06 Fazendas de café da Primeira leva (1908).....	66
Mapa 9 – As 17 Fazendas de café da Segunda leva (1910).....	66
Mapa 10 – As Fazendas de café da Primeira e Segunda leva de imigrantes japoneses no estado de São Paulo.....	67
Mapa 11 – Mapa do Estado de São Paulo – Colônias do Império, Porto de Santos e Ferrovias.....	76
Mapa 12 – Mapa do Estado de São Paulo – Colônias do Estado, Ferrovias e Porto de Santos.....	78
Mapa 13 – Mapa do Estado de São Paulo – Colônias do Estado, Campos de Experiência, Ferrovias e Porto de Santos.....	84
Mapa 14 – Mapa do Estado de São Paulo – Colonização Oficial, Campos de Experiência, Fazendas de Café da primeira e segunda leva de colonos japoneses, Ferrovias e Porto de Santos.....	87
Mapa 15 – Colônias Ijuchi no Estado De São Paulo.....	104
Mapa 16 – Colônias Shokuminchi no Estado De São Paulo (1913 a 1929).....	121
Mapa 17 Colônias Shokuminchi e Ijuchi no Estado De São Paulo (1912 a 1929).....	123
Mapa 18 – Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo.....	129
Mapa 19 – Localização do Imigrante Japonês em São Paulo (1926).....	129
Mapa 20 – Mapa do Estado de São Paulo com a localização atual dos municípios da Colonização Oficial, Fazendas de Café dos pioneiros, Colônias Japonesas e ferrovias (1908-1924).....	173

LISTA DE ABREVIATÖES

MHIJB – Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

KKKK - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Kaiko)

SACOP – Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

SDMS – Serviço de Distribuição de Mud as e Sementes

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CEFNOB – Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	17
1.1. Justificativa	19
1.2. Objetivos	19
2. METODOLOGIA	
2.1. Delineamento da pesquisa	21
2.2. Fontes e instrumentos de coleta de dados	21
2.3. Técnicas para elaboração dos mapas	24
2.4. Tratamento e análise dos dados	24
CAPITULO 1: DO JAPÃO AO BRASIL	
3.1. Contexto da imigração japonesa e o Brasil como opção	27
3.2. Pioneiros nas fazendas de café (1908 e 1910)	35
3.3. Conclusões Capítulo 1	68
CAPITULO 2: MAPEAMENTO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS PAULISTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS NÚCLEOS OFICIAIS E AS COLÔNIAS JAPONESAS	
4.1. A Colonização Oficial do Governo do Estado de São Paulo	
4.1.1 A Legislação Estadual e Federal quanto aos núcleos coloniais	70
4.1.2 Mapeamento dos Núcleos Coloniais Estaduais e Federais	74
4.2. Colônias Japonesas identificadas no Estado de São Paulo (1911 a 1924)	
4.2.1. Os modelos de Colônias Japonesas	88
4.2.2. Mapeamento das Colônias Japonesas identificadas no Estado de São Paulo por regiões (1911 a 1924)	94
4.3. Conclusões Capítulo 2	125
CAPITULO 3: AS COLÔNIAS JAPONESAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: mobilidade e organização espacial	
5.1. Mobilidade: análise do mapeamento das Colônias Japonesas identificadas (1911 as 1924) com relação ao Censo de 1958 e o mapeamento da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha de 1926	127
5.2. Organização espacial: análise tendo como estudos de caso a Colônia Iguape (modelo Ijuchi) e a Colônia Hirano (modelo Shokuminchi)	144
5.3. Conclusões Capítulo 3	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
FONTES PRIMÁRIAS	174
DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS	174
FONTES SECUNDÁRIAS	174
SITES CONSULTADOS	178

INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A motivação para o início desta pesquisa se deu pelo desejo de estudar a imigração japonesa no estado de São Paulo e, particularmente, no interior paulista. Sendo o autor residente na cidade de Duartina (SP) e descendente desta cultura implantada no Brasil, o anseio era compreender como se deu a história dos seus ancestrais mais próximos, uma vez que as informações advindas de familiares e outros descendentes locais foram se perdendo ao longo dos anos. O retorno à cidade natal após um período de vinte anos, também contribuiu para aflorar a intenção de investigar a imigração japonesa para o Brasil.

O ingresso como aluno especial no ano de 2018, na disciplina Cidade e Paisagem, sob responsabilidade da Profa. Dra. Norma Regina Truppel Constantino, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru, mostrou-se como uma possibilidade para dar andamento a este anseio. Como trabalho final da disciplina, investigou-se uma colônia japonesa que existiu no município de Duartina-SP. Em pesquisa de campo, identificou-se que há apenas uma única família remanescente que reside na mesma casa dos pioneiros e também dedicando-se à produção rural. Encontrou-se poucos registros materiais e documentais, mas ricos depoimentos, o que motivou o ingresso no mestrado com a perspectiva de dar andamento à temática de estudo.

Já como aluno regular do mestrado, no ano de 2019, outros questionamentos vieram à tona, não só pela escassez de material referente à colônia japonesa de Duartina, mas também pela intenção de estudar o contexto que gerou a implantação desta e outras colônias no interior paulista. Onde se localizavam as demais colônias japonesas? Quando foram implantadas? Existia diferenças entre elas? Como se deu este processo de imigração dos japoneses para o estado de São Paulo? Por que o Brasil, um país de culturas, costumes e paisagens tão distintos do Japão?

A partir do levantamento de fontes sobre o tema identificou-se uma vasta produção bibliográfica acerca da imigração japonesa, desde as publicações comemorativas dos 50, 80 e 100 anos da imigração japonesa no Brasil; a documentação oficial dos governos do estado de São Paulo (Relatórios da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas) e do Japão (como o Censo de 1958); a documentação no Museu Histórico da Imigração Japonesa, além de vários artigos, livros, dissertações e teses sob diferentes enfoques.

Neste conjunto, a historiografia da imigração japonesa no estado de São Paulo destaca dois períodos: o primeiro, inicia no ano de 1908, quando oficialmente chegaram os primeiros japoneses contratados como assalariados para trabalhar nas lavouras de café, subsidiados pelo governo paulista e, em parte, pelos fazendeiros, até 1922, quando o subsídio foi cessado em função da superprodução cafeeira (Almeida, 2012). Em 1924 o governo japonês assume o subsídio das passagens, ainda que o próximo envio de imigrantes nipônicos se desse somente um ano depois, mantendo o seu projeto colonizador no envio de seus nacionais para o Brasil, especificamente para o estado de São Paulo. Assim, o segundo período iniciou-se em 1925, quando a vinda dos japoneses passou a ser subsidiada pelas companhias de colonização japonesas, sob a tutela do seu governo, até 1941, quando se encerrou o acordo de cooperação entre os dois países em função da 2ª Guerra Mundial (Saito, 1961).

Observa-se o dinamismo deste período inicial da imigração japonesa para o estado de São Paulo, iniciado em 1908 com o envio da primeira leva e com a segunda leva, em 1910, ainda como colonos assalariados, e, já a partir de 1911, como pequenos proprietários de terras, amparados pela organização de companhias colonizadoras japonesas ou por iniciativa particular em diferentes regiões do Estado de São Paulo.

1.1. Justificativa

Ainda que haja uma vasta quantidade de informações acerca do processo colonizador e trabalhos pontuais sobre antigas colônias japonesas e algumas cidades originadas destas, entendeu-se a necessidade de se realizar um mapeamento da ocupação das terras paulistas, por estes imigrantes, desde a sua chegada nas fazendas cafeeiras (1908) e o mapeamento das suas colônias fundadas até 1924. Procura-se, assim, apresentar um panorama da ocupação realizada pelo imigrante japonês no Estado de São Paulo, aferindo sua mobilidade e sua organização espacial.

1.2. Objetivos

Os objetivos a serem alcançados estão estruturados nos itens subsequentes. As fontes e instrumentos de coleta estão especificados no próximo item.

Mapeamento das fazendas para onde se dirigiram os trabalhadores japoneses na primeira (1908) e segunda (1910) vinda de imigrantes: a intenção deste levantamento foi

identificar onde estavam localizadas essas fazendas e se houve a posterior implantação de colônias japonesas próximas a estas fazendas.

Mapeamento das colônias japonesas no Estado de São Paulo no período de 1911 a 1924: o objetivo foi mapear as colônias japonesas neste período, aferindo suas localizações em relação à malha ferroviária e sua proximidade em relação à outras cidades ou núcleos coloniais implantados pelo Estado. O objetivo específico foi aferir uma correlação existente entre esses elementos.

Mapeamento da rede ferroviária do período: a intenção foi verificar a inter-relação das colônias japonesas com o sistema ferroviário paulista, verificando a posição em que se encontravam as ferrovias em cada período e a data da implantação das colônias japonesas.

Mapeamento dos núcleos coloniais do estado: os núcleos coloniais oficiais do estado começaram a ser implantados pelo governo paulista no ano de 1890 até 1911, e retomados, posteriormente, somente na década de 1930 (PAIVA, 2013). Este período é, portanto, anterior à implantação das primeiras colônias japonesas, e diante deste contexto, o objetivo foi aferir, primeiramente, uma proximidade entre os núcleos coloniais oficiais do estado e a distribuição dos imigrantes japoneses. Procurou-se aferir também, se houve uma correlação no cumprimento de diretrizes da legislação vigente sobre a criação de Núcleos Coloniais Oficiais, na implantação de dois estudos de caso, o da Colônia Iguape e da Colônia Hirano.

Os modelos de colônias implantados: Dezem (2011) identificou dois modelos de colônias japonesas implantadas no Brasil: o modelo “Ijuchi”, implantado pelas empresas de colonização e o modelo “Shokuminchi”, implantado por iniciativa particular. O objetivo foi aferir as semelhanças e diferenças entre os dois modelos.

A estrutura sócio-espacial: Yamaki (1997) estudou detalhadamente as colônias japonesas implantadas no Paraná pela empresa colonizadora japonesa BRATAC, que atuou igualmente no Estado de São Paulo. Neste estudo identificou que a estrutura sócio-espacial do traçado era composta por um núcleo central formado por uma “praça rural” e edifícios de uso coletivo: o *kaikan*¹ e a escola. Ao redor deste núcleo é que se dispunham os lotes rurais.

¹ Kaikan: Kai (reunião) e Kan (prédio), são pequenos clubes de bairros das colônias japonesa, onde são desenvolvidas atividades sociais, esportivas e culturais. Fonte: <http://www.metodista.br/rronline/noticias/entretenimento/pasta-3/kaikans-no-abc>, acessado em: 12/08/2020.

O objetivo foi identificar se esta estrutura também foi adotada nas Colônias no Estado de São Paulo.

2. METODOLOGIA

2.1. Delineamento da pesquisa

O arco temporal definido para estudo, de 1908 a 1924, tem como referência os estudos do sociólogo Hiroshi Saito (1961), e é considerado como uma fase experimental do povo japonês em terras brasileiras. Em 1908 os japoneses chegaram ao Brasil para trabalhar como colonos assalariados nas fazendas de café do interior paulista. Em 1910, a segunda leva de imigrantes também vem para o trabalho nos cafezais, e, a partir de 1911, o fluxo destes trabalhadores para as fazendas se manteve, mas de forma decrescente, em meio à possibilidade da aquisição de pequenas propriedades rurais.

No ano de 1922, o governo do Estado de São Paulo suspendeu o seu subsídio em função da superprodução cafeeira (Almeida, 2012). Sakurai (1995) aponta que, nesse período, o Brasil era um dos poucos países a receberem os imigrantes japoneses em massa, pois, em 1924, o Peru proibiu a entrada de japoneses em seu território, assim como os Estados Unidos, em 1925.

Ainda de acordo com Saito, a partir de 1925, iniciou-se a segunda fase da imigração japonesa no Brasil, considerada como a de maior intensidade, agora com os imigrantes sendo subsidiados pelo governo nipônico. O fim desta segunda fase se deu com o rompimento das relações entre o Brasil e o Japão, em função da Segunda Guerra.

A definição deste arco temporal também foi influenciada pela situação de isolamento e das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia da COVID 19, que suspenderam o acesso aos arquivos físicos de importantes instituições, museus e bibliotecas. Ainda que tenha sido realizada parte das pesquisas a estas instituições de forma presencial, havia a necessidade de retornar a estes locais para dar continuidade às pesquisas, que foram interrompidas frente às restrições impostas pela pandemia.

2.2. Fontes e instrumentos de coletas de dados

O mapeamento das colônias japonesas neste primeiro período da imigração japonesa no Brasil é uma tarefa difícil, dada a quantidade de exemplares implantados, muitos não mais existentes; a abrangência territorial e a escassez e/ou dificuldade de acesso aos documentos principalmente pela fase de isolamento social que se encontra o

país desde março de 2020. Neste sentido, muitos dos materiais foram complementados através de fontes secundárias disponíveis *online*.

A seguir são expostos as fontes e os instrumentos de coletas dos dados para atingir os objetivos anteriormente descritos.

Mapeamento das fazendas para onde se dirigiram os trabalhadores japoneses na primeira (1908) e segunda (1910) vinda de imigrantes

As fazendas para onde se dirigiram os imigrantes japoneses na primeira corrente imigratória (1908) foram identificadas através do Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP) do Governo do Estado de São Paulo referente ao ano de 1908. Neste Relatório consta a relação de fazendas, a empresa vinculada à fazenda e a quantidade de pessoas enviadas para os cafezais.

Handa (1987) identificou o nome das estações que serviam as fazendas. Em posse dessa informação, recorreu-se ao *site* Estações Ferroviárias² para identificar a cidade onde cada estação estava situada. Assim, pode-se identificar não a fazenda propriamente dita, mas o município onde atualmente está ou estava situada.

Para identificar as fazendas da segunda leva de imigrantes (1910), o procedimento foi o mesmo, sendo que as informações iniciais sobre as fazendas e respectivas estações foram coletadas através de Handa (1987).

Mapeamento das colônias japonesas no território paulista no período de 1911 a 1924

O mapeamento inicial das colônias japonesas no período de 1911 a 1924 se deu através das informações presentes na Exposição Permanente do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB) e na Exposição Virtual da *National Diet Library* (Biblioteca do Parlamento Japonês). Sobre as colônias, há vários trabalhos pontuais realizados e que foram cotejados na pesquisa bibliográfica: sobre a colônia de Registro (HIJIOKA, 2016); em Cruzeiro (RADIN, 2006); em Álvares Machado (SOUZA, 2003); em Presidente Prudente (VILIONE, 2017; SOUSA, 2010; SOUSA, 2019); na região da Alta Sorocabana (SOUSA, 2007); em Pereira Barreto (ENNES, 2000; CHOMA, 2009; BRUNO, 2019); em Bastos (MITA, 1999); em Álvares Machado (TAKENAKA, 2003) e em Iguape (PAIVA, 1993).

² <http://www.estacoesferroviarias.com.br>

Foram encontradas informações parciais sobre 21 colônias japonesas, das quais 17 pertencem ao arco temporal definido para esta pesquisa.

Mapeamento da rede ferroviária

O levantamento preliminar da rede ferroviária paulista foi realizado através da identificação das linhas ferroviárias presentes no mapa de 1926, elaborado pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK). A partir desta identificação, verificou-se a sua localização na base cartográfica virtual do IBGE, para sua devida demarcação nos mapas produzidos. No entanto, muitos entroncamentos e linhas adjacentes não mais encontram-se demarcados, por estarem inutilizados ou por já terem sido retirados. Para a reconstrução de alguns trechos, utilizou-se as informações com o “Mapa de 1900 do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo”, pertencente ao Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Quanto à identificação do trajeto e ao período de construção de cada ferrovia (Araraquarense, Noroeste, Paulista e Sorocabana), foi utilizada a cartografia produzida por Langenbuch (2011), bem como Schiavon (2015). O objetivo foi identificar se as ferrovias estavam presentes anteriormente ou posteriormente à implantação das colônias japonesas identificadas.

Mapeamento dos núcleos coloniais do estado

De acordo com Paiva (2013), desde o período imperial houve a implantação de núcleos coloniais que tinham como objetivo a ocupação das terras disponíveis, a proteção das divisas e a dinamização da econômica com o desenvolvimento de novas culturas. Assim, através do mapa “Localização da Colonização Oficial em São Paulo”, produzido por Gagliard, de 1958, identificou-se a presença de 39 colônias implantadas no estado de São Paulo, sendo 17 criadas pelo governo imperial, 14 pelo governo estadual e 2 pelo governo federal.

Os modelos de colônias implantados

Esta classificação das colônias japonesas encontra-se expressa na exposição permanente do MHIBJ, bem como nos estudos de Dezen (2011), que apontam as suas diferenças de acordo com as características de sua implantação e desenvolvimento.

A estrutura sócio-espacial:

Com a análise dos dois estudos de caso, as Colônias Iguape e Hirano, buscou-se identificar características de implantação destes empreendimentos, correlacionando-os ao material produzido por Yamaki (1997) quanto à estrutura espacial das colônias implantadas no Paraná.

2.3. Técnicas para elaboração dos mapas

A partir das fontes e instrumentos especificados no item anterior, os dados relativos às ferrovias, os municípios atuais onde se localizavam parte ou a totalidade das fazendas, das colônias japonesas e dos núcleos coloniais do estado foram inseridos no *software* livre Q-GIS (3.16)³.

A base cartográfica utilizada foi a que se encontra disponível no Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000⁴, com arquivos temáticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁵.

Para o desenho das linhas ferroviárias, utilizou-se como base o “Mapa de Infraestrutura de Transportes de 2005”, disponível no site do IBGE. Como alguns entroncamentos e linhas adjacentes não foram identificadas por não mais estarem em uso, ou não mais existirem, sobrepos-se a essa base o “Carta Geral do Estado de São Paulo”, produzido pela Comissão Geográfica e Geológica, em 1910⁶.

Para a localização das fazendas (primeira e segunda leva de imigrantes em 1908 e 1910), núcleos coloniais e colônias japonesas, foram mapeados os municípios onde estes atualmente estariam inseridos ou parcialmente inseridos. A base utilizada foi Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000, com arquivos temáticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁷.

2.4. Tratamento e análise dos dados

Há dois documentos fundamentais para se entender a espacialização e a mobilidade da colonização japonesa no estado de São Paulo neste período: 1. O mapa de 1926 (Fig.

³ Disponível no site: https://www.qgis.org/pt_BR/site/forusers/download

⁴ Disponível no site: <http://www.sirgas.org/pt/sirgas-realizations/sirgas2000/>

⁵ Disponível no site: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>

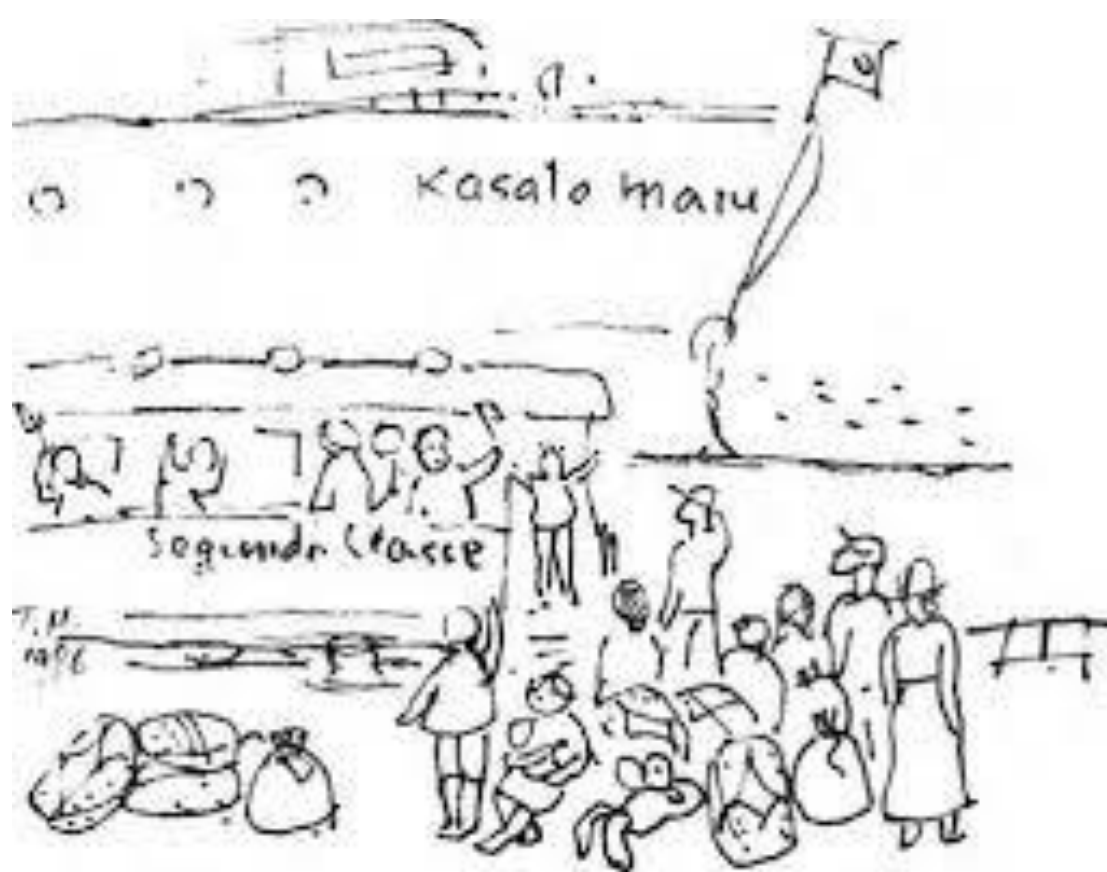
⁶ Disponível no site: <https://journals.openedition.org/confins/12809>

⁷ Disponível no site: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>

00), elaborado pela Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), que ilustra as linhas ferroviárias do período, a relação de cidades atendidas, as áreas de cultivos predominantes e onde havia concentração de japoneses (o tamanho dos círculos representa a dimensão da concentração de japoneses) e 2. O Censo de 1958, publicado em 1964, elaborado pelo governo japonês, em comemoração aos 50 anos da imigração japonesa para o Brasil. Trata-se de extenso material com inúmeros dados, cuja mobilidade espacial foi sistematizada em gráficos por Sakurai (1995), mostrando a ocupação dos imigrantes japoneses por região, todas essas relacionadas às áreas de abrangências das ferrovias.

Os dados expressos nos gráficos por região de Sakurai (1995) ficam bem claros ao compararmos com o mapa elaborado pela KKKK, em que a autora identifica 5 regiões com concentração de japoneses (representadas pelos círculos vermelhos no mapa da Fig. 00): a região da Mogiana, da Alta Paulista, da Noroeste, da Sorocabana e do litoral, na região de Iguape. Mas esses são dados gerais que pretendem ser analisados à luz de dados pontuais sobre as 17 colônias japonesas identificadas. Elas também estão inseridas nessas regiões identificadas nos gráficos de Sakurai e do mapa da KKKK? Haveria alguma particularidade das colônias por região? Pretende-se que os materiais produzidos através das fontes e dos instrumentos de coleta de dados permitam esclarecer estas e outras questões levantadas.

CAPÍTULO 1: DO JAPÃO AO BRASIL



3.1. Contexto da imigração japonesa e o Brasil como opção.

O processo de imigração japonesa para outros continentes se deu em um período de grandes mudanças políticas e sociais do país. Este período apresentou a transição do poder ora reservado ao xogunato, que se dava por um regime militar feudal, que suprimia o poder político do então Príncipe Mutsuhito, futuramente conhecido como Imperador Meiji.

Sobre a referida Era Meiji, Kodama e Sakurai (2008) esclarecem que

Do lado japonês, desde a modernização do país que começara com a chamada Restauração Meiji (1868), conhecida pela devolução do poder ao imperador retirado do xógum, o país vinha sofrendo de uma grave crise de abastecimento e de superpopulação no campo [...]. Era preciso, assim, encontrar uma saída para a pressão gerada pela população rural que, em fins do século XIX, já rumava para regiões além-mar, como o Havaí e a costa oeste dos Estados Unidos (KODAMA, SAKURAI, 2008, p.17).

Esta nova dinâmica política e social veio causar, eventualmente, o endividamento do agricultor japonês e de suas famílias com a extinção do escambo como meio de vida, tributando-se toda a produção e os serviços realizados a favor do estado. O pequeno produtor rural, que, até então, realizava a troca de sua produção como forma de subsistência, foi atingido pela cobrança de impostos do governo japonês e pela impossibilidade de honrar com o pagamento dos tributos, foi direcionado ou se direcionou para os núcleos urbanos, em busca de melhores oportunidades. Este deslocamento populacional demandou uma infraestrutura urbana que não era possível de ser atendida, frente à alta densidade demográfica.

As reformas adotadas pelo Japão, com as mudanças da Era Meiji, apesar de prejudicar os trabalhadores da zona rural, até então amparados pelo regime militar feudal, surtiram efeitos positivos em algumas áreas da sociedade japonesa; entre elas, é importante apontar que foi realizada uma mobilização em massa em torno da alfabetização no país (MIYAO, 1980).

A revolução política e social iniciada na Era Meiji, em 1868, trouxe profunda transformação no regime da nação nipônica, dando prioridade à difusão da educação, difundindo-a de modo drástico [...] Desde então o Japão emergiu de uma nação fechada, de 300 anos de isolacionismo, conseguindo rápida modernização com a introdução maciça da cultura ocidental. O japonês que viveu uma época assim peculiar sentia no seu âmago que a instrução era a coisa mais importante da vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção. (MIYAO, 1980 apud DEMARTINI, 2000, p.44).

A população de camponeses japoneses, que até então era desprovida de mobilidade social, buscou neste êxodo urbano não só a sua subsistência, mas também oportunidades em face à nova realidade proveniente das mudanças adotadas por este governo, dentre elas a abertura comercial dos portos japoneses para o mercado internacional

Através de um projeto migratório iniciado anteriormente na ilha de Guam e no Havaí (1868), bem como na Califórnia (1869), o país buscou aliviar essa concentração populacional urbana de suas províncias (NOGUEIRA, 1984).

Na década de 1880, o Japão realizou a colonização em algumas ilhas no oeste da Índia e, na década de 1890, no México, Peru e Filipinas. De acordo com a NATIONAL DIET LIBRARY (2009), a organização adotada pelo Império Japonês procurava direcionar para cada país uma companhia de emigração específica, no intuito de se promover uma eficiente supervisão na dispersão de seus colonos pelo mundo.

Em 1891, Takeashi Enomoto, ao tomar posse do cargo de ministro de Relações Exteriores, criou o Departamento de Emigração, dando início à política governamental emigratória nipônica que procurava amparar os cidadãos japoneses pelo mundo.

No ano de 1895 foi assinado, em Paris, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão e, segundo Kodama e Sakurai (2008), o objetivo almejado era o de promover mão de obra para regiões agrícolas no Brasil.

Todavia os debates não chegavam a um termo, pois alguns representantes do governo brasileiro eram contrários a entrada dos japoneses embasados em teorias racistas e a possível aspiração nipônica imperialista. Por parte dos empresários japoneses 'havia o temor' de um alto investimento em terras cujas impressões não tinham sido tão favoráveis nas primeiras visitas (KODAMA e SAKURAI, 2008, p.18).

No que tange ao relacionamento com o Brasil, houve uma primeira tentativa frustrada de inserção do imigrante japonês em 1894, cancelada pelo governo japonês, visto não existir um tratado de comércio firmado entre os países (National Diet Library).

Em 1896, o governo japonês criou a Lei de Proteção aos Emigrantes, instituindo uma série de premissas que buscavam salvaguardar seus cidadãos e, dessa forma, institucionalizar o ato de imigrar, inicialmente nos países vizinhos e, em seguida, em direção ao ocidente. Segundo Dezem (2011), imigrar tornou-se uma "política de Estado":

[...] o governo japonês ao promulgar a Lei de Proteção aos Emigrantes (1896), transformou a iniciativa de imigrar em política de Estado. A opção

por uma política emigratória dirigida pelo estado japonês foi resultado, em grande parte, da estratégica expansionista japonesa na Ásia, a partir da necessidade em desobstruir o exíguo arquipélago japonês da explosão demográfica sentida desde a década de 1880 (DEZEM, 2011, p.04).

Com a Lei de Proteção aos Emigrantes, o governo japonês passa a atuar na supervisão dos contratos de emigração dos seus nacionais, agindo diretamente nas tratativas com os contratantes dos países receptores, bem como no auxílio à fixação permanente de seus emigrados em outros países.

De acordo com o NDL, Takeashi Enomoto, ao desligar-se do ministério, fundou a Companhia Enomoto de Colonização, de capital nipo-mexicano, enviando, em 1897, 35 civis para Chiapas, no México. Já os primeiros imigrantes japoneses a entrar na América do Sul, pelo Peru, no ano de 1904, realizaram a travessia através dos esforços de Shoichiro Yamaguchi e Itukaro Aoyagi. Diferentemente das ações de Enomoto, com o aproveitamento dos nipônicos em contratos pontuais, com o intuito de acumular rendimentos para um posterior retorno, estes buscavam, com a implantação de colônias, adquirir um mercado definitivo para a expansão da indústria e do comércio além do território de seu país de origem.

A concretização do envio da primeira leva de japoneses para o Brasil se viabilizou através do empreendedor e político japonês Ryo Mizuno (1859-1951). Este foi o responsável pelas tratativas e pela concretização do contrato firmado entre o governo paulista e o império japonês, em 1907. Mizuno foi presidente e proprietário da Koukoku Shokumin Gaisha, Companhia Imperial de Emigração, fundada em 1904⁸.

Segundo Handa (1987), Ryo Mizuno⁹, retratado na Figura 1 e 2 ao centro de ambas as imagens, à esquerda, ainda no Japão e, à direita, posteriormente no Brasil, era

8 As ações publicitárias que buscaram estreitar os laços comerciais entre Brasil e Japão basearam-se no incentivo ao consumo do café no Oriente. O Relatório da SACOP de 1914, segundo a Lei 1378, de 31 de dezembro de 1912, aponta que a propaganda do produto brasileiro ficava a cargo da Companhia Café Paulista, empresa fundada com capital japonês, cujo auxílio anual do governo do estado contava com a cortesia de 2.500 sacas de café. A referida empresa era uma cafeteria de propriedade de Ryo Mizuno (Exposição Permanente do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil).

9 Ryo Mizuno, juntamente com os demais colonos da primeira leva, cumpriu todo o itinerário da viagem até o Brasil, enfrentando até uma tentativa de assassinato frustrada, pelo menos para ele, a qual acabara vitimando o maquinista chefe da embarcação. Seizo Yokoyama ao tentar protegê-lo foi brutalmente assassinado, a facadas, por um marujo embriagado contrariado pelas rígidas normas de conduta adotadas pelo líder da empreitada, conforme relata Motoyama (2011).

considerado um entusiasta da democracia liberal, do aumento da produção, bem como do fortalecimento econômico e militar do seu país. O empresário, samurai de linhagem e economista de formação, realizou sua primeira visita de reconhecimento ao Brasil em 1906, deparando-se com a alta produção cafeeira do país, mais precisamente na região de Jundiaí. De acordo com os surpreendentes resultados encontrados, concluiu ser possível enriquecer trabalhando-se na lavoura cafeeira brasileira, visto a quantidade diária de grãos colhidos por uma única família. Na ocasião, anotou-se a quantia de 38 sacas colhidas por uma única família num só dia, representando rendimentos muito atrativos, visto a realidade de ganhos provenientes de outros trabalhos desenvolvidos no Japão.

Figura 1 (a esquerda): Sr. Ryo Mizuno ainda no Japão. Figura 2 (a direita): Sr. Ryo Mizuno já estabelecido no Brasil



Fonte Figura 1: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ryu_Mizuno#/media/Ficheiro:Ryu_Mizuno.jpg, acessado em 12/08/2020; Fonte Figura 2: <https://www.portalariente-se.com/brasil-o-eldorado-para-os-japoneses-ha-111-anos/>, acessado em 12/08/2020

Diante do cenário agrícola brasileiro, Mizuno retorna ao Brasil em 1907, na ocasião, amparado pelo governo japonês, e, assim, realiza a assinatura de dois contratos de colonização: um com o estado do Rio de Janeiro, que se demonstrou inviável, e outro com o estado de São Paulo, concretizado no ano seguinte. O contrato firmado junto ao governo do estado de São Paulo estabelecia que

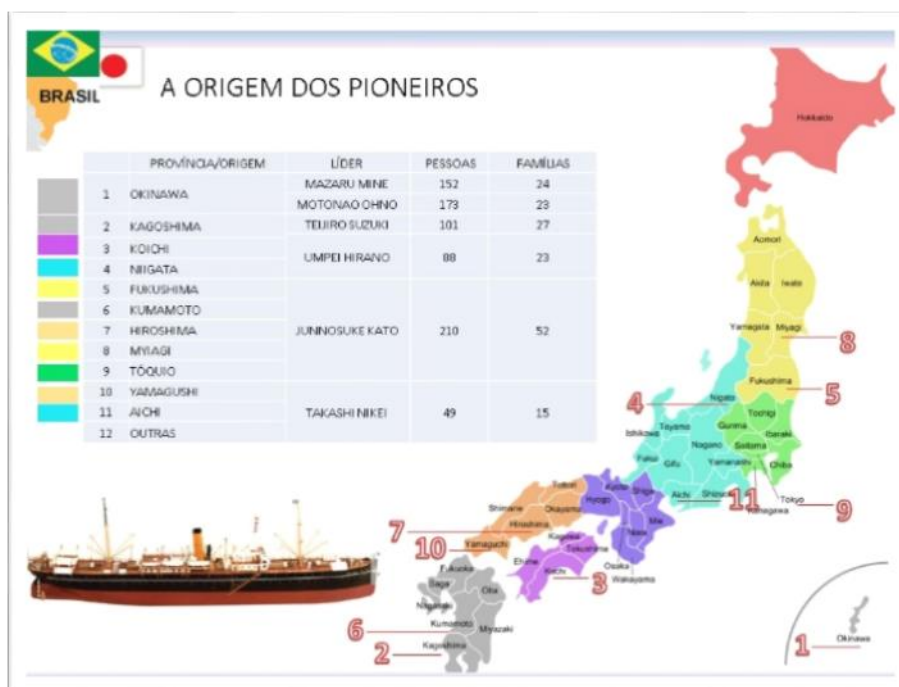
“A Cia Imperial de Colonização deveria recrutar um total de 3 mil imigrantes-família para trabalhar nas fazendas de café do Brasil dentro de um prazo de 3 anos. Os imigrantes deveriam ser remetidos até o porto de Santos, sendo que a primeira leva (composta por mil indivíduos) deveria chegar no mês de maio de 1908;

O governo brasileiro assumia o pagamento das 10 libras da passagem de navio, devendo os fazendeiros que contratassem os imigrantes restituir-lhe 4 libras retiradas do salário dos imigrantes” (NATIONAL DIET LIBRARY,

disponível em: https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s2/s2_1.html, acessado em 26/09/2019).

Na Figura 3 são retratadas as províncias japonesas de onde eram originados os colonos da primeira leva. O que chama atenção nesse mapa é a forma descentralizada de recrutamento das famílias imigrantes, realizada pela Companhia Imperial de Imigração, sob a tutela de seu governo, evidenciando uma tentativa de se aliviar a sua alta densidade demográfica de forma territorialmente abrangente. Esta descentralização territorial apresentada na seleção destas províncias também nos remete à presença de vários líderes instituídos de acordo com o território de origem, os intérpretes, que por sua vez representaram um grande diferencial nas futuras tratativas junto aos empregadores e as companhias de colonização.

Figura 3 – A origem dos imigrantes japoneses da primeira leva (1908).



Fonte da Tabela: Handa (1987) e Motoyama (2011); Fonte Mapa base: https://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeituras_do_Jap%C3%A3o, acessado em 26/09/2019; Fonte da Ilustração do navio Kasato Maru: Coissi (2016); Elaborado pelo autor (2020).

A partir do recrutamento dos colonos e de suas famílias, em fevereiro de 1908, iniciou-se o itinerário do navio a vapor Kasato Maru (Figura 4), até que se desse o seu desembarque final no Porto de Santos, no dia 18 de junho de 1908.

Foram 52 dias antes que se fosse cumprido o seu trajeto por completo, realizando apenas duas paradas ao longo do caminho: a primeira em Singapura, na República de Singapura, e a segunda na Cidade do Cabo, na África do Sul.

Figura 4 – Itinerário de viagem da primeira leva dos colonos imigrantes japoneses ao Brasil



Fonte Mapa base: <https://www.mapa-mundi.org>, acessado em 26/09/2019; Fonte do Itinerário: Motoyama (2011); Elaborado pelo autor (2020).

O icônico Kasato Maru, no ano de 1908 já possuía oito anos de serviços, e seu histórico de produção remonta ao Estaleiro de Wilyam Richardson, em Newcastle, no Reino Unido. A encomenda realizada ao estaleiro inglês foi composta de duas unidades de embarcações que apresentavam características de projeto tradicionalmente britânico, em que a casa de comando era separada da superestrutura central, com seis porões de carga protegidos por um casco de aço. A embarcação dispunha de uma única chaminé e maquinário de expansão tríplex composto de duas hélices distribuídos em três conveses. Apesar de o navio nunca ter navegado sob o comando inglês, após a sua compra pelos russos, uma série de alterações foram feitas até que se fosse integrado como navio auxiliar da Frota do Extremo Oriente, operando como transporte de tropas. Assim o navio apresentava o comprimento de 122 metros, tinha a capacidade de transportar 6.209

toneladas e acomodar 2.070 passageiros, apresentando a velocidade de cruzeiro de 10 nós¹⁰.

Sobre o seu histórico foram apontados, por Rossini, maiores detalhes no artigo “História do navio Kasato Maru”:

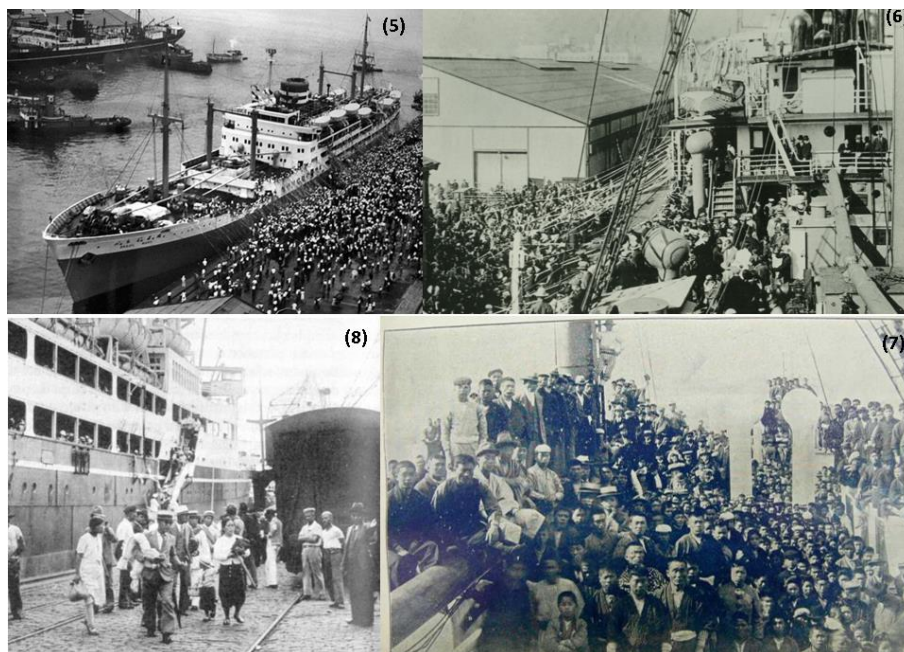
“Em 1904, com a eclosão do conflito com o Japão, o Kazan foi transformado em navio-hospital e nessa condição foi afundado nas águas pouco profundas de Porto Arthur por ocasião do ataque conduzido pelos cinco contratorpedeiros nipônicos. Após a captura desse porto pelos japoneses (em 1905), o vapor foi recuperado do fundo do mar e restaurado, passando ao serviço da Marinha Imperial do Japão, como transporte auxiliar, com o nome de Kasato Maru. No ano seguinte, o navio foi afretado à armadora Tokyo Kisen, e por esta, utilizado na inauguração da nova linha entre o Japão e a Costa Oeste da América do Sul” (ROSSINI, disponível em: www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=259, acessado em 19/07/2019).

A sequência das imagens abaixo, procura ilustrar as condições apresentadas aos pioneiros a bordo do navio em seus aproximados 52 dias de percurso. Em sentido horário a Figura 5, retrata o momento de partida do navio na cidade de Kobe, no Japão; A Figura 6, ainda no porto de Kobe, onde se observam fitas na cor branca ligando as pessoas a bordo à outras em terra, e a medida que o navio se distanciava estas se rompiam simbolizando o distanciamento físico entre os familiares e os futuros colonos imigrantes. A Figura 7, dá a dimensão de parte da população em um dos conveses do vapor. A Figura 8 apresenta o navio já atracado no Porto de Santos, no Cais 14, e retrata os primeiros passos dos pioneiros japoneses em terras brasileiras, curiosamente trajados a moda europeia.

Os brasileiros certamente imaginavam algo diferente da maneira como se encontraram trajados os imigrantes nipônicos, e é fato que a expectativa não foi totalmente equivocada, uma vez que, em território japonês, somente professores e do sexo masculino se vestiam à moda ocidental europeia. Os demais, sobretudo no meio rural, apresentavam-se com as tradicionais vestimentas orientais.

10 Informações segundo: “A História do navio Kasato Maru – Imigração japonesa, disponível em: www.imigracaojaponesa.com.br/?page_id=259, acessado em 19/07/2019.

Figura 5, 6, 7 e 8 – O Navio Kasato Maru em sua primeira viagem ao Brasil



Fonte Imagem (5): <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/04/senado-celebra-111-anos-da-imigracao-japonesa-no-brasi>, acessado em 04/10/2020; Fonte Imagem (6): <https://medium.com/@museudaimigracao/hospedaria-de-hist%C3%B3rias-8075abe56814>, acessado em 04/01/2021; Fonte Imagem (7): <https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/data/R/S006/S006-001r.html>, acessado em 04/10/2020; Fonte Imagem (8): <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=28830>, acessado em 04/10/2020

O fato foi destacado em reportagem do Jornal Correio Paulistano sobre o momento do desembarque dos pioneiros:

“Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias [...] Alguns dos homens foram soldados na última guerra (russo- japonesa) e traziam ao peito as suas condecorações. Muitos traziam bandeiras pequenas de seda, numa pequenina haste de bambu pintado e lança de metal amarelo. Essas bandeiras eram trazidas aos pares: uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auriverde: a do Japão e do Brasil. Esta primeira leva de imigrantes japoneses entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável” (CORREIO PAULISTANO, 1908 apud HANDA, 1987, p.5).

Ainda segundo Handa (1987), Ryo Mizuno também foi o responsável pelo envio da segunda leva de imigrantes japoneses ao Brasil, no ano de 1910, mesmo tendo transferido os direitos do contrato da sua Companhia Imperial de Emigração à Comercial Takemura de Colonização, propriedade de Yoemon Takemura, um rico industrial de Kochi, sua província de origem.

De acordo com Almeida (2012), a chegada destes primeiros japoneses até o ano de 1922 foi caracterizada como um período de incentivo do governo paulista à formação de uma corrente migratória nipônica baseada em uma política de subsídio das passagens destes colonos.

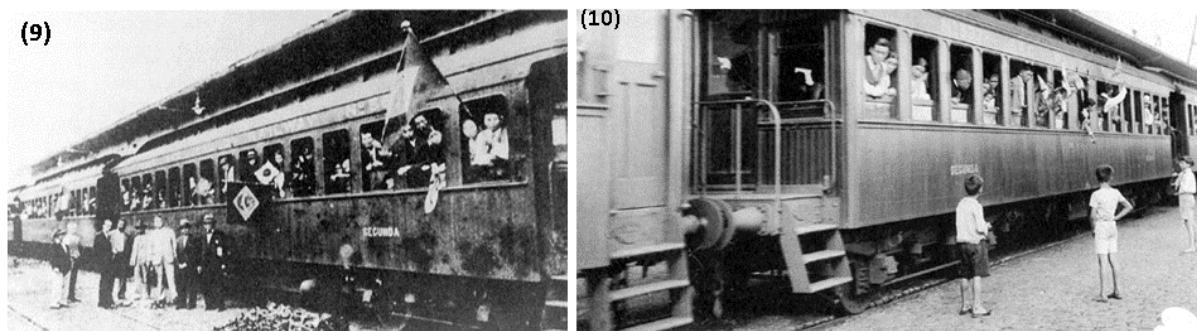
3.2. Pioneiros nas fazendas de café (1908 e 1910)

Os imigrantes japoneses, apesar de oficialmente terem chegado no dia 18 de junho de 1908 no porto de Santos, no navio Kasato Maru, somente desembarcaram do navio no dia seguinte, e deslocaram-se de trem até a capital através da São Paulo Railway (CHRYSTOSTOMO e VIDAL, 2014).

Os imigrantes encontravam-se eufóricos e esperançosos com a proximidade da ida às propriedades que produziam as “árvores do fruto de ouro”, segundo a publicidade realizada acerca do café paulista, e encantaram-se com a suposta recepção preparada pelos brasileiros ao avistarem rojões e balões pelo céu. Ocorre que a época da chegada dos nipônicos coincidiu com as tradicionais festividades de São João, frequentes em todo o estado paulista, dando-lhes a falsa impressão de estarem sendo recepcionados de forma calorosa pelos brasileiros (HANDA, 1987).

Com destino à Hospedaria de Imigrantes, cujo trajeto contou com mais de três horas, realizou-se uma parada para troca de trem na Serra do Mar, atual distrito de Paranapiacaba, pertencente à cidade de Santo André.

Figura 9 e 10 – Colonos japoneses pioneiros partindo do Porto de Santos rumo a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo



Fonte Figura (09): <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309>, acessado em 04/10/2020; Fonte Figura (10): https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/08.php, acessado em 22/12/2020.

Esta primeira estadia dos imigrantes, antes da sua distribuição às plantações de café, fazia parte do protocolo de recebimento de indivíduos vindos de outros países, sobretudo para que pudessem realizar o despacho aduaneiro de suas bagagens, desinfecção, escolha do destino, bem como a espera da condução que os levaria as fazendas contratantes.

Com a chegada à Hospedaria de Imigrantes, os colonos foram recepcionados pelo diretor e seus funcionários, bem como pelos intérpretes japoneses responsáveis pela assistência aos agrupamentos que foram formados à medida que se identificavam a fazenda destino de cada imigrante.

Ainda sobre a sua chegada e as ações sanitárias brasileiras na ocasião, Nogueira (1973) relata o cuidado da organização brasileira em oferecer uma alternativa aos tradicionais banhos de ofurô¹¹ do imigrante japonês:

“Ao chegarem, antes mesmo de serem alojados na Hospedaria, foram vacinados. Só então foram recebidos naquela repartição estadual que fora cuidadosamente preparada para recebê-los; inclusive a banheira, até então não utilizada, foi cuidadosamente preparada para eles” (NOGUEIRA, 1973, p.23,24).

De acordo com o secretário da Hospedaria, o senhor Teijiro Suzuki, o jantar foi servido às 17h, em dois turnos, devido à quantidade disponível de lugares no grande salão do refeitório. A refeição servida consistiu em uma sopa de bacalhau com pão e batatas, preparados especialmente para recepcionar os japoneses, uma vez que o cardápio costumeiro da hospedaria era pão e caldo de carne, habitualmente servido aos europeus antecessores. A reportagem do jornal Correio Paulistano ainda destacou o nível de organização e limpeza dos japoneses que impressionou a direção da Hospedaria:

“Depois de estarem uma hora no refeitório, tiveram de abandona-lo, para saberem quais eram as suas camas e quartos, e surpreendeu a todos o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão: nem uma ponta de cigarro, nem um cuspo, perfeito contraste com as cuspinheiras repugnantes e pontas de cigarro esmagadas com os pés dos outros imigrantes”. Ainda segundo o jornal, sobre o comportamento exemplar do imigrante japonês: “Tem feito as suas refeições sempre na melhor ordem e, apesar de os últimos as fazerem duas horas depois dos primeiros, sem um grito de

11 Ofurô (banheira, em japonês), também chamado de furô, é um tipo de banheira tradicional do Japão caracterizada pelo seu formato bem mais profundo e curto do que uma banheira ocidental, permitindo a seu usuário tomar banho com o corpo em posição fetal - suficiente para que a água cubra os ombros de uma pessoa sentada. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ofur%C3%B4>.

gaiatice, um sinal de impaciência ou uma voz de protesto” (CORREIO PAULISTANO, 1908, *apud* HANDA 1987, p.7).

Os relatos registrados acerca do período de estadia nipônica na hospedaria, são impressões positivas sobre a organização e limpeza de seus pertences, bem como a higiene pessoal destes novos hóspedes em comparação aos hábitos dos demais imigrantes

“Suas malas de vime branco ou de lona pintada contrastavam com os baús de folha e as trouxas comuns entre os trabalhadores europeus. Pó dentifrício, escova de dentes, pente, navalha para barba, molho para tempero, uma ou outra raiz medicinal, cobertores acolchoados, casacões para frio, pequenas ferramentas, um ou dois livros, papel para cartas, nanquim, haishi, pequenas colheres e outras miudezas compunham suas bagagens” (NOGUEIRA 1973, p.100).

Outro fato que também chamou a atenção dos brasileiros foi sobre a maioria das mulheres serem alfabetizadas e por seu interesse em aprender a língua portuguesa junto aos funcionários da hospedaria. O comportamento distinto em ordem e limpeza do povo japonês no ato da fiscalização de suas bagagens, nada se assemelhava ao identificado até agora entre os europeus que por sua vez somente levavam consigo trouxas de roupa suja e poucos utensílios de cozinha (MOTOYAMA, 2011). Segundo Handa (1987), no dia 22 de junho de 1908, conforme relatos dos funcionários alfandegários no ato das inspeções realizadas na Hospedaria de Imigrantes, nenhum sinistro ocorreu durante a fiscalização rotineira. No entanto, o único episódio, no mínimo intrigante para as concepções brasileiras à época, foi o fato dos fiscais se depararem com cerca de 12 armações para criação de bicho da seda, pertencentes a um grupo de imigrantes de Tokio. Nenhuma das explicações oferecidas aos agentes alfandegários foi suficiente para elucidar as indagações levantadas, visto que a prática da sericultura ainda era incipiente no Brasil.

Figura 11 e 12: Imigrantes japoneses na Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo



Fonte Figura 11: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/ Fonte Figura 12: Acervo do Museu da Imigração (APESP).

Apesar de as impressões serem positivas em relação ao comportamento exemplar durante a estadia dos japoneses na hospedaria, certamente o clima que pairava no ar era de certa tensão, visto que, além do contrato firmado no Japão com a companhia de colonização responsável pelo transporte, os contratos de trabalho para com as fazendas e seus termos de compromissos eram assinados no próprio local

“Antes de serem enviados às respectivas fazendas, entre 27 de junho e 6 de julho, restavam aos imigrantes duas tarefas a cumprir. Uma consistia em celebrarem, além do contrato firmado no Japão com a Companhia Imperial de Emigração, um novo com os fazendeiros para quem iriam trabalhar. Embora o prazo do contrato celebrado no Japão compreendesse apenas a época da primeira colheita de café, cerca de meio ano, foi estabelecido, no Brasil, que, exceções à parte, esse prazo seria de um ano agrícola, de acordo com a praxe” (HANDA, 1987, p.13).

Conforme aponta o Relatório da SACOP de 1908

“De acordo com as procuras apresentadas pelos fazendeiros abaixo mencionado, a Agencia Official de Colonização e Trabalho, e de conformidade com o respectivo contracto celebrado com a Companhia Imperial de Emigração, já citada, tiveram destino e foram localizados 767 desses imigrantes nas fazendas seguintes” (RELATÓRIO DA SACOP DE 1908, p.125)

Tomoo Handa apresenta o destino dos pioneiros em 1908

“Os primeiros imigrantes japoneses foram enviados, em grupos, a seis grandes fazendas. Por grandes fazendas compreendiam-se propriedades de vastas áreas, com mais de 1.000.000 de cafeeiros. Nelas trabalhavam centenas de famílias de imigrantes estrangeiros ou de brasileiros – os colonos. Estes constituíam a mão-de-obra posta diretamente a serviço da

produção de café, sustentáculo da economia brasileira” (HANDA, 1987, p.19).

O Relatório da SACOP de 1908 demonstra a quantidade de pessoas destinadas as fazendas das respectivas empresas (Figura 13).

Figura 13: Relatório SACOP 1908 - Imigração japonesa – Quantidade de pessoas enviadas às empresas e suas respectivas fazendas.

guintes:

	Pessoas
Companhia Agricola Fazenda Dumont . . .	204
Dr. Godofredo da Fonseca	170
Companhia Agricola Fazenda São Martinho .	99
S. Paulo Coffee Estates C. Ltd..	155
D. Albertina Prado & Filhos	90
Dr. Francisco Antonio de Sousa Queiroz . .	49
Total . .	<u>767</u>

Fonte: RELATÓRIO DA SACOP, 1908, p.125.

No Quadro 1 estão relacionadas as fazendas, suas respectivas empresas, as ferrovias com as estações que as serviam e o município de acordo com a classificação atual onde estavam as seis fazendas que receberam os imigrantes japoneses.

Quadro 1: Fazendas de destino para da primeira leva de imigrantes japoneses.

Ref.	Fazenda	Empresa	Ferrovia	Estação	Município Atual
1	Canaã	S.Paulo Coffee Estates C. Ltd	Mogiana	Canaã	Ribeirão Preto
2	Floresta	Dr. Godofredo da Fonseca	Ituense	Itu	Itu
3	São Martinho	Cia Agrícola Fazenda São Martinho	Paulista	Martinho Prado	Pradópolis
4	Guataparã	D. Albertina Prado e Filhos	Paulista	Guataparã	Guataparã
5	Dumont	Cia Agrícola Fazenda Dumont	Mogiana	Dumont	Dumont
6	Sobrado	Dr Francisco Antonio de Sousa Queiroz	Sorocabana	Treze de Maio	São Manuel

Fonte Fazenda e Ferrovia: MOTOYAMA, 2011, p.103 / Fonte Empresas: SACOP 1908 / Fonte Estação: HANDA (1987) / Fonte Municípios atuais: Giesbrecht estacoesferroviarias.com.br. Elaborado pelo autor (2019).

Os proprietários das fazendas ocupavam posição de destaque no cenário político do país e influenciavam, muitas vezes, as tratativas relacionadas ao recebimento destes trabalhadores, uma vez que grande parte da cadeia produtiva da lavoura do café, até pouco tempo, era servida pela mão de obra escrava, resultando, assim, em inúmeros casos de conflitos provenientes das relações patronais ora estabelecidas.

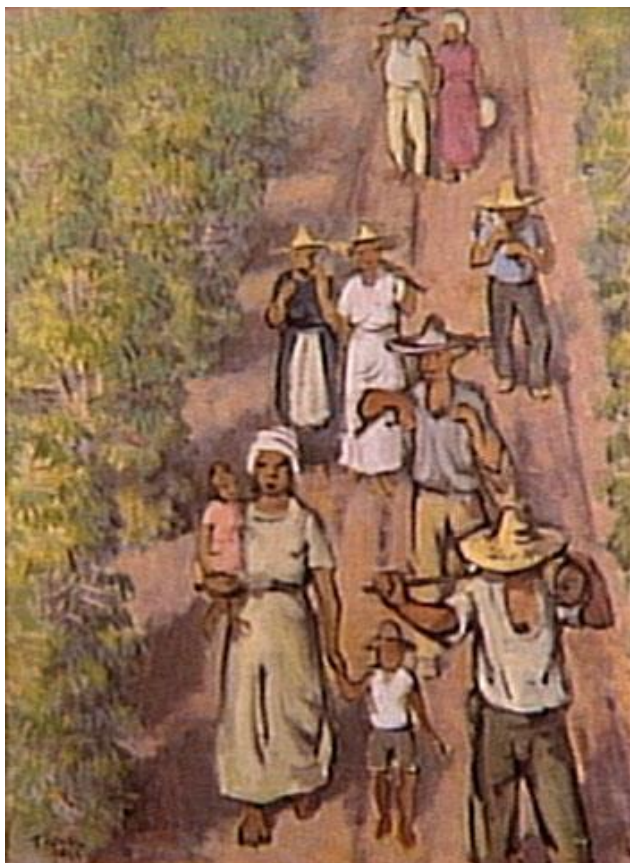
Figura 14 – Colonos japoneses pioneiros nos cafezais paulista



Fonte: National Diet Library

Em contrapartida, o foco inicial por parte dos imigrantes japoneses era o de retornar ao país de origem após um rápido acúmulo de capital que, no entanto, foi substituído pelo desejo de aquisição de glebas e enraizamento de suas famílias, adotando o Brasil como residência permanente. Esta mudança de posicionamento se deu pois as perspectiva de alto ganho como colonos assalariados na produção do café não se cumpriram, podendo ser observadas logo nas primeiras remessas de trabalhadores japoneses que promoveram um alto índice de deserção dos contratos de trabalho junto as grandes fazendas de café paulista.

“O tempo médio de permanência no sistema de colonato foi, para os japoneses, relativamente curto: metade deixou as fazendas de café em menos de cinco anos, mas uma boa parte o fez em menos de dois anos. Muitos alcançaram rapidamente a posição de arrendatários ou de pequenos proprietários, seguindo as duas possibilidades que se apresentavam na época: em primeiro lugar, o acesso às chamadas “terras velhas”, gastas pelo café, onde se dedicaram à policultura intensiva de frutas e legumes. Em segundo lugar, a compra ou arrendamento de terras ainda virgens, nas zonas pioneiras, optando por uma mobilidade acelerada em que a revenda era também rápida, seguindo o ritmo do avanço da fronteira do café” (SCHPUN, 2008, p.138).

Figura 15: “A Colheita de Café”. Quadro de Tomoo Handa (1955)¹²

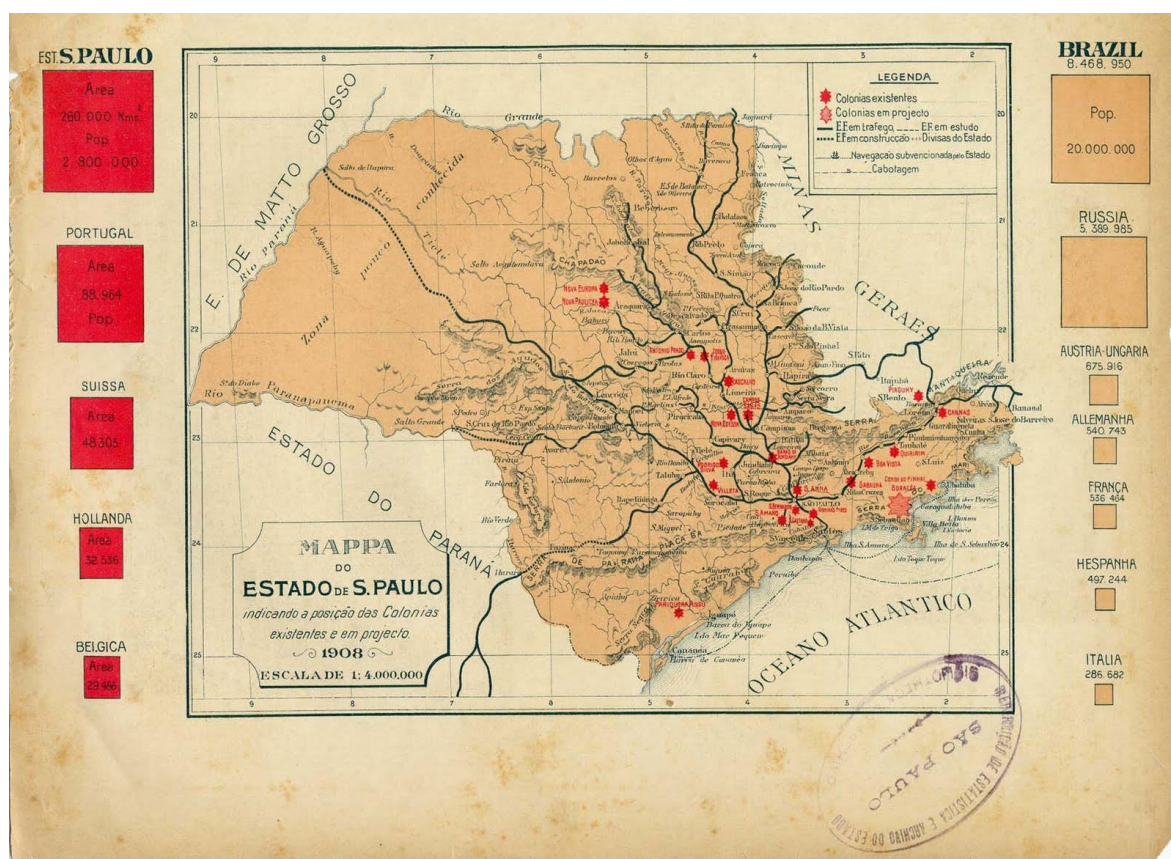
Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16039/a-colheita-de-cafe>. Acessado em: 29 /01/ 2021.

12 Tomoo Handa foi pintor e professor e chegou com a família a Porto Martins, interior de São Paulo, em 1917. Seguiu para a fazenda Santo Antônio, região de Botucatu, para o trabalho na lavoura de café. Em 1921, transferiu-se para a capital, onde iniciou sua formação artística na Escola Profissional Masculina do Brás, entre 1927 e 1929. Cursou a Escola de Belas Artes de São Paulo de 1932 a 1935. Fundou em 1935, com outros artistas, o Grupo Seibi (Seibi-Kai), buscando se partilhar experiências e estimular debates artísticos, entre a comunidade de pintores nipo-brasileiros. Participou também de outros importantes grupos da colônia japonesa, como o Grupo Jacaré ou dos 15, entre 1948 e 1949, e o Grupo Guanabara, de 1950 a 1959. Integrou as cinco exposições coletivas realizadas pelo Grupo Guanabara, na Galeria Domus, em São Paulo (1950, 1951, 1953, 1958, 1959). Participou da 1ª Bienal Internacional de São Paulo, em 1951, do 1º Salão de Arte Moderna de São Paulo e do 1º Salão de Arte Moderna do Rio de Janeiro, ambos em 1952. Foi um dos realizadores do 1º Salão de Arte da Colônia Japonesa em São Paulo, em 1952. Após sua morte, foi realizada a exposição Retrospectiva de Tomoo Handa, no Museu de Arte Nipo-Brasileira, São Paulo, em 1997. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1041/tomoo-handa>>. Acesso em: 06 de Abr. 2020. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

Observa-se que, naquele momento, as plantações de café concentravam-se, em sua maioria, na região Centro Ocidental do estado de São Paulo, sendo servidas por estradas de ferro que pudessem escoar sua produção até o Porto de Santos.

O mapa da Figura 16, produzido em 1908, apresenta o oeste paulista como “zona pouco conhecida”. Langenbuch (2011) aponta que esta região era praticamente inabitada até meados de 1920, e sua ocupação foi impulsionada pela construção das ferrovias e a produção cafeeira. Ainda segundo o autor, as linhas mestras do relevo contribuíram para a estruturação do espaço pelos seus habitantes.

Figura 16: “Mapa do Estado de S. Paulo indicando a posição das colônias existentes e em projeto” (1908)



Fonte: O IMMIGRANTE. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Anno I, n. 1, jan. 1908.

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12809>

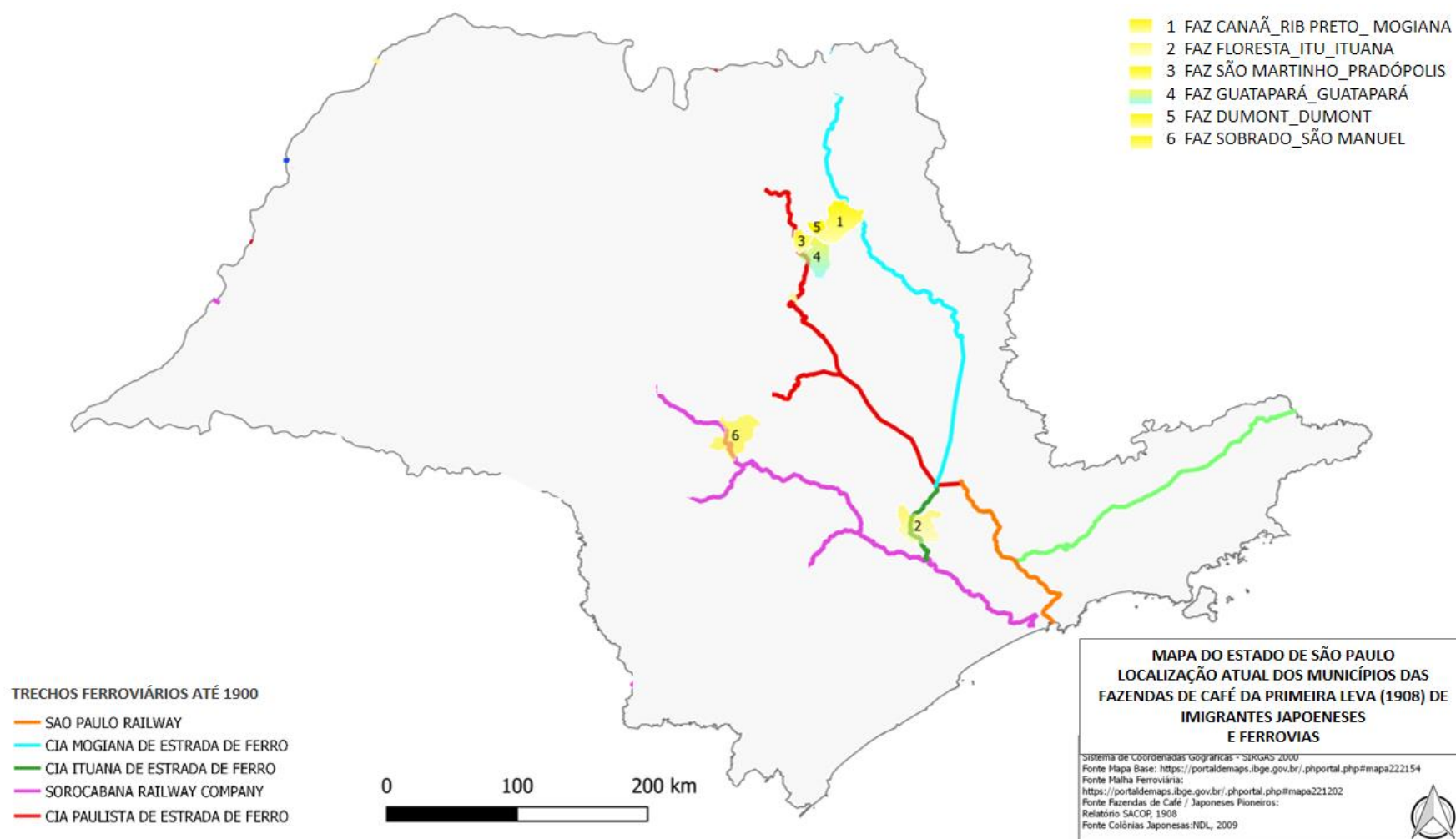
O Mapa 01 abaixo apresenta três regiões com a localização dos imigrantes, de acordo com a classificação atual dos municípios onde se encontravam as seis fazendas de destino da primeira leva de colonos japoneses no Brasil. Por este mapa é possível visualizar que a grande concentração de japoneses dessa primeira leva situou-se nas fazendas instaladas na região nordeste do estado, próximas ao município de Ribeirão Preto,

representada pelos números 1, 3, 4 e 5. A segunda região localiza-se próximo à capital, em Itu, representada pelo número 6. A terceira região encontra-se nas cercanias da cidade de São Paulo, representada pelo número 2.

Os mapeamentos que seguem nesta dissertação também abordam a presença das ferrovias no território paulista e a sua plena contribuição para a ocupação das terras do estado e sobre este histórico, nos aponta Enokibara

Em 1867, foi inaugurada a São Paulo Railway, ou Companhia Inglesa, como era conhecida, fazendo o trajeto do porto de Santos à cidade de Jundiaí. Em 1868, tem-se a Companhia de Estradas de Ferro Paulista, fazendo inicialmente o trajeto de São Paulo a Campinas e Campinas a Jundiaí. Em 1870, tem-se a Estrada de Ferro Sorocabana, que em 1890 se funde à Estação Ituana (criada em 1879). Em 1872, tem-se a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que, partindo da cidade de Campinas, visava incorporar a produção do sul de Minas Gerais. Em 1885, tem-se a Estrada de Ferro Araraquarense e, em 1904, tem-se a inauguração da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com o objetivo de fazer a ligação com o estado do Mato Grosso, a partir da cidade de Bauru (ENOKIBARA, 2016, p.114).

Mapa 1: Mapa do Estado de São Paulo indicando a localização atual dos municípios onde estavam as seis fazendas de destino da primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil (1908)



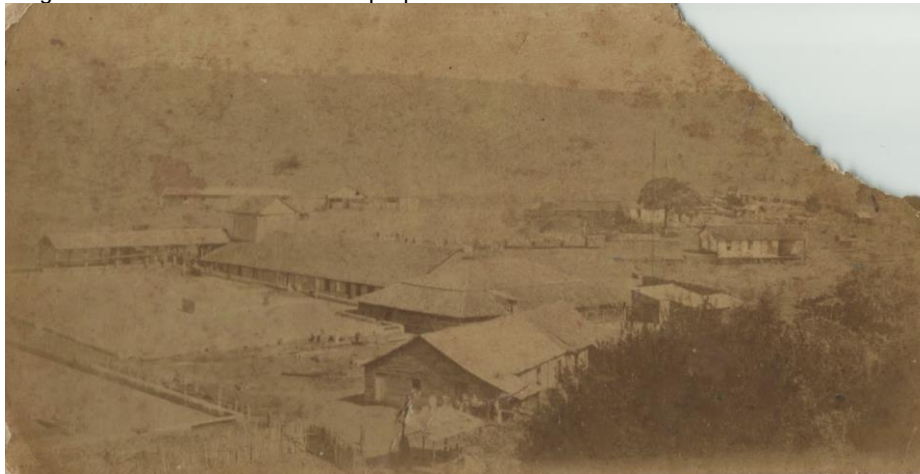
Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

As fazendas de café que receberam os primeiros imigrantes japoneses (1908)

A Fazenda Canaã

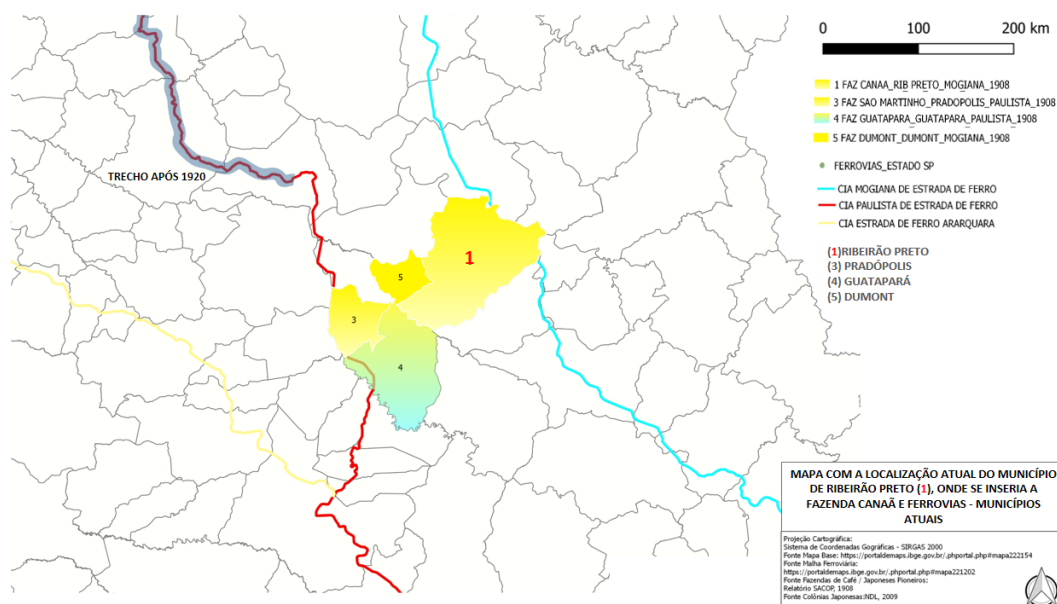
A primeira propriedade a receber os imigrantes japoneses, em 27 de junho de 1908, através de um trem fretado diretamente da Hospedaria de imigrantes, foi a Fazenda Canaã, de propriedade da São Paulo Coffee States Co. Ltda (Figura 17).

Figura 17: A Fazenda Canaã de propriedade da São Paulo Coffee Estates Co. Ltda.



Fonte: Disponível em: <http://vapor-minimo.blogspot.com/2014/04/the-são-paulo-coffee-estates-company.html>.
Acessado em: 27/01/2021.

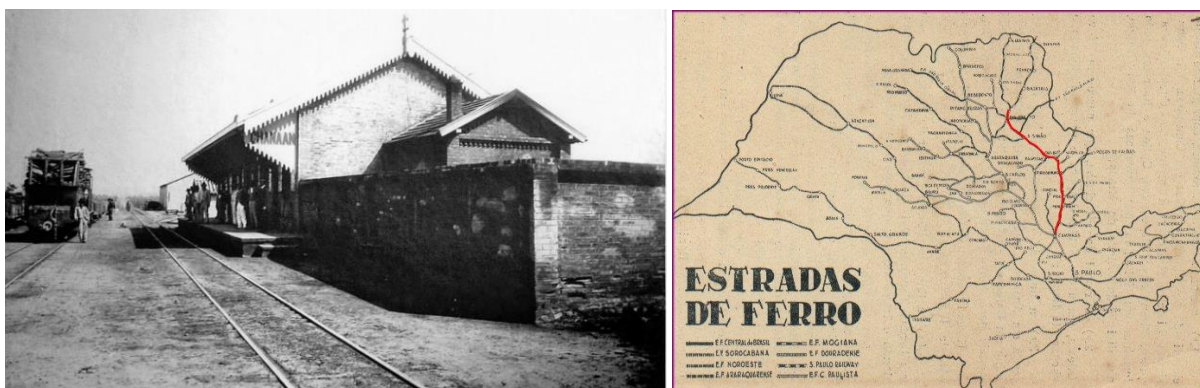
Mapa 2: Mapa com a localização atual do município de Ribeirão Preto (1), onde se inseria a Fazenda Canaã e ferrovia Mogiana (em azul) – Limites dos Municípios Atuais (em cinza)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

A estação que servia esta fazenda era a Estação Canaã, da linha Mogiana (em vermelho na Figura 19) e ficava a aproximadamente 40 km da cidade de Ribeirão Preto. Foi para esta fazenda um total de 155 pessoas, divididas em 24 famílias, vindas da província de Okinawa. O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Akira Mine (HANDA, 1987).

Figura 18 (À esquerda): Estação Canaã; Figura 19 (À direita): Localização no mapa do estado de São Paulo da linha Mogiana, Estação Canaã (em vermelho)



Fonte Figuras 18 e 19: Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/c/canaa.htm, acessado em: 27/01/2021.

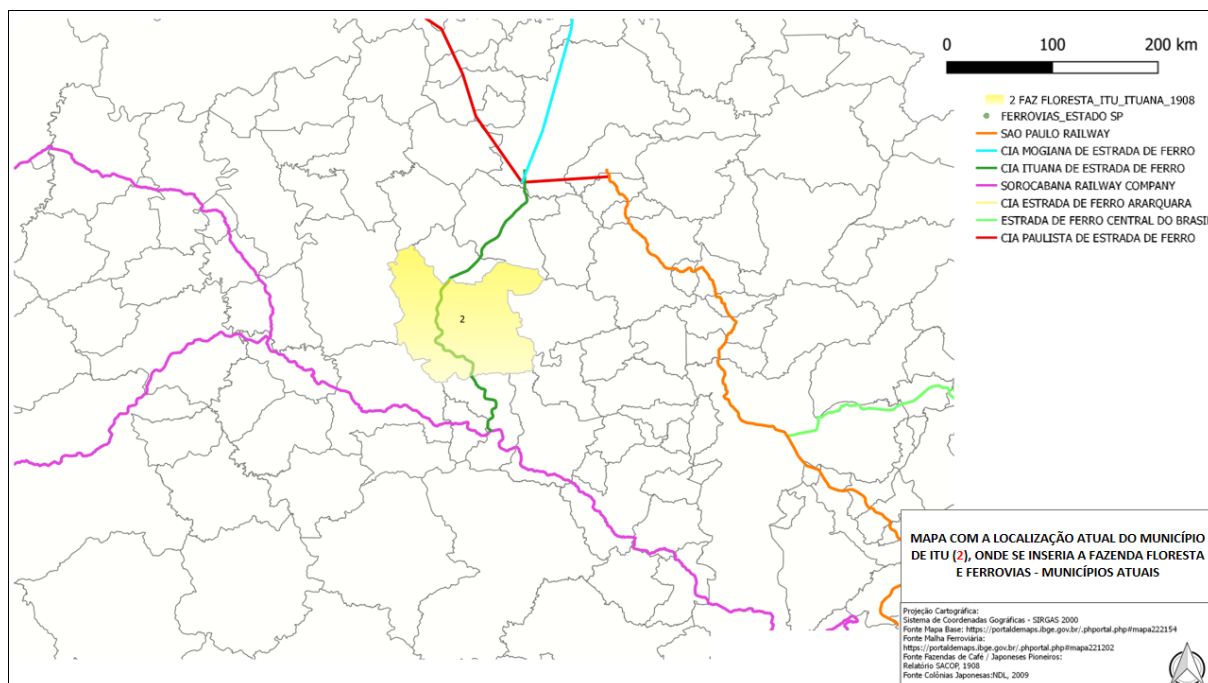
No dia 02 de outubro daquele mesmo ano, segundo Handa (1987), o intérprete Akira acionou o representante da Cia Imperial de Emigração, o senhor Uetsuka, solicitando apoio, em vista da fuga de 31 japoneses, consequência do não cumprimento das promessas de fartas colheitas realizadas pela propaganda realizada ainda em solo japonês, uma vez que a realidade não condizia com a produção da fazenda naquele momento.

As fugas, de certa forma generalizadas entre as demais fazendas, foram fruto de reivindicações quanto à baixa produção de café, as precárias instalações oferecidas às famílias, bem como as perseguições sofridas pelos imigrantes por parte dos denominados “capangas” dos fazendeiros, ou seja, por funcionários armados que zelavam pela lavoura junto aos colonos. Esses “capangas” funcionavam como uma polícia extrajudicial, intervindo nas situações de revoltas e fugas destas famílias, e apresentavam tratamento inaceitável para o trabalhador japonês

A Fazenda Floresta

A Fazenda Floresta, de propriedade do Dr. Godofredo Fonseca, foi a segunda fazenda a receber um grupo de 173 japoneses, divididas em 24 famílias da província de Okinawa, também aos 27 de junho de 1908 (HANDA, 1987).

Mapa 3: Mapa com a localização atual do município de Itu (2), onde se inseria a Fazenda Floresta e a ferrovia Ituana (em verde), Limites dos Municípios Atuais (em cinza)

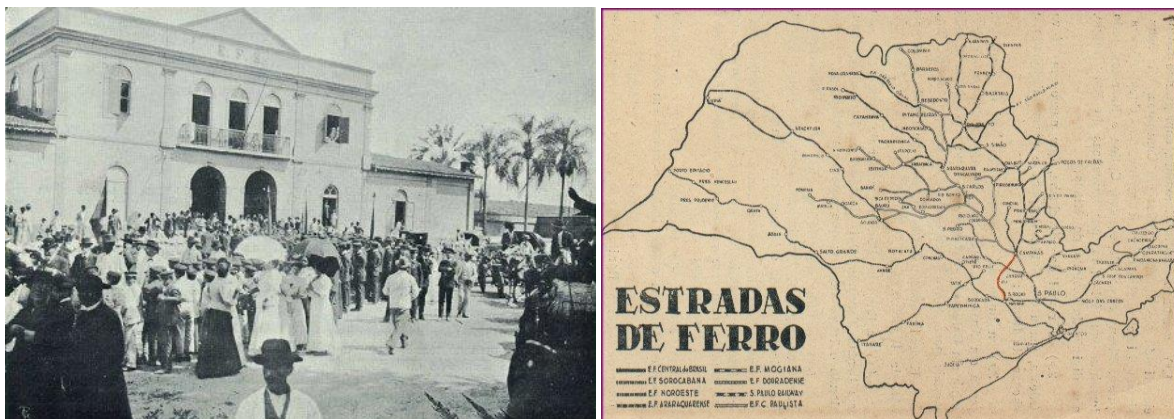


Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

A Fazenda Floresta era servida pela Estação Itu da Estrada de Ferro Ituana¹³, ilustrada na Figura 21, em vermelho, onde hoje se localiza o município de Itu, a 106 km de São Paulo.

Figura 20 (a esquerda) Recepção à frente da Estação Itu em 1906. Figura 21 (a direita) Localização da E. F. Sorocabana no mapa do estado de São Paulo.

16 De acordo com Motoyama (2011), a anexação da Ituana pela Sorocabana ocorreu em 1892, antes da chegada dos imigrantes japoneses. No entanto por força do hábito, manteve-se o mesmo nome da linha.

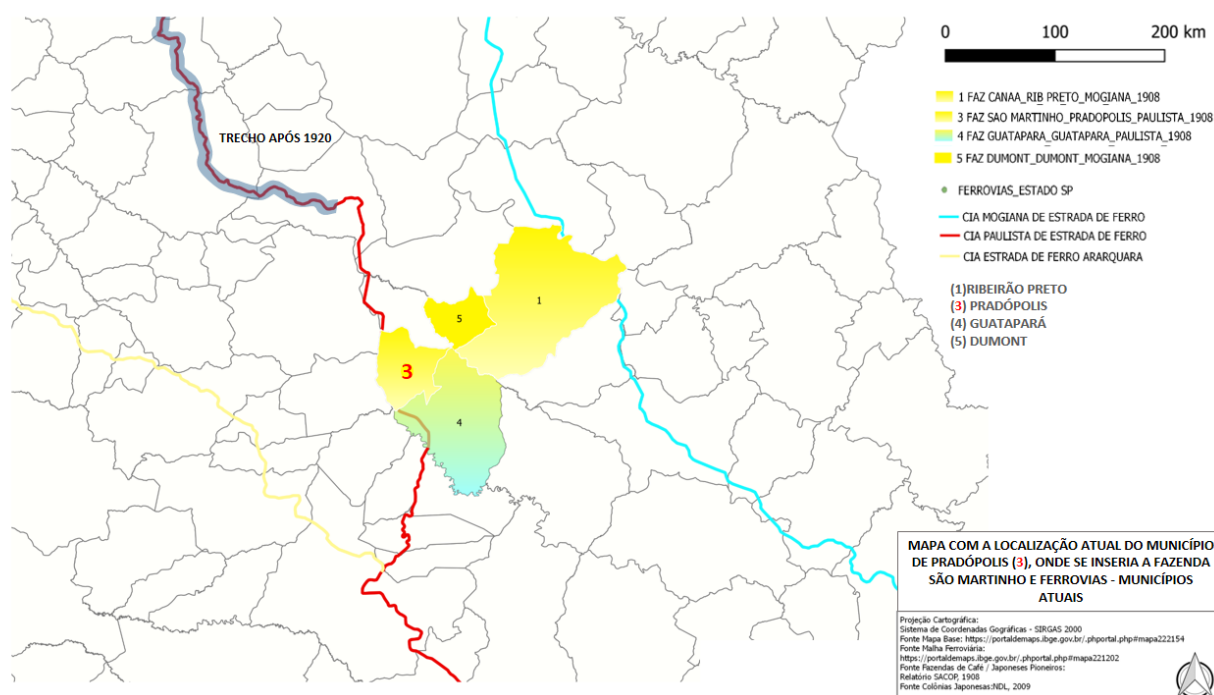


Fonte Figuras 20 e 21: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/itu.htm>, acessado em: 27/01/2021.

O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Motonao Ohno. De acordo com os relatos de Handa (1987), estes imigrantes ingressaram na fazenda amparados por um contrato de trabalho nos cafezais por um período de seis meses e, apesar da safra abundante, muitos, também se iludindo com a possibilidade de ganhos mais fáceis fora dali, decidiram abandonar a fazenda.

A Fazenda São Martinho

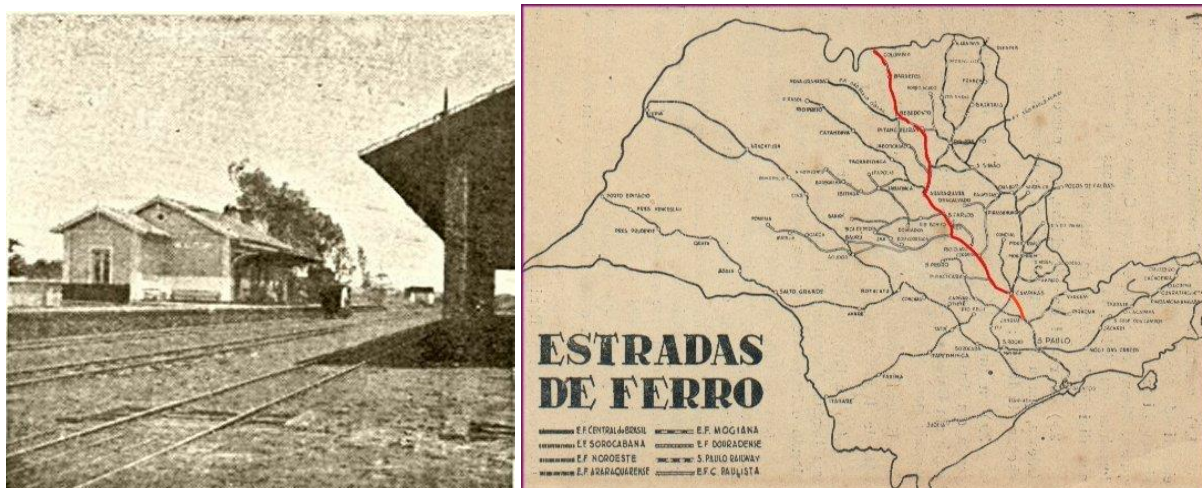
Mapa 4: Mapa com a localização atual do município de Pradópolis (3), onde se inseria a Fazenda São Martinho e ferrovia Paulista (em vermelho), Limites dos Municípios Atuais (em cinza)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

Esta fazenda era servida pela Estação Martinho Prado, Figura 23 (em vermelho), da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, onde hoje está localizado o município de Pradópolis. Desde 1948 a fazenda deu lugar à Usina São Martinho.

Figura 22 (a esquerda): Estação Martinho Prado. Figura 23 (a direita): Localização da linha da Companhia Paulista Estrada de Ferro no mapa de São Paulo.



Fonte Figuras 22 e 23: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/p/pradopolis.html>, acessado em: 27/01/2021.

No dia 28 de junho de 1908, a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho recebeu 101 japoneses, divididos em 27 famílias, oriundos de Kagoshima. O intérprete designado a acompanhar as famílias foi o senhor Teijiro Suzuki (HANDA, 1987).

O contrato assinado entre as partes estabelecia o pagamento trimestral dos rendimentos. Como essa cláusula não foi esclarecida pelo intérprete responsável, ocorreu no dia 2 de setembro de 1908 uma paralização entre os imigrantes japoneses, os quais haviam chegado à fazenda e, até aquela data, não haviam recebido o seu salário, imaginando-se que os vencimentos seriam pagos mensalmente.

Outra reivindicação dos nipônicos era a de receberem uma quantia depositada como garantia junto à companhia de colonização, ainda no Japão, a qual deveria ser quitada no Brasil. Conforme aponta Almeida (2012), o subsídio por parte do governo paulista se dava no custeio de parte da passagem dos colonos e a outra ficava a cargo das companhias colonizadoras japonesas tuteladas pelo seu governo.

Tamanha paralização obteve um desdobramento que necessitou da intervenção do intérprete Arajiro Miura, da Missão Diplomática Japonesa no Rio de Janeiro (instalada desde 1905), de Ryo Mizuno e Shuhei Uetsuka (ambos da Companhia Imperial de Emigração), bem como do diretor da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, o “senhor Fraga”. A decisão, por parte da contratante, foi de expulsar todos os imigrantes japoneses presentes na propriedade (HANDA, 1987).

A Companhia Agrícola Fazenda São Martinho temia que a paralização da minoria de trabalhadores japoneses poderia trazer a incitação de rebeliões por parte dos demais colonos que lá se encontravam, num total de 500 famílias, divididas entre italianos, espanhóis, alemães e chineses, contra as 25 famílias japonesas que aderiram a paralização. Como medida punitiva e exemplar, os administradores da fazenda, após a intervenção citada, ponderaram sobre sua decisão inicial, e acabaram por expulsar somente os líderes da paralização, num total de 7 famílias.

A Fazenda Guatapará

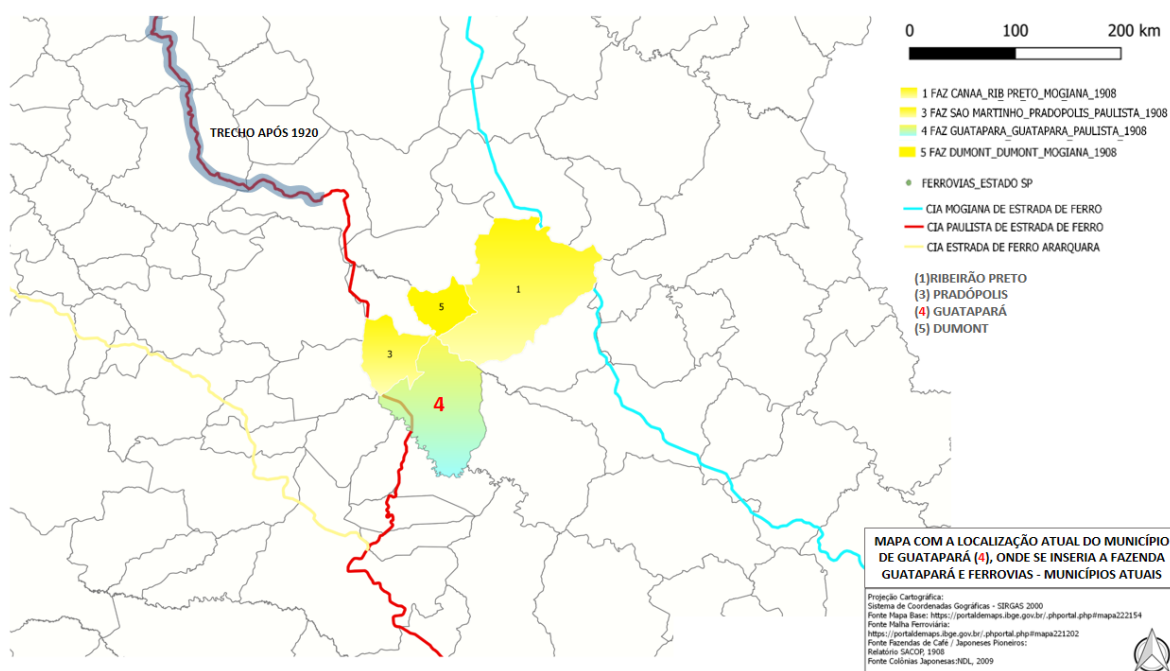
Figura 24 – Japoneses na sede da Fazenda Guatapar



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo

A Fazenda Guatapar era uma grande propriedade que contava com uma área de 9.000 alqueires e 2.100.000 ps de café, onde residiam inúmeros colonos de outras nacionalidades.

Mapa 5: Mapa com a localização atual do município de Guatapar (4), onde se inseria a Fazenda Guatapar e ferrovia Paulista (em vermelho), Limites dos Municípios Atuais (em cinza)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

A Fazenda Guatapar era servida pela Est Guatapar (em vermelho, Figura 26), na linha da Companhia Paulista de Estrada de Ferro entre Ribeirão Preto e Araraquara. Segundo Giesbrecht (2021)¹⁴ esta est atendia tanto as linhas da Cia Paulista quanto da Mogiana, (Figura 29).

Figura 25 (a esquerda): Trem junto à est Guatapar, na década de 1930. Figura 26 (a direita): Localiza da linha da Mogiana no mapa do estado de São Paulo (em vermelho).



Fonte Figuras 25 e 26: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guatapara.html>, acessado em: 27/01/2021.

De acordo com Freitas (1994), os trens que serviam esta fazenda faziam parte de um sistema de transporte

"dos mais modernos. As linhas da Mogiana passavam dentro da fazenda, onde havia uma est junto à sede administrativa, perto da máquina de beneficiar e dos terreiros, e, em 1911, havia um ramal ferroviário particular para o trabalho exclusivo da grande lavoura. O transporte de café para vagões da estrada de ferro era feito por 20 carroes com 150 mulas" (ESTES FERROVIÁRIAS. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/faz_guatapara.htm, acessado em 26/08/2019).

14 Informaes obtidas junto ao site Estes Ferroviárias, produzido por Ralph Mennucci Giesbrecht. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/g/guatapara.html>. Acessado em: 22/12/2020.

De propriedade de D. Albertina Prado e Filhos, esta fazenda recebeu, no dia 28 de julho de 1908, um total de 88 japoneses, sendo 23 famílias das províncias de Nakoshima, Kochi e Niigata (HANDA, 1987).

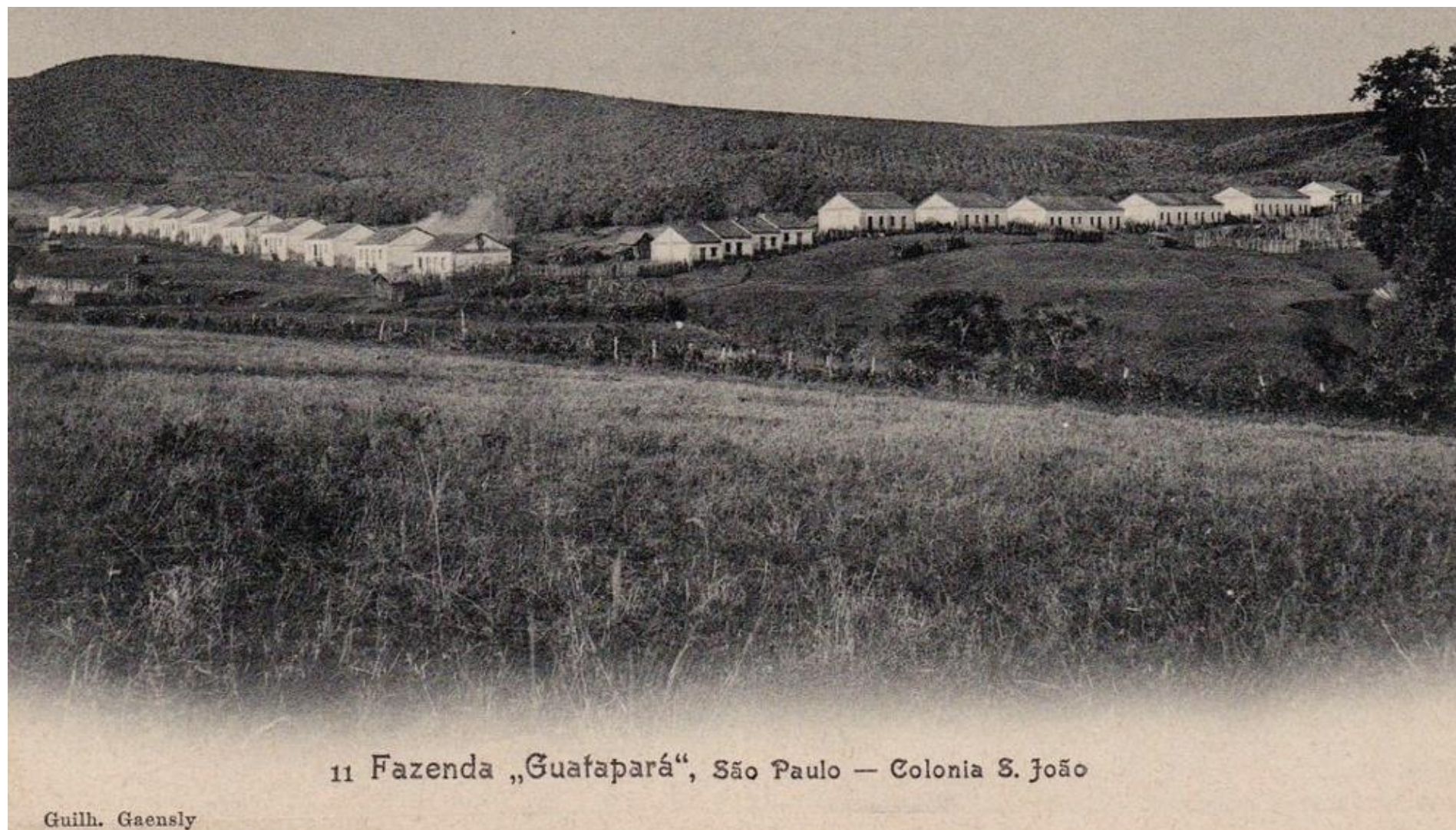
O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Umpei Hirano. Este teve papel fundamental nos desdobramentos dos acontecimentos na fazenda e, devido ao seu bom relacionamento junto aos seus compatriotas, interveio diretamente numa tentativa de fuga, expulsando de antemão os envolvidos no caso. Além deste episódio, Hirano foi importantíssimo na negociação para aquisição de bens de consumo pelos colonos instalados nesta fazenda, criando uma espécie de cooperativa de compras e estabelecendo um novo modelo que viria extinguir os valores abusivos cobrados pelo armazém da propriedade. Na Figura 27 é apresentada uma moeda utilizada para a compra de mantimentos pelos colonos contratados no armazém da fazenda.

Figura 27 – Moeda utilizada para compra de mantimentos no armazém da Fazenda Guataparã



Fonte: Disponível em: <http://www.leilaoromas.com.br/peca.asp?ID=4770078>, acessado em 17/10/2019

Figura 28 – Casa dos colonos na Fazenda Guatapar



Fonte: Disponível em: <https://ribeiraopretoculturaljaf.blogspot.com/2018/05/fazenda-guatapara-colonia-sao-joao-sao.html>, acessado em 06/11/2020.

Segundo relatado por Motoyama (2011), tal fazenda se destacava entre as demais, uma vez que, graças ao empenho do intérprete Umpei Hirano, os colonos viviam em relativa tranquilidade e, ainda que de maneira aquém da almejada, puderam prosperar nestas terras, permanecendo por vários anos como funcionários da lavoura do café.

A Fazenda Dumont

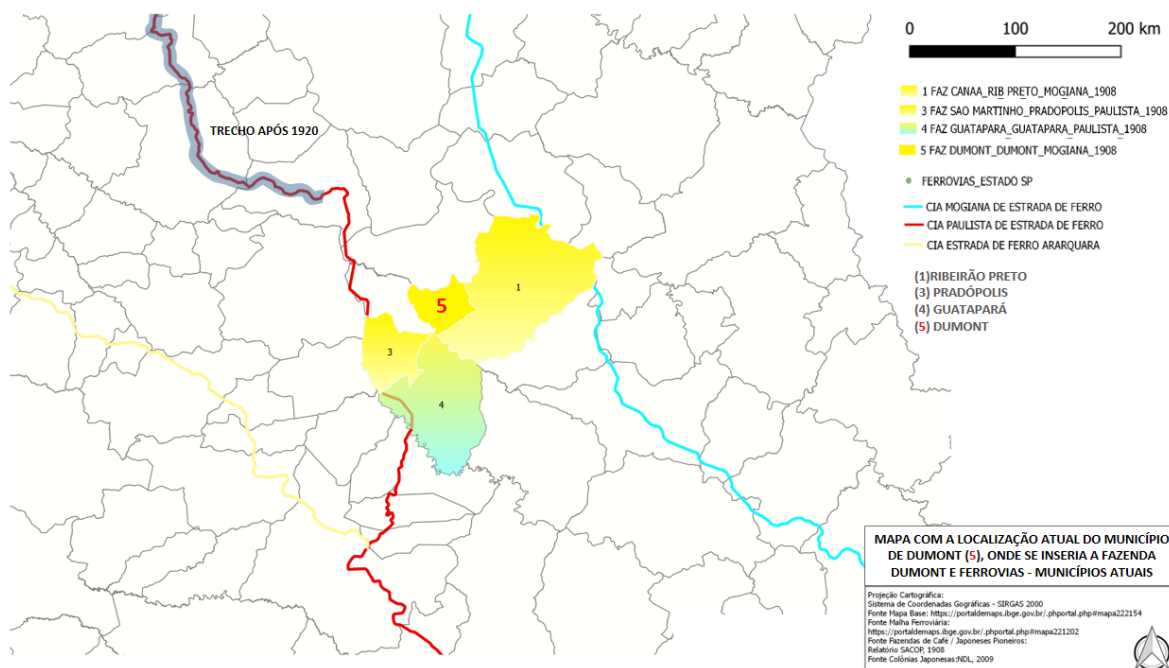
Com trem partindo às 5h da Hospedaria dos Imigrantes do dia 29 de junho de 1908, dirigiram-se para a Companhia Agrícola Fazenda Dumont 210 pessoas, de um total de 52 famílias das províncias de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio. O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Junnosuke Kato (HANDA, 1987). De acordo com Zamboni:

“[...] a antiga fazenda Arindeúva passou a chamar-se Fazenda Dumont, quando adquirida por Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont. Sua produção de café foi de tal monta que Henrique Dumont foi considerado o 2º Rei do Café, contribuindo para que Ribeirão Preto, município a que pertencia a fazenda, tornasse a "Capital do Café". “

[...] Dumont, em 1891, a vendeu para a Cia. Melhoramentos do Brasil, que tinha como sócios Paulo de Frontin, Rocha Miranda e outros. Estes, por sua vez, venderam a propriedade, em 1894, para os ingleses, que constituíram a “Dumont Coffee Company”, que teve como sua representada a Cia. Agrícola Fazenda Dumont, conservando o nome que já tinha tradição no mercado. Os bretões incrementaram a produção, trouxeram muitas famílias de imigrantes, que trabalhavam no regime do colonato.” (ZAMBONI, 1979 *apud*

<http://www.plataformaverri.com.br/index.php?bib=1&local=book&letter=D&idCity=35&idCategory=1&idBook=168>, acessado em 26/09/2019)

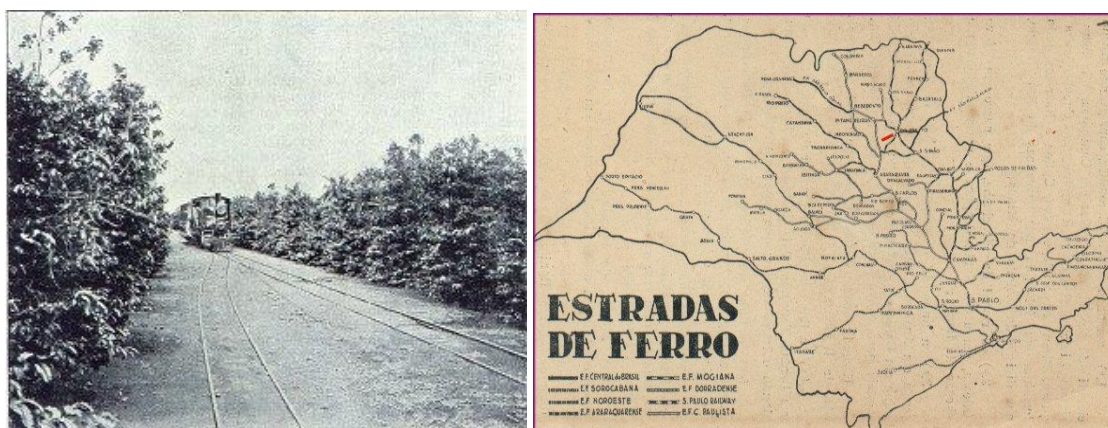
Mapa 6: Mapa com a localização atual do município de Dumont (5), onde se inseria a Fazenda Dumont entre as ferrovias Paulista (em vermelho) e a Mogiana (em azul), Limites dos Municípios Atuais (em cinza)



Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

A Fazenda Dumont foi servida pela Estação Dumont, da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, localizada a 23 km de Ribeirão Preto. A fazenda, na década de 1930, originou a cidade de Dumont. A Figura 29 nos mostra a linha férrea passando pelos cafezais da fazenda e Figura 30 nos apresenta a ferrovia Mogiana (em vermelho).

Figura 29 (a esquerda) Trecho da linha férrea que passava pelos cafezais da Fazenda Dumont. Figura 30 (a direita): Localização da linha da Cia Mogiana no mapa de São Paulo.



Fonte Figuras 28 e 29: Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/lugaresesquecidos/faz_dumont.htm, acessado em 27/01/2021.

Ainda que o passado glorioso da fazenda apontasse para ótimas safras, com elevada produção, a Fazenda Dumont foi a única, do conjunto das seis fazendas, que, após negociações entre seus administradores e os representantes dos imigrantes japoneses, passados 56 dias, teve a retirada total dos recém chegados representantes da terra do sol nascente.

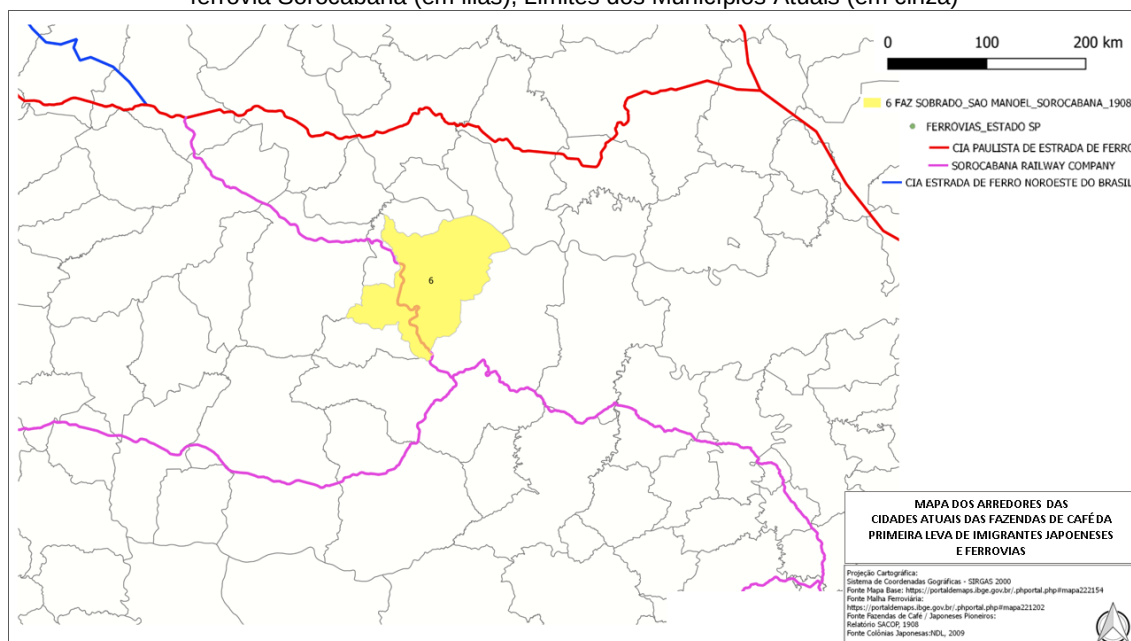
As condições de trabalho e as árvores de café, já cinquentenárias, não proporcionaram o rendimento esperado pelos imigrantes japoneses que, por sua vez, de maneira enérgica trataram de levar seu descontentamento aos representantes da Cia Imperial de Emigração, exigindo alternativas para a situação em que se encontravam.

Todas as 52 famílias foram novamente levadas para a Hospedaria de Imigrantes no dia 25 de agosto de 1908. Segundo Motoyama (2011), uma parte destes egressos foram enviados para São Joaquim, na estação Toledo Piza, sendo os primeiros imigrantes japoneses a serem instalados na linha Noroeste.

A Fazenda Sobrado

Esta fazenda era servida pela Estação Treze de Maio da linha da Estrada de Ferro Sorocabana (Mapa 07), zona que tinha como centro a cidade de São Manoel, a 288 km da capital paulista.

Mapa 7 – Mapa com a localização atual do município de São Manoel (6), onde se inseria a Fazenda Sobrado e a ferrovia Sorocabana (em lilás), Limites dos Municípios Atuais (em cinza)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

Figura 31 (a esquerda): Estação Treze de Maio. Figura 32 (a direita): Localização da linha da Estrada de Ferro Sorocabana no mapa do estado de São Paulo, em vermelho.



Fonte Figuras 31 e 32: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/t/trezemaio.htm>, acessado em 27/01/2021.

No dia 06 de julho de 1908, partiu o total de 49 pessoas, divididas em 15 famílias de Yamaguchi e Aichi para a Fazenda Sobrado, propriedade do Dr. Francisco Antonio Sousa Queiroz (HANDA, 1987).

O intérprete designado ao acompanhamento das famílias foi o senhor Takashi Nihei, e, de maneira contrária às demais fazendas que receberam esta primeira leva de imigrantes, entendeu-se como desnecessária a sua presença na propriedade. A respeito desta dispensa, considera-se que as condições de trabalho e o relacionamento entre os colonos eram cordiais. Handa (1987) relata que muitos dos imigrantes que passaram pela Fazenda Dumont vieram a se instalar, de forma espontânea, na Fazenda Sobrado junto aos demais japoneses chegados também em 1908.

Os contornos adotados pela imigração japonesa no território brasileiro, mais precisamente no estado paulista, não foi mero acaso ou uma política sem planejamento. Havia, por parte das empresas colonizadoras, uma previsão de rentabilidade que agradava aos empresários, políticos e homens posicionados nas decisões de grandes negócios e acordos entre as nações.

A “mão de obra por encomenda” era distribuída pelo mundo de acordo com as oportunidades diplomáticas e de mercado, e o seu movimento variou nos delicados período entre guerras e de crise da lavoura em voga. No caso do estado paulista, o projetado no campo político e administrativo, veio a se cumprir, e dessa maneira os colonos foram

distribuídos pelas fazendas produtoras de café, mas o modo de acolhimento ou absorção dessa nova mão de obra não logrou o sucesso que se esperava.

Dessa maneira, o índice de endividamento e descontentamento entre imigrantes e os senhores das fazendas aumentou, criando-se um ciclo de despesas que não condiziam com as promessas de rendimentos almejadas, somadas às condições das acomodações e as dificuldades de adaptação, acabando por incitar revoltas entre os pioneiros, tidos, a princípio, como “ordeiros e pacíficos”.

Ainda sobre o processo de imigração japonesa para o estado de São Paulo, Saito esclarece que

[...] a unidade emigratória era a família e não o indivíduo, pois o governo paulista estabelecera a condição de pelo menos três braços por família para trabalho em cafezais. Para satisfazer a exigência brasileira os emigrantes japoneses chegaram a formar ‘famílias compostas’, excluindo elementos não produtivos, como crianças e velhos, e acrescentando, por artifícios, pessoas capacitadas para o trabalho que não faziam parte da família (SAITO, 1961, p. 62).

As fazendas de café que receberam a segunda leva de imigrantes (1910)

De acordo com Nogueira (1973 apud ALMEIDA, 2012), acerca da continuidade da corrente imigratória japonesa:

O desembarque dos 781 japoneses em 1908 não seria o único, outras 42 levadas também ocorreriam de forma análoga, ou seja, com imigrantes tendo que lidar com uma nova realidade. Assim como o desembarque inicial, todas as entradas até o ano de 1923 foram subsidiadas. Este intervalo de tempo, de 1908 a 1922, configurou-se como o período de incentivo do governo paulista à formação de uma corrente migratória nipônica, sendo que tal política sofreu apenas uma breve interrupção nos anos de 1915 e 1916. Até os primeiros meses de 1923, quando chegaram os últimos subsidiados, mais de trinta mil japoneses já haviam entrado no estado, sendo que a maioria deles foi direcionada para fazendas de café (Nogueira, 1973, quadro IV, p.204).

Ainda segundo Almeida (2012, apud HALL, 2003), tal ação objetivava o mesmo que subvenções concedidas a outras nacionalidades: garantir um excesso de entradas de pessoas a fim de desvalorizar salários e facilitar o controle de trabalhadores.

A segunda leva de imigrantes japoneses desembarcou no Brasil em 28 de junho de 1910, e, de acordo com Motoyama (2011), estes também foram dirigidos para fazendas no interior paulista, no total de dezessete, seguindo o planejamento inicial que era o de suprir a necessidade de braços que a produção cafeeira demonstrou carecer com o fim do trabalho escravo.

Algumas diferenças em relação a primeira leva determinaram um maior sucesso da empreitada, no que diz respeito a experiência adquirida pelos intérpretes, além da troca de informações com a companhia dos pioneiros. Para algumas localidades não foram enviados intérpretes, visto que a presença de imigrantes veteranos que prestavam a assistência necessária as novas famílias recém chegadas. Outro fator decisivo foi a ótima safra de café do período, o que não impediu que houvessem distúrbios em pelo menos três propriedades: as Fazendas Jataí, Santa Maria e Santa Ana (AOYAGI, 1941 apud MOTOYAMA, 2011)¹⁵.

Em contrapartida aos imigrantes pioneiros, o grau de fixação e cumprimento dos contratos estabelecidos nesta segunda leva apresentou-se elevado, não só pelos motivos acima apontados, bem como pela solicitação de alteração contratual exigida pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão, a fim de se minimizar os percalços sofridos anteriormente.

Dentre as cláusulas apresentadas a companhia que fosse realizar o recrutamento e transporte dos colonos

O antigo contrato foi modificado em 14 de novembro de 1908. As alterações referem-se à composição da unidade familiar imigrante: quais parentes especificamente podiam fazer parte da mesma, que ela devia ter pelo menos três pessoas aptas para o trabalho entre 12 e 45 anos e que teria de ser composta exclusivamente de agricultores. Também facultava àqueles, munidos de pecúlio, adquirir terras em núcleos coloniais, sem passar pela fazenda. Além disso, esse novo contrato alterava, em relação ao anterior, preços de passagens, fretes e prazos a serem cumpridos por ambas as partes (BASSANEZI, 2008, p.76).

Em relação às exigências deferidas aos contratantes, apontou Handa (1987)

15 A Fazenda Jataí era servida pela Cia Mogiana, estação Jataí, já a Santa Maria pela Sorocabana, estação Rodrigues Alves. A localização atual das fazendas nos remete aos municípios de Luis Antonio e São Manuel. Os conflitos remetiam se a fatos recorrentes como cobrança de valores abusivos nos armazéns das fazendas, péssimas condições de trabalho e território de produção aquém aos oferecidos aos imigrantes italianos já instalados, conforme Handa (1987, p.65). As informações acerca da Fazenda Santa Ana (Santana), não são mencionadas pelo autor.

Por sua vez, a autoridade referida indica que deverão ser os seguintes os termos dos acordos: a) Exigir a construção de privadas nas colônias das fazendas onde elas inexistirem. b) Exigir o fornecimento de madeirame suficiente, necessário para a feitura de camas, mesas e cadeiras dos imigrantes. c) Exigir a instalação de rede de água potável nas colônias. d) Exigir que se facilite aos doentes a consulta médica. e) Evitar na medida do possível o recrutamento de imigrantes de Okinawa e de Kagoshima. f) Como o atraso na chegada ao Brasil traz conseqüências desfavoráveis para a colheita de café, exigir que os imigrantes cheguem ao porto de Santos o mais tardar até maio, quando se iniciam as derriças (HANDA, 1987, p.60).

Apesar das dificuldades encontradas anteriormente entre as propriedades que receberam os pioneiros, as fazendas Guatapará, São Martinho e Sobrado receberam uma segunda leva de colonos nipônicos, evidenciando que o insucesso da primeira experiência não foi unânime. Segundo levantamento realizado por Handa (1987), pode se aferir que não só o número de fazendas quase triplicou (de 6 para 17), mas que também a grande maioria estava na porção oeste do estado.

A numeração de referência utilizada para identificar as fazendas no Quadro 2 mantém a sequência iniciada anteriormente no Quadro1, que apontou as fazendas que receberam os imigrantes japoneses pioneiros. A quantidade de ingressados nas fazendas, apresentados entre parênteses, foram obtidos através da obra “História dos 40 anos”, de Rokuro Koyama, que apontou também os que permaneceram (remanescentes) nas fazendas nove meses após a sua distribuição.

Quadro 02: Fazendas de destino da segunda leva de imigrantes japoneses (1910) ¹⁶

Ref.	Fazenda	Ferrovia	Estação	Ingressados	Remanescentes	Município Atual
4*	Guatapará	Paulista	Guatapará	226(226)	225	Guatapará
3*	São Martinho	Paulista	Martinho Prado	106(108)	55	Pradópolis
6*	Sobrado	Sorocabana	Treze de Maio	67(68)	51	São Manoel
7	Veado	Sorocabana	Agudos	44	37	Agudos
8	São Joaquim	Noroeste	São Joaquim	70(65)	61	São Joaquim da Barra

16 Levantamento realizado por Handa (1987, p.65) em Imin Yonjûnenshi (História dos 40 anos da imigração japonesa), de Rokuro Koyama e Brasil ni okeru Nipponjin Hattenshi (História da expansão dos japoneses no Brasil), editada pela Comissão de Edição da História da Expansão dos Japoneses no Brasil, vol. I, p. 270-271. Os dados acerca da Fazenda Santa Ana (Santana), não são apontados pelo autor.

9	Boa Vista	Paulista	Cordeiro	38(39)	38	Cordeirópolis
10	Célula	Douradense	Nova Europa	19	17	Nova Europa
11	Santa Cândida	Paulista	Visc.do Pinhal	48(52)	34	Itirapina
12	Coqueiro	Paulista*	Pantaleão*	-	-	Amparo
13	Paraíso	Paulista*	Pantaleão*	11(21)	11	Amparo
14	Jataí	Mogiana	Estação Jataí	83(84)	3	Luís Antonio
15	São Francisco	Paulista	Campos Sales	23	11	Barra Bonita
16	Guabiroba	Paulista	Joaquim Egídio	14	14	Campinas
17	Joaquim Ribeiro	Sorocabana	Rodrigues Alves	23(24)	19	São Manoel
18	Santa Maria	Sorocabana	Rodrigues Alves	46(45)	47	São Manoel
19	Santana	-	-			-
20	Araguá Mirim	-	-	45	31	-
*Fazendas que receberam colonos também na primeira leva em 1908.						

Fonte: Handa (1987). Elaborado pelo autor (2021).

Embora o planejamento inicial tenha sido direcionado para o trabalho assalariado nos cafezais, e os resultados da segunda leva tenham superado os números da primeira, de acordo com o Relatório da SACOP DE 1912:

Em 1910, 40% dos imigrantes japonezes localizados na lavoura cafeeira não cumpriram seus contratos agrícolas; em 1912 essa porcentagem elevou-se ainda mais, chegando a 62% (Relatório Secretaria da SACOP de 1912-13, p.178).

Outras áreas de atuação também foram ocupadas por aqueles que deixaram as fazendas e buscaram recolocação no mercado, seja através da sua própria iniciativa, ou através do auxílio de agências particulares conforme aponta o Relatório da SACOP de 1912:

Só em uma agência particular de colocação, em meados do mês de Dezembro, existiam 300 creoulos japonezes a procura de emprego. A facilidade com que certos imigrantes recém-chegados abandonaram as fazendas ou para elas deixaram de seguir, contribuiu em muito para isso (Relatório da SACOP de 1912-13, p.185).

Muitos foram os que se dirigiram para o Porto de Santos, buscando trabalho nas docas, frente a necessidade de movimentação de cargas, provindas também, na sua maioria, das fazendas produtoras de café do interior do estado.

Figura 33: Movimentação de carga de café no Porto de Santos, início século XIX



Fonte: Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/porto/portoh06.htm>, acessado em 06/11/2020.

Outros procuraram ocupação como empregados domésticos, pequenos comerciantes, empreendedores, autônomos, de modo geral nas cidades, bem como em direção aos empreendimentos predominantemente rurais, supervisionados pelo Ministério das Relações Exteriores Japonês. Tais empreendimentos necessitavam de serviços das mais variadas montas, como carpinteiros, fotógrafos, técnicos e outras qualidades e habilidades provindas do plano em massa de alfabetização do governo da Era Meiji.

Aos poucos, o quadro negativo da primeira experiência com as seis fazendas de café foi sendo modificado e os japoneses, num espaço de tempo relativamente curto, se posicionaram na cadeia produtiva brasileira, ocupando territorialmente o estado de São Paulo com trabalhos predominantemente rurais.

Segundo Monbeig (1984), o trabalho paralelo desenvolvido com o algodão junto a culturas do café, foi o que ajudou os japoneses a saírem da condição de assalariados e melhorar sua condição social. Neste aspecto, Kikuthi (2014) salienta que

Para os colonos japoneses, arrendar terras e plantar algodão permitia um retorno financeiro rápido aliado ao fato que o produto tinha procura e bons preços. Para o imigrante japonês a possibilidade de arrendar terras remetia a um passado no Japão, em que um homem com arrendamento ganhava dinheiro e podia mudar de casta, ascendendo socialmente. Este aspecto histórico pode ajudar a entender o valor dado à terra pelos japoneses (KIKUTHI, 2014, p.50).

Independentemente do local de fixação destes imigrantes, neste primeiro momento, em que o japonês é direcionado como mão de obra para a lavoura do café, quase que a totalidade dos imigrantes retirantes destas fazendas retornou à Hospedaria em busca de novas colocações.

Dentre as novas ocupações deste contingente, segundo Motoyama (2011), dos 282 japoneses que foram em busca de novos trabalhos: 108 recolocaram-se em outras fazendas; 101 tomaram outros destinos que não a lavoura e 73 foram direcionados para trabalhos na construção de estradas de ferro, estas em franca expansão em direção a áreas até então pouco exploradas no território. Assim, mesmo com todas as dificuldades e desilusões, este modelo de colonização, baseado no fornecimento de mão de obra do imigrante japonês, foi repetido com o envio de uma segunda remessa em 28 de junho de 1910. De maneira semelhante aos que chegaram em 1908, estes trabalhadores também foram enviados como mão de obra para 17 fazendas, dentre estas, três remanescentes da primeira leva: Fazenda Guatapará, São Martinho e Sobrado (MOTOYAMA, 2011).

Os resultados desta segunda leva de colonos imigrantes japoneses, também para fazendas de café, apresentou um resultado positivo, aumentando o grau de fixação do trabalhador no território, diferente da primeira, ao passo que devido ao dinâmico processo de colonização japonês, possibilitou que outros nipônicos empreendessem suas forças em outras culturas no trabalho agrícola, mas também em demais atribuições nos serviços das cidades, comércio e empreendedorismo em geral.

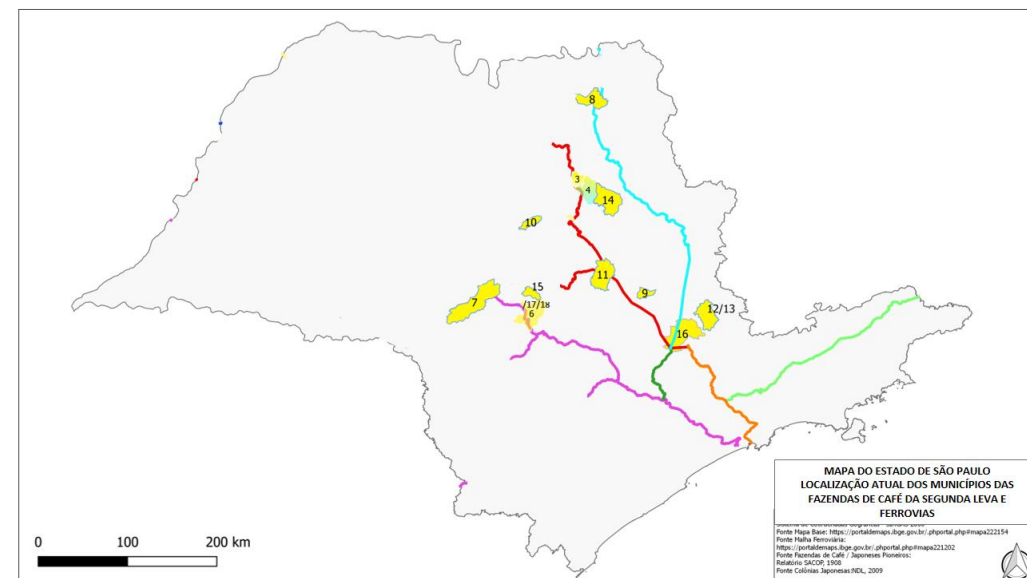
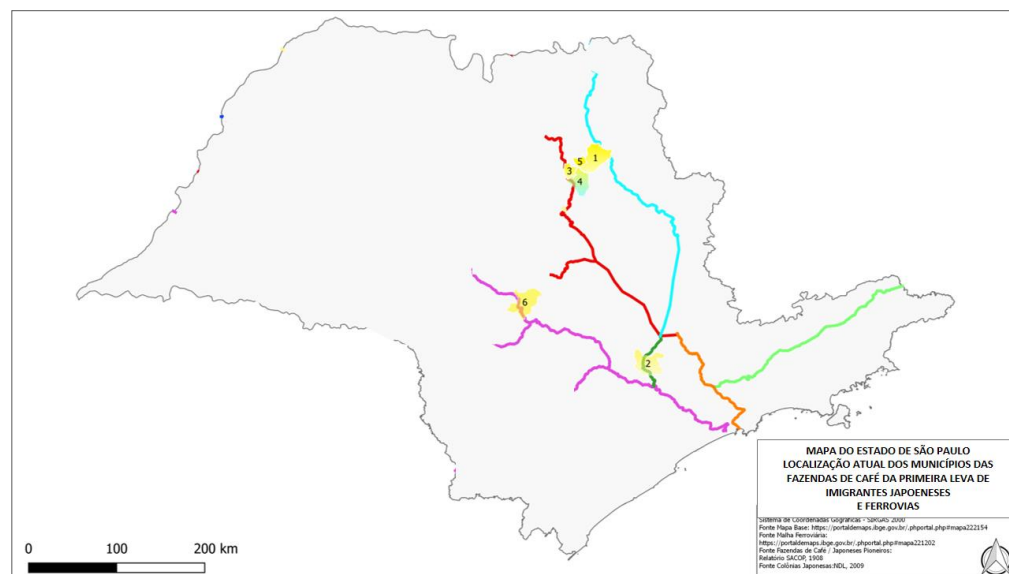
Para ilustrar a introdução das colônias dos imigrantes japoneses, são apresentados os Mapas 8, 9 e 10, que identificam as fazendas de café (amarelo) as quais receberam os nipônicos como colonos assalariados nas primeira e segunda leva, respectivamente em 1908 e 1910.

Através dos dados disponíveis em Handa (1987), identificou-se os municípios onde se encontravam as fazendas receptoras destas duas levadas, através da análise de suas respectivas estações ferroviárias e linhas que as serviam. As informações disponíveis

acerca das estações ferroviárias que atendiam as fazendas estão disponíveis no site Estações Ferroviárias, de Ralph Mennucci Giesbrecht.

A numeração utilizada na legenda dos mapas segue a sequência do Mapa 01, pois três fazendas que receberam imigrantes japoneses na segunda leva (1910), já haviam recebido colonos anteriormente (1908). Assim, nestas manteve-se a numeração anterior. As Fazendas Santana e Araguá Mirim não dispunham de informações no texto de Handa (1987).

Mapa 8 (a esquerda): As 6 Fazendas de café da Primeira leva (1908); Mapa 9 (a direita): As 17 Fazendas de café da Segunda leva (1910)



TRECHOS FERROVIÁRIOS ATÉ 1900

— SAO PAULO RAILWAY
— CIA MOGIANA DE ESTRADA DE FERRO
— CIA ITUANA DE ESTRADA DE FERRO
— SOROCABANA RAILWAY COMPANY
— CIA PAULISTA DE ESTRADA DE FERRO

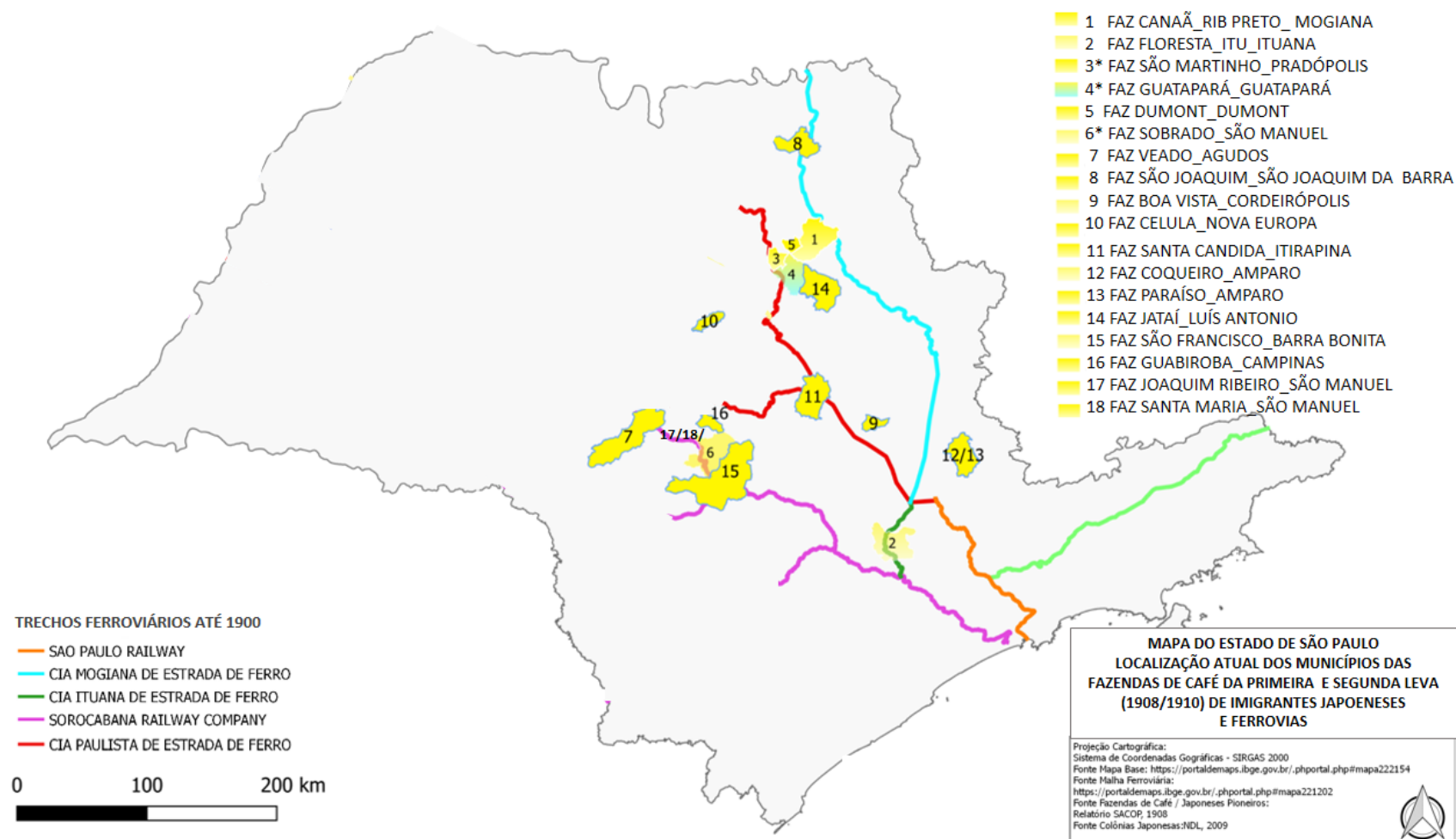
1 FAZ CANAA_RIB PRETO_MOGIANA_1908
2 FAZ FLORESTA_ITU_ITUANA_1908
3 FAZ SAO MARTINHO_PRADOPOLIS_PAULISTA_1908
4 FAZ GUATAPARA_GUATAPARA_PAULISTA_1908
5 FAZ DUMONT_DUMONT_MOGIANA_1908
6 FAZ SOBRADO_SAO MANOEL_SOROCABANA_1908

7 FAZ VEADO_AGUDOS
8 FAZ SÃO JOAQUIM_SÃO JOAQUIM DA BARRA
9 FAZ BOA VISTA_CORDEIRÓPOLIS
10 FAZ CELULA_NOVA EUROPA
11 FAZ SANTA CANDIDA_ITIRAPINA

13 FAZ PARAÍSO_AMPARO
14 FAZ JATAÍ_LUÍS ANTONIO
15 FAZ SÃO FRANCISCO_BARRA BONITA
16 FAZ GUABIROBA_CAMPINAS
17 FAZ JOAQUIM RIBEIRO_SÃO MANUEL
18 FAZ SANTA MARIA_SÃO MANUEL

Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000
(Elaborado pelo autor).

Mapa 10: As Fazendas de café da Primeira (1908) e Segunda (1910) leva de imigrantes japoneses no estado de São Paulo



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa221702>;

Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

3.3. Conclusões do Capítulo 1

Neste capítulo observou-se que o projeto imigratório empreendido entre o Japão e o Brasil foi resultado de um acordo diplomático que buscou atender às necessidades de ambas as nações. Por parte do Brasil, especificamente para o Estado de São Paulo, necessitava-se recrutar mão de obra para os trabalhos nos latifúndios cafeeiros, enquanto o Japão procurava aliviar sua alta concentração populacional com o envio de seus cidadãos à outras nações em projetos colonizadores de forma planejada. Neste contexto aponta-se que o Japão apresentava características sociais ainda feudais, mas também com a abertura econômica do país em franca expansão, já com a sua política colonizadora iniciada anteriormente nas Ilhas Guam, nos Estados Unidos e no Peru.

Observa-se que a maioria dos colonos da primeira leva (1908) foi direcionada a propriedades localizadas entre as estradas de ferro Mogiana e Paulista, na Borda do Planalto Ocidental, correspondente a parte do oeste paulista que engloba as cidades de Ribeirão Preto, Franca e os núcleos cafeeiros mais expressivos do estado, à época. A segunda leva (1910), por sua vez, direcionou grande parte de seus colonos para a região da estrada de ferro Sorocabana, próxima aos municípios de Agudos, São Manoel e Barra Bonita, já na porção mais a oeste do estado.

Pondera-se que a primeira leva de imigrantes japoneses apresentou resultados questionáveis em relação ao seu rendimento e fixação nestas fazendas, uma vez que metade destas mantiveram a mão de obra japonesa, número considerado abaixo das expectativas dos fazendeiros. A segunda leva demonstrou uma maior e melhor absorção, em relação à primeira. No entanto, posteriormente, o fluxo imigratório ocorreu de forma decrescente para os latifúndios cafeeiros.

Com este mapeamento das fazendas que receberam estes primeiros imigrantes procurar-se-á averiguar, no próximo capítulo, se houve uma possível proximidade e a relação destes latifúndios com as colônias japonesas surgidas após a segunda leva, a partir de 1911.

CAPÍTULO 2: MAPEAMENTO DA OCUPAÇÃO DAS TERRAS PAULISTAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OS NÚCLEOS COLONIAIS OFICIAIS E AS COLÔNIAS JAPONESAS



4.1. A Colonização Oficial do Governo do Estado de São Paulo

A Colonização Oficial do Governo do Estado de São Paulo teve início em 1890 com a criação dos “Núcleos Coloniais”. Este é um termo, segundo Paiva (2013), que designa as “iniciativas oficiais de colonização” (PAIVA, 2013, p.49). Já o termo “Colônia”, segundo o mesmo autor, é mais “ambíguo, na medida em que pode identificar tanto as áreas de colonização da iniciativa privada quanto o conjunto de moradias e áreas anexas nas quais residiam os trabalhadores (colonos) no interior das grandes propriedades” (PAIVA, 2013, p.49). Outro item esclarecido pelo autor, diz respeito a quem implantou as Colônias e seus objetivos: “Diferentemente dos Núcleos Coloniais, as Colônias - oriundas da iniciativa privada – não tiveram como objetivo criar um reservatório de mão de obra para a cafeicultura.... Eles adquiriam porções de terras que eram, posteriormente, loteadas e vendidas. Em ambos os casos, tanto os Núcleos Coloniais como as Colônias eram uma alternativa para que os imigrantes pudessem adquirir uma propriedade e reproduzir um modo de vida camponês que não fosse completamente atrelado aos interesses dos cafeicultores” (PAIVA, 2013, p 52 53).

Nesta dissertação será utilizado, portanto, o termo Colônia Japonesa para designar as iniciativas privadas feitas com o objetivo de criar áreas de colonização com famílias japonesas

A criação dessas áreas da iniciativa privada deveria seguir alguns pressupostos que foram definidos por duas leis, no âmbito estadual e federal. Ambas serão analisadas a seguir.

4.1.1 A Legislação Estadual e Federal quanto aos núcleos coloniais

A análise das colônias japonesas que serão apresentadas posteriormente, apoiou-se na legislação vigente, que dispunha sobre a imigração e colonização no estado, com o intuito de se identificar as características de implantação orientadas aos Núcleos de caráter oficial, com as Colônias Japonesas criadas de forma privada.

Assim, em 10 de abril de 1907, o governo do estado de São Paulo publicou o Decreto 1458, que regulamentou a execução da Lei 1045C, de dezembro de 1906.

Este documento apresenta 37 páginas, divididas em 5 partes: Parte I – Da Imigração; Parte II – Da colonização; Parte III – Das repartições para execução do presente

regulamento; Parte IV – Do fundo Permanente de Imigração e Colonização e Parte V – Disposições Gerais. Cada parte expõe detalhadamente as diretrizes a serem adotadas para a imigração e colonização a serem realizadas no estado paulista, e para esta pesquisa, no que se refere a organização espacial das colônias japonesas, selecionou-se a análise de 6 artigos contidos na Parte II. Esta parte do Decreto regulamenta os moldes para a colonização oficial do estado, quanto a criação de Núcleos Coloniais.

Nove dias após a publicação paulista, em 19 de abril de 1907, o governo federal lançou o Decreto 6455, que por sua vez aprovava as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Este documento, por sua vez, apresenta 11 páginas que se distribuem 4 Títulos (partes): Título I - Disposições Preliminares; Título II - Da colonização; Título III - Da imigração e Título IV - Disposições Gerais. Conforme justificado anteriormente, para esta pesquisa analisou-se dois artigos contidos no Título II em seu Capítulo I que discorre sobre a classificação dos Núcleos Coloniais e sua fundação, bem como um artigo do Capítulo V, que versa sobre a colonização por companhias ou associações e particulares.

O teor de ambos os decretos assemelha-se e eles se complementam no que diz respeito às tratativas relacionadas ao recebimento dos imigrantes e também acerca da implantação de Núcleos Coloniais, fossem eles no território do estado paulista, fosse no restante do Brasil. A análise que se segue, procurou identificar no teor destes dois decretos, ainda que estes se direcionassem à criação de Núcleos Coloniais Oficiais, diretrizes de implantação, parcelamento e distribuição, que porventura nortearam a criação das Colônias Japonesas que serão analisadas no próximo capítulo.

Acerca da definição dos Núcleos Coloniais, o Decreto Federal 6455 dispõe aos termos da lei que

Nucleo colonial, para os efeitos deste decreto, é a reunião de lotes, medidos e demarcados, de terras escolhidas, férteis e apropriadas a agricultura ou a indústria agro-pecuária, em boas condições de salubridade, com abundancia de agua potavel para os diversos misteres da população (Decreto Federal 6455, Artigo 5 - Diário Oficial - 4/5/1907, Página 3086).

O Decreto Estadual 1458 aponta que o governo de São Paulo buscou promover não só a ocupação do seu território através da colonização rural, bem como com vistas para o desenvolvimento de zonas urbanizadas

Artigo 126 - Cada nucleo colonial será, conforme a sua extensão, dividido em secções ou districtos, além da respectiva séde ou sedes;

Artigo 127 - Os lotes de cada nucleo serão de duas especies: -urbanos ou da séde e rurais;

Artigo 128 - Os lotes urbanos serão destinados a futuras povoações, e os ruraes serão exclusivamente destinados á lavoura¹⁷

Ainda em relação a distinção dos lotes, o decreto paulista evidencia

Artigo 129 - Das terras adquiridas para cada nucleo, se discriminará uma area para a futura povoação, na qual se demarcarão lotes urbanos de 2.500 metros quadrados, quantos forem necessários¹⁸

Sobre a criação destes Núcleos, o Artigo 6, do referido decreto federal, apontava a possibilidade de se implantar unidades tendo em vista a parceria desenvolvida junto a empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações, bem como por particulares. O decreto ainda apontava para a possibilidade de se contar, ou não, com auxílio da União e dos Estados.

Outro item mencionado em ambos os documentos era a composição familiar como pré-requisito para o ingresso nos núcleos, ainda que o Decreto Federal buscasse a proporcionalidade entre lotes oferecidos com a quantidade de famílias recebidas. Definia-se também o raio máximo de 12 quilômetros para a ocupação do Núcleo

[...] Existencia de área necessaria, a juizo do Governo, para o estabelecimento de 50 familias de immigrants, pelo menos, em igual numero de lotes ruraes, contiguos, ou disseminados em uma região cujo raio maximo não exceda de 12 kilometros (Decreto Federal 6455, Artigo 80 b - Diário Oficial - 4/5/1907, Página 3086).

¹⁸ Decreto 1458 – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - Secretaria Geral Parlamentar – Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 01/08/2021.

¹⁹ Decreto 1458 – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - Secretaria Geral Parlamentar – Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 01/08/2021.

Ainda sobre a necessidade da composição familiar para a aquisição de lotes nos Núcleos Coloniais Estaduais, o decreto estabelecia:

Para que possa obter concessão de lote rural, deverá o pretendente ter família (Decreto 1458, Artigo 138 – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - Secretaria Geral Parlamentar – Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 01/08/2021).

As orientações sobre a localização dos Núcleos e a sua conexão aos centros urbanos mais próximos são apontadas em ambos os decretos, ainda que o federal dispusesse de um capítulo que estabelecia a possibilidade da criação “Linhas Coloniais”

Serem as terras férteis, em zona absolutamente salubre, á distancia conveniente de centros commerciaes e aos quaes se liguem por estrada de ferro ou de rodagem, em condições que permittam aos colonos a expansão nas culturas e industrias, e a venda dos productos com lucro compensador do seu trabalho... (Decreto Federal 6455, Artigo 80 c - Diário Oficial - 4/5/1907, Página 3086).

Linha colonial, na conformidade deste decreto, é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente ou proximos uns dos outros, destinados a ser povoados por immigrants, como seus proprietarios. Art. 88. As linhas coloniaes deverão situar-se em zonas que satisfaçam as condições essenciaes, exigidas para os nucleos, e serão de preferencia abertas, em terras devolutas, em terras particulares desaproveitadas, ou mal utilizadas, quando os accidentes do terreno ou a sua constituição em faixas de melhor natureza e mais accentuada fertilidade, ou outras circumstancias eventuaes, aconselharem a adopção desse systema para o seu melhor aproveitamento. (Decreto Federal 6455, Artigo 87 - Diário Oficial - 4/5/1907, Página 3086).

No artigo 131, do referido decreto estadual, apresentou-se a discriminação da área dos lotes rurais em no máximo 50 hectares. Aqueles situados próximos a rios navegáveis e estradas de ferro deveriam apresentar 25 hectares. Aqueles localizados próximo a estrada de ferro Sorocabana, em terras devolutas ou afastadas de meios de transportes poderiam apresentar a área máxima de 50 hectares.

Aliados aos Núcleos Coloniais também estavam previstos os “Campos de Demonstração”, para o ensaio de novas culturas e o desenvolvimento de novas tecnologias em suas terras.

Nos nucleos coloniaes destinados para a localização de imigrantes recém-chegados, se discriminará também uma área para um campo de demonstração, que será mantido pelo Governo. (Decreto 1458, Artigo 130 – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - Secretaria Geral Parlamentar – Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 01/08/2021).

A análise das colônias japonesas que serão apresentadas posteriormente, apoiou-se na legislação vigente, que dispunha sobre a imigração e colonização no estado. Assim, em 10 de abril de 1907, o governo do estado de São Paulo publicou o Decreto 1458, que regulamentou a execução da Lei 1045C, de dezembro de 1906.

Este documento apresenta 37 páginas, divididas em 5 partes: Parte I – Da Imigração; Parte II – Da colonização; Parte III – Das repartições para execução do presente regulamento; Parte IV – Do fundo Permanente de Imigração e Colonização e Parte V – Disposições Gerais. Cada parte expõe detalhadamente as diretrizes a serem adotadas para a imigração e colonização a serem realizadas no estado paulista, e para esta pesquisa, no que se refere a organização espacial das colônias japonesas, selecionou-se a análise de 6 artigos contidos na Parte II. Esta parte do Decreto regulamenta os moldes para a colonização oficial do estado, quanto a criação de Núcleos Coloniais.

4.1.2 Mapeamento dos Núcleos Coloniais Estaduais e Federais

As ações realizadas em função da ocupação de suas terras, tiveram pelos governos, fosse ele imperial, federal ou estadual, entre outras atribuições, o caráter de reconhecimento de suas terras e a sua orientação estratégica visando a demarcação das fronteiras do extenso território brasileiro.

Ainda que este estudo se refira ao período republicano brasileiro, cabe salientar a questão territorial no Brasil Império, conforme aponta Ferrari (2020):

Sobre a história do Brasil, houve algumas constantes. Uma delas foi o desafio de se “conquistar e humanizar os sertões”. Nas variadas possibilidades e ritmos desiguais, tal desafio foi sendo superado às vezes espontaneamente, por exemplo, na marcha para o oeste que se projetou desde os tempos coloniais com o movimento das bandeiras. Estas, quando se tratando de personagens paulistas, são visivelmente aclamadas, vistas

como a primeira manifestação de proeminência de São Paulo (FERRARI, 2020, p.105).

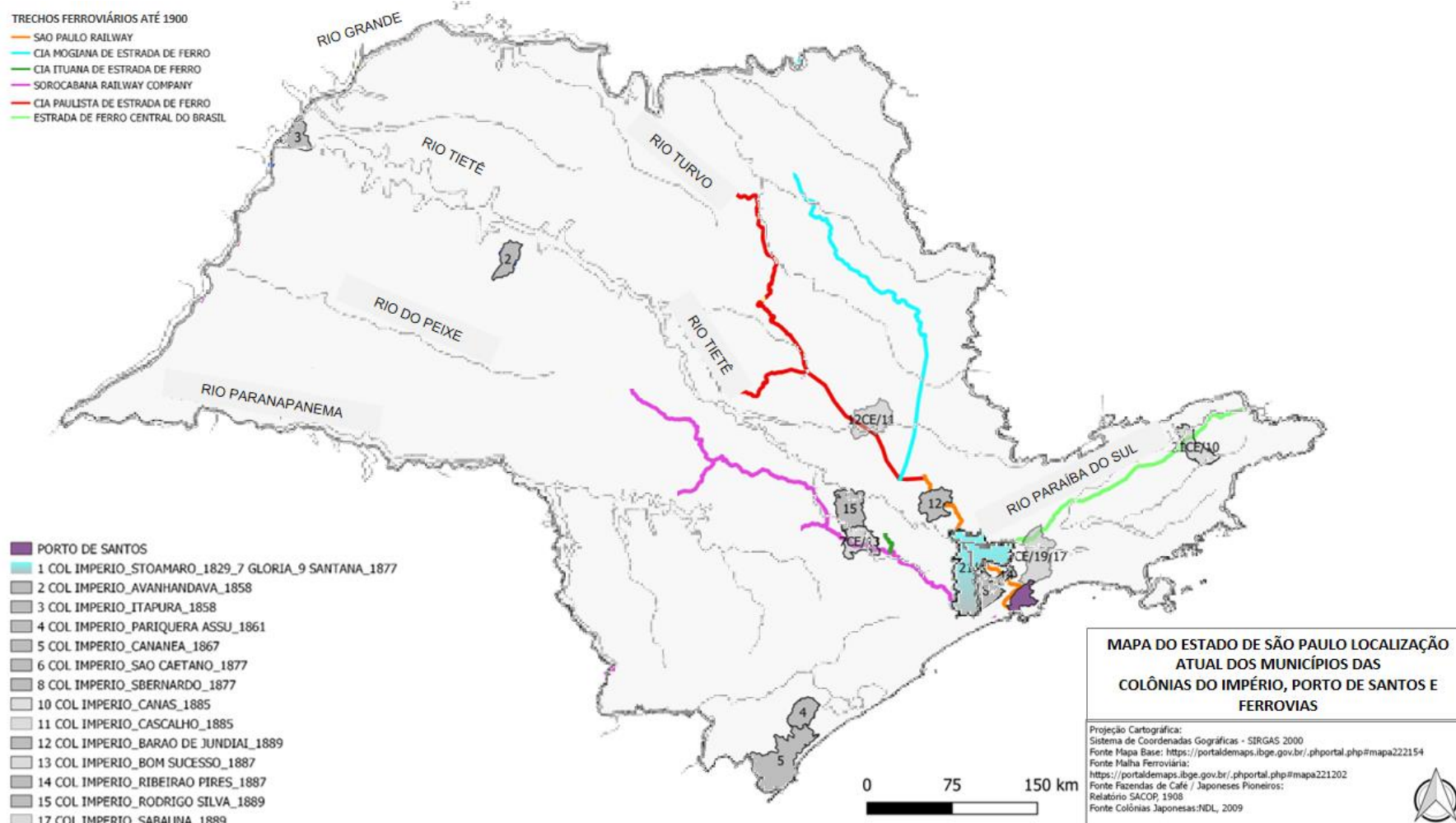
Sobre essa premissa, foram criadas no atual estado de São Paulo, ainda na época do império, as Colônias Militares de Avanhandava e Itapura, ambas fundadas em 1858, que tinham como função primordial proteger o território tendo em si uma árdua tarefa, visto sua grande distância das zonas mais desenvolvidas, onde se concentravam o poder político e econômico. De acordo com Deffontaines, acerca da utilização e ocupação destas áreas

[...] se fundaram postos militares em regiões assoladas pelos assaltos para fazer respeito aos bandidos. Assim foram estabelecidas em 1850, Itapura sobre o Paraná na fronteira de Mato Grosso, e Avanhandava sobre o Tietê perto de Bauru” (DEFONTAINES, 1944, p.143).

Assim, o governo imperial brasileiro durante os anos de 1829 a 1889 implantou no atual estado de São Paulo, 16 Núcleos Coloniais, conforme aponta-se no Mapa 11, buscando, na medida do possível, cumprir-se a distribuição de unidades nos limites das terras paulistas. Ainda assim, observa-se a presença de unidades nos arredores do atual município de São Paulo, em importantes zonas produtoras de café da região de Campinas, bem como no litoral sul, na região da Vale do Ribeira. Este mapeamento demonstra a ocupação do território do Estado de São Paulo, através da implantação destes Núcleos, com uma política iniciada no Império e continuada pelo governo republicano, que será abordada posteriormente.

No Mapa 11, a seguir, representou-se também o percurso de seis ferrovias até os anos 1900, responsáveis pelo escoamento da produção agrícola, bem como pelo trânsito de passageiros no estado: São Paulo Railway, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, Companhia Ituana de Estrada de Ferro, Sorocabana Railway Company, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Estrada de Ferro Central do Brasil.

Mapa 11: Mapa do Estado de São Paulo – Municípios atuais das Colônias implantadas pelo Império, Porto de Santos e Ferrovias.



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa221702>; Fonte Bacias Hidrográficas: <https://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/detalhe.imagem.jsp?id=69068>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

Segundo Arezzo (1982 apud Shiiki, 2019), “o conceito de colonização empregado pelo Brasil a partir da primeira metade do século XIX e, conseqüentemente, pelo estado de São Paulo, foi tratado como uma política de governo com o propósito de atrair o homem ao espaço agrário, e, dessa maneira, incentivar a sua fixação no campo, a chamada colonização dirigida”.

Paiva (2008) aponta que, desde o advento da República, o governo do estado procurou realizar a colonização de suas terras, principalmente por meio da instalação e administração não só dos Núcleos Coloniais Oficiais, bem como através da criação de Áreas de Colonização. De acordo com o autor, o processo de implantação destas Áreas de Colonização deu-se a partir da década de 1930, resultado do processo de discriminação de das terras devolutas realizado em 1933; portanto, em período posterior ao arco temporal adotado para esta pesquisa (1908 -1924).

Em vista da criação dos Núcleos Coloniais, o governo do estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria da Agricultura, entre os anos de 1890 e 1911, direcionou a implantação de suas unidades em diversas regiões, caracterizadas pela sua ligação à cafeicultura e aos interesses dos cafeicultores (PAIVA, 2008).

Observa-se, no Mapa 12, que os Núcleos Coloniais Estaduais deste período buscaram atender à região do litoral e às principais zonas produtoras de café no interior, no entanto, não avançando para a zona oeste, que ainda não dispunha de um traçado ferroviário que pudesse beneficiar o desenvolvimento da região, pouco explorada até então.

De acordo com Saes (2010), a ocupação do oeste paulista se deu a partir da segunda metade do século XIX, tendo em vista a expansão cafeeira que passou a migrar seus esforços e interesses, da antiga zona do Vale do Paraíba, em busca de terras virgens que se tornaram polos de atração do capital e do movimento populacional.

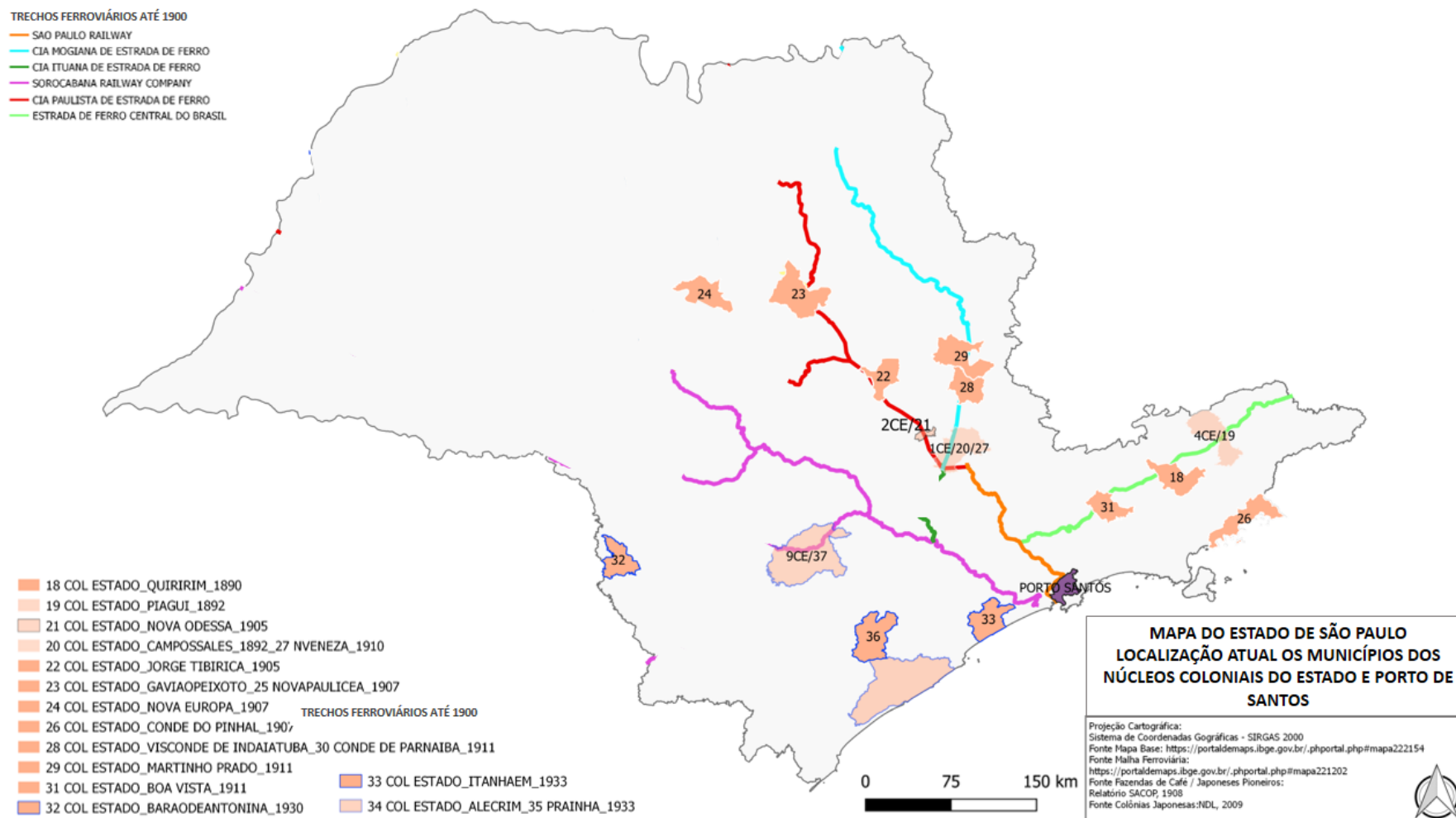
Sobre a ocupação do oeste paulista

Para Monbeig (1984), a frente de expansão é um movimento de ocupação irregular, onde população, plantação, pastagens e florestas remanescentes convivem num mesmo espaço. Porém, essa marcha teve dois momentos no Oeste Paulista: o “Velho” e o “Novo” (SOUSA, 2008, p.34)¹⁹.

19 “Oeste Paulista “Velho” era considerada toda a região do sertão que fica a oeste do Vale do Paraíba, enquanto o Oeste Paulista “Novo” pertenciam as regiões administrativas do Estado de São Paulo de: São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília (SOUSA, 2008)”.

No Mapa 12, juntamente com a localização atual dos municípios em que foram implantados os Núcleos Coloniais Estaduais, identificou-se o percurso de seis ferrovias, com seus trechos implantados até os anos 1900, responsáveis pelo escoamento da produção do café e do trânsito de passageiros: São Paulo Railway, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, Companhia Ituana de Estrada de Ferro, Sorocabana Railway Company, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Estrada de Ferro Central do Brasil.

Mapa 12: Mapa do Estado de São Paulo – Colônias do Estado, Ferrovias e Porto de Santos.



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa221702>;

Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor)

No que tange às ações públicas, é importante salientar o papel do governo paulista na criação, em 1892, de uma das suas repartições mais atuantes, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP).

Conforme aponta Henriques (2015 apud ROMERO, 2019), pode-se afirmar que o Estado de São Paulo, através desta Secretaria, posicionou-se de forma

[...] a incorporar a ciência à produção agrícola, considerando que apenas dessa forma seria possível solucionar problemas que se estendiam há muito tempo, como a exploração da mão-de-obra (quer pela escravidão, quer pelo processo inicial da imigração, considerado por muitos como uma semiescravidão), a expansão predatória do solo e a monocultura (ROMERO, 2019, p.23).

Em meio a este contexto, articulava-se uma política de incentivo à imigração, dada principalmente pela ameaça progressiva da extinção do trabalho escravo, que atingiria diretamente os interesses dos grandes latifundiários paulistas.

No ano de 1886, grupos políticos do Oeste Novo assumiram o controle político da província, assegurando, assim, que os recursos financeiros fornecidos à administração seriam canalizados para a grande lavoura, isto é, garantiriam o suprimento de mão de obra através da imigração em massa. [...] Esses fazendeiros faziam-se representar nos altos escalões do governo e tinham forte poder de pressão para influenciar na política de imigração, a qual, de maneira gradual e consistente, conseguiria promover a vinda de centenas de milhares de imigrantes enquanto força de trabalho para as fazendas (GONÇALVES, 2012, p.19).

Assim, a implantação dos Núcleos Coloniais veio atender aos interesses dos cafeicultores atrelados à política imigratória iniciada pelo governo paulista (PAIVA, 2008)

Os Núcleos Coloniais se notabilizaram enquanto pólos de atração para parcela representativa dos imigrantes que adentraram em São Paulo nas primeiras décadas da República. A perspectiva da propriedade da terra e de uma independência econômica e de produção (situação não gozada por aqueles que se fixavam enquanto colonos nas fazendas de café) foram alguns dos atrativos para aqueles que possuíam uma situação financeira que permitisse um adiantamento na compra de lotes nos Núcleos. De qualquer forma, e na perspectiva dos grandes produtores de café, os Núcleos eram entendidos enquanto reservatório de mão-de-obra, particularmente nos momentos de plantio e colheita, por agregarem uma mão-de-obra que, sazonal, não onerava os proprietários nos longos períodos de latência produtiva – particularmente dos cafezais novos (PAIVA, 2008, p.39).

No período compreendido entre 1889 e 1911, houve a fundação de 16 Núcleos Coloniais, a partir da iniciativa do governo do Estado de São Paulo. Acerca de suas características de implantação e infra estrutura, apontou Paiva:

O tamanho dos Núcleos, bem como a sua divisão em lotes era variável. De forma geral, todos contavam com um administrador próprio, escola, campo experimental de culturas, equipes de topografia, fiscais e, eventualmente, hospital, cemitério e uma divisão entre propriedades rurais e urbanas (denominadas como datas) (PAIVA,2008, p.41).

Os Núcleos Coloniais cumpriam uma função importante no contexto de hegemonia da cafeicultura não só porque respondiam ao horizonte de interesses de muitos imigrantes em se tornarem donos de suas próprias terras, mas também pelo fato da produção ali desenvolvida (gêneros alimentícios) ser necessária para os trabalhadores da cafeicultura. Alguns Núcleos Coloniais fundados nas proximidades da Capital contribuíam para o abastecimento da cidade, embora, neste caso, também houvesse inúmeras chácaras que tradicionalmente produziam alimentos para a população urbana (PAIVA,2002, p.57).

Em meio a todo o cenário que circundava o latifúndio e os latifundiários paulistas, sustentáculo da economia monocultora, por parte do estado, através do Serviço Agrônomo, segundo Romero (2019), desenvolveu-se entre os anos de 1899 a 1914, 30 Campos de Experiência e Demonstração, que tinham como objetivo “levar ao homem do campo informações, técnicas modernizadas de agricultura e também influenciar na escolha pelas melhores culturas a serem utilizadas nas diferentes regiões do Estado” (ROMERO, 2019).

Segundo Romero (2019), a lei Lei Estadual nº 678

[...] orientava a criação de Campos de Experiência e Demonstração, instalados preferencialmente em núcleos coloniais (LEI nº 678, art. 16, s4º), “pondo sob as imediatas vistas dos lavradores o que a conferência e a palavra escrita nem sempre conseguem eficazmente provar” (RELATÓRIO SACOP, 1900, p. 8) e, paralelamente, produzindo mudas e sementes de qualidade para distribuição, visando à redução dos gastos do governo com a aquisição de terceiros e possibilitando a remessa de sementes e mudas de qualidade. Os Campos que fossem criados e mantidos por particulares ou pelas municipalidades, poderiam também “gozar do auxílio do Estado desde que se sujeitassem à superintendência e fiscalização dos inspetores agrícolas e aos programas oficiais” (LEI nº678, art. 30) (ROMERO, 2019, p. 59).

Sobre a diversificação agrícola apresentada e incentivada pela criação destes Campos de Experiência e Demonstração:

Verificou-se que, buscando incentivar a policultura, esses Campos ensaiaram e produziram diferentes culturas, entre elas: espécies agrícolas como o café, o arroz e o trigo; industriais como o algodão; silvícolas como o eucalipto e muitas outras ornamentais, para a arborização de ruas e o embelezamento de jardins. Além disso, a localização desses Campos e sua relação com as linhas férreas existentes revelou a articulação de uma rede, por onde circulavam informações, produtos e pessoas (ROMERO, ENOKIBARA, 2018, p.75).

Sobre a localização e função destes Campos de Experiência e Demonstração:

Esses Campos deveriam ser localizados em regiões servidas por meios fáceis de comunicação de forma a serem mais proveitosos e acessíveis ao maior número possível de agricultores da região (Decreto nº 8.319 de 20/10/1910, art. 409, extraído da Revista O FAZENDEIRO, 1911, p. 100). Assim, grosso modo, esses estabelecimentos tinham em comum o função de divulgar técnicas, processos e as espécies mais indicadas para cada região, sendo que os Campos de Experiência e os de Demonstração voltavam se para “uma política de ensino agrícola centrada na aprendizagem por meio da demonstração das técnicas e processos modernos de agricultura, [enquanto] nas fazendas-modelo, a aprendizagem centrou-se na demonstração da viabilidade produtiva das mesmas técnicas (VERSIEUX; GONÇALVES, 2013 apud ROMERO, 2019, p.64,65).

Nota-se que estes campos apresentavam uma articulação privilegiada, de acordo com a sua proximidade da ferrovia, implicando assim um caráter de rede às suas unidades. Esta rede, além do transporte de produtos e passageiros, consistiu também na troca de informações entre as localidades onde estes se encontravam. Dessa maneira, assim como as maiores fazendas produtoras de café utilizavam-se de uma variedade de linhas férreas, muitas delas idealizadas exclusivamente para o escoamento da sua produção, esta rede formada pelos Campos de Experiência e Demonstração no estado, era atendida pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que servia Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Lorena; Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, que atendia Batatais e Casa Branca; Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em Limeira, Araras, Campinas e ao Núcleo Colonial de Nova Odessa; Sorocabana Railway Company: Mogi das Cruzes, Iguape, Cubatão e o Horto Agrário Tropical; Companhia Estrada de Ferro Araraquara; São Paulo Railway; Companhia Estra de Ferro Dourado, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (ROMERO, 2019).

De acordo com a detalhada pesquisa realizada por Romero (2019), entre os anos de 1909 a 1912, dois Núcleos Coloniais do Estado possuíam Campos de Experiência: o Núcleo Colonial de Campos Salles e Núcleo Colonial de Nova Odessa

O Núcleo Colonial de Campos Salles, criado em 1892, e seu respectivo Campo de Experiência e Demonstração, criado em 1901, era considerado centro produtor de mudas e sementes para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP), através do Serviço de Distribuição de Mudas e Sementes (SDMS). Este campo, além de contribuir com a produção destes insumos, também realizou o cultivo de arroz, milho, feijão e batata (ROMERO, 2019).

O Núcleo Colonial de Nova Odessa, criado em 1905, possuía o intuito de realizar experimentos agrícolas e orientação aos colonos locais sobre a produção de espécies rasteiras e serviu aos estudos e pesquisas, através do Campo de Demonstração de Nova Odessa (RELATÓRIO SACOP, 1907, p. XIII). Ainda de acordo com a SACOP, seu campo mereceu destaque na cultura do trigo, juta, batata, mandioca e girassol (RELATÓRIO SACOP apud Romero, 2019).

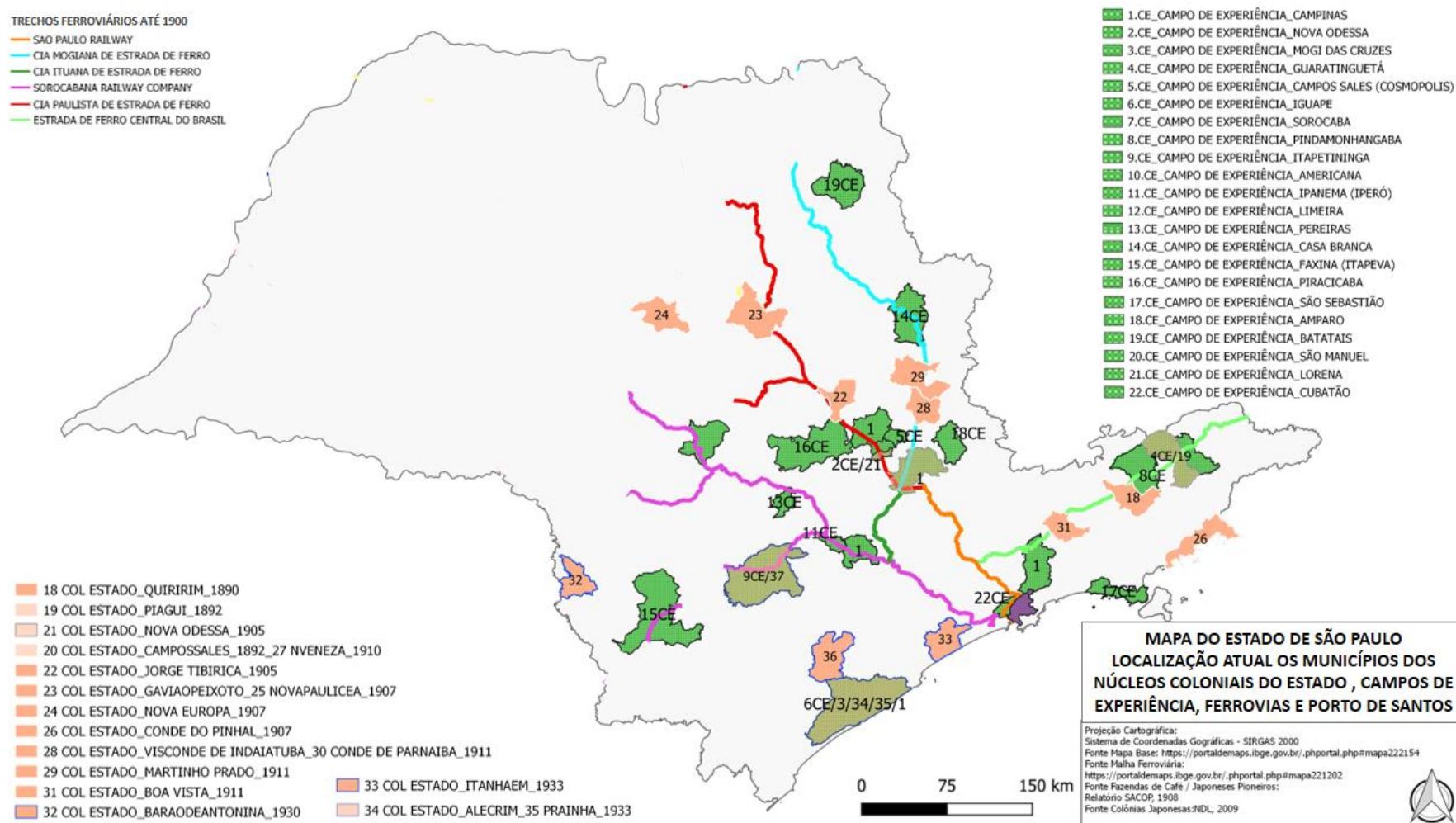
Os Núcleos Coloniais de Campos Sales e Nova Odessa foram servidos pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro e situavam-se na região da cidade de Campinas, local de destino de uma parte dos primeiros colonos imigrantes japoneses direcionados para os cafezais, como foi visto no capítulo 1.

Com o intuito de espacializar estes Campos e os Núcleos Coloniais, apresenta-se o Mapa 13 contendo as Colônias do Estado, os Campos de Experiência, as Ferrovias e os Porto de Santos. Observa-se que a criação destes Campos se deram após a legislação analisada, portanto, de acordo com as diretrizes publicadas.

Ainda assim, apresenta-se neste mapeamento o percurso de seis ferrovias até os anos 1900: São Paulo Railway, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, Companhia Ituana de Estrada de Ferro, Sorocabana Railway Company, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Estrada de Ferro Central do Brasil.

Observa-se que a implantação destes ainda não alcançava a porção oeste paulista, acompanhando, assim, as regiões onde a estrada de ferro já realizava o escoamento cafeeiro dos latifúndios paulistas mais antigos.

Mapa 13: Mapa do Estado de São Paulo – Colônias do Estado, Campos de Experiência, Ferrovias e Porto de Santos.



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária:<https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa221702>;

Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000; Fonte Campos de Experiência: ROMERO, 2019. Elaborado pelo autor.

Constata-se que a atuação destes campos se deu em momento simultâneo à chegada dos imigrantes nipônicos, ao cumprimento dos seus respectivos contratos junto às fazendas de café, bem como ao da saída destes colonos em busca de novas oportunidades. Infere-se que estes campos de experiência possam ter se relacionado com a produção das colônias japonesas, com o imigrante na condição de pequeno proprietário rural.

Apesar da criação dos Núcleos Coloniais, sua administração e quantidade demonstravam-se insuficientes diante do desenvolvimento almejado. No Relatório da SACOP de 1911, Paulo de Moraes Barros, Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, manifestou-se sobre a necessidade da diversificação do modelo colonizador praticado:

A colonização por meio de nucleos officiaes não parece ser o caminho mais seguro para conseguir o povoamento do Estado na escala e com a celeridade desejáveis. A acção official, além de muito demorada, acarreta sempre encargos para o Thesouro que nem sempre este pode suportar.

Urge, pois, para o desenvolvimento progressivo da colonização que se adoptem novos moldes, seja despertando a iniciativa particular, seja facilitando a aquisição de terras publicas em pequenos lotes, independente da tutela, perfeitamente dispensavel, que o Estado exerce sobre os colonos nos núcleos coloniaes por elle fundados (Relatório da Secretaria de Agricultura do estado de SP, 1912-13, p.208).

Diante desta realidade, duas visões dividiam as expectativas frente ao desenvolvimento das ações governamentais. De acordo com os técnicos que lidavam diretamente com os colonos, a função do estado deveria ser a de apoiar a fixação e promover a permanência dos pequenos produtores; ao passo que existia uma importante parcela do secretariado estadual que defendia uma maior flexibilização nas suas ações, restringindo-as somente a subdividir e comercializar os lotes dos Núcleos Coloniais.

Segundo Paiva (2008), a decisão de se suspender a fundação de Núcleos Coloniais no estado a partir de 1911, realizando sua retomada somente na década de 1930, muito se deu por esta dicotomia.

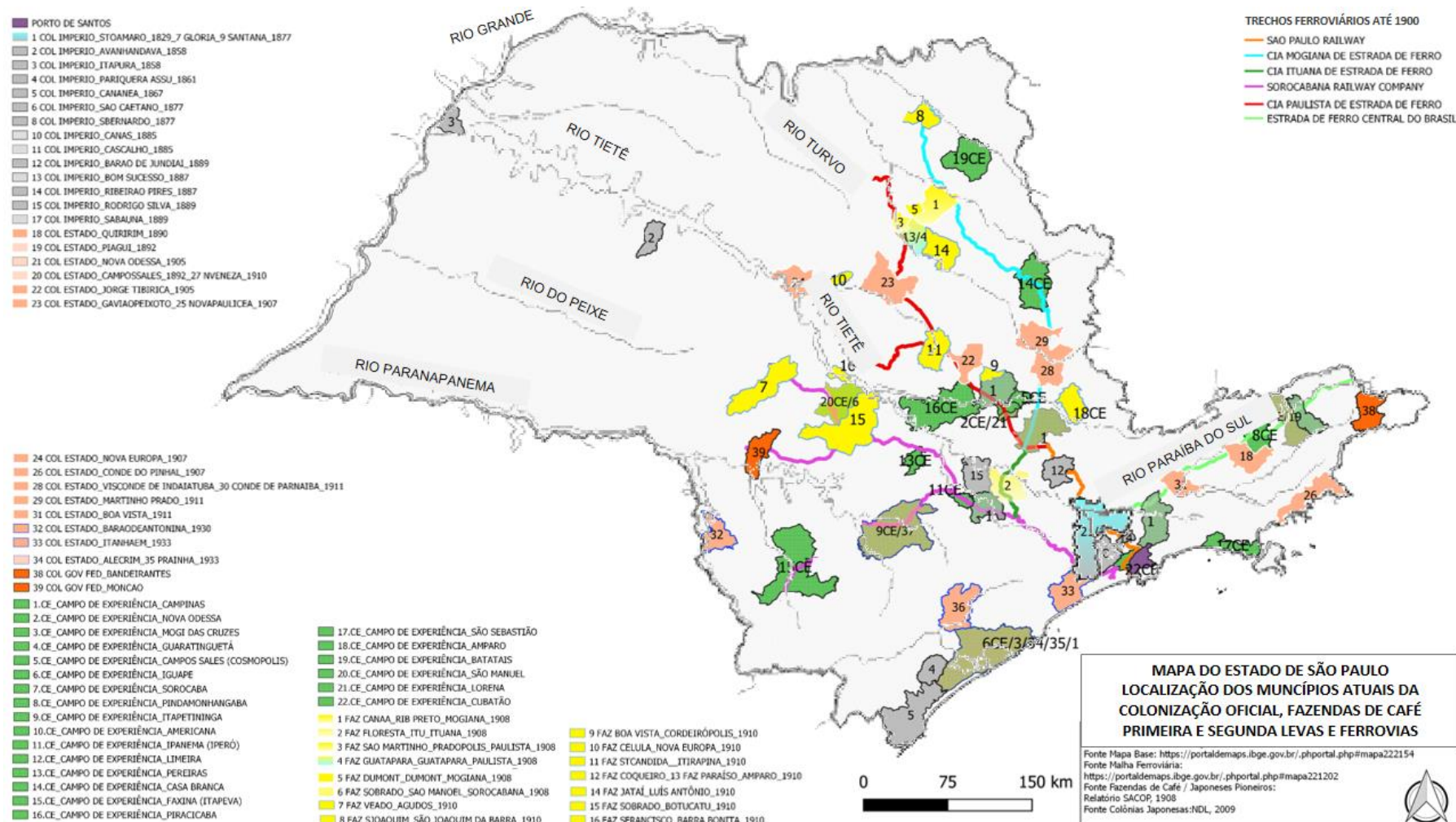
O mapa a seguir apresenta um panorama da implantação das colônias de administração do Império (na cor cinza) iniciadas em 1829 até 1889; as do governo federal (na cor laranja); governo estadual (na cor salmão), datadas de 1890 com a criação da Colônia Quiririm até o ano de 1933 com as colônias Alecrim e Prainha, próximas a porção sul do litoral paulista.

Identifica-se a delimitação da extensão das linhas ferroviárias de seis grandes companhias a se saber: São Paulo Railway (laranja), Cia Mogiana de Estrada de Ferro

(azul), Cia Ituana de Estrada de Ferro (verde), Sorocabana Railway Company (rosa), estrada de ferro Central do Brasil (verde claro), Cia Paulista de Estrada de Ferro (vermelha). Contextualizando, apresenta-se em amarelo as fazendas de café para onde foram enviados os imigrantes japoneses da primeira e segunda leva, ainda como trabalhadores assalariados.

Identifica-se que as ações oficiais, no que diz respeito à implantação dos Núcleos Coloniais e os Campos de Demonstração e Experiência, até 1911, se concentraram em regiões que não a oeste do estado. Aponta-se que a porção oeste do estado, na ocasião, apresentava-se pouco explorada, sem a presença da ferrovia que pudesse facilitar e dinamizar o escoamento da produção e transporte de passageiros.

Mapa 14: Mapa do Estado de São Paulo – Colonização Oficial, Campos de Experiência, Fazendas de Café da primeira e segunda leva de colonos japoneses, Ferrovias e Porto de Santos.



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>;
Fonte Bacias Hidrográficas: <https://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/detalhe.imagem.jsp?id=69068> Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000 (Elaborado pelo autor).

4.2 Colônias Japonesas identificadas no Estado de São Paulo (1911 a 1924)

Apresenta-se, na sequência, as características identificadas na implantação das Colônias Japonesas, bem como o mapeamento destas identificadas por regiões ligadas às ferrovias, agrupamento esse feito por Sakurai (1995) que será utilizado para comparação no próximo capítulo.

4.2.1 Os modelos de Colônias Japonesas

Segundo Takenaka (2003) autores como Shindo (1999), Saito (1961, 1973) e Vieira (1973) identificaram em suas pesquisas alguns tipos de formação de Colônias Japonesas:

- 1) Quando os imigrantes constituem um pequeno agrupamento em determinada área em forma de “geração espontânea” e com o passar do tempo há um aumento no número de patrícios que adquirem terra nessa área alcançando proporções consideráveis. São exemplos as colônias Mairiporã, Suzano e Mogi das Cruzes.
- 2) Quando os colonos adquirem, ainda no Japão, o terreno no Brasil e depois emigram. Segundo os autores citados, foram poucas as ocorrências nessas condições.
- 3) Quando a existência era efêmera, pois as colônias formavam-se a partir da concentração de japoneses arrendatários para cultivar algodão e, como não havia a propriedade da terra, desapareciam por motivos diversos. São exemplos as colônias nas regiões da Araraquara e Douradense – ferrovias que foram extintas.
- 4) Quando a formação das colônias se deram nos núcleos oficiais do governo federal ou estadual. São exemplos as colônias de Primeira e Segunda Monção formadas antes da II Grande Guerra e no Pós-guerra, as colônias de Itaberaba e Una no estado da Bahia, Dourados em Mato Grosso e Guamá e Monte alegre na região amazônica.
- 5) Quando o processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo e norte do Paraná tornou-se premente, foi iniciado o sistema de venda de lotes em matas virgens de grandes propriedades. São exemplos as colônias de Hirano, Tokyo, Brejão, Vai-Bem e outras (TAKENAKA, 2003, p.49 e 50).

Dezem (2011), bem como a Exposição Permanente do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, citam que existiram dois modelos de colônias japonesas, as quais todos os tipos identificados representam-se nesta classificação: as Ijuchi e as Shokuminchi²⁰.

²¹ Dezen (2011), apresenta a tradução para os tipos de colônias japonesas: Ijuchi – “terra recebida” ou “terra para onde se emigrou” e Shokuminchi – “colônias”.

Colônias Ijuchi

As Colônias Ijuchi, conforme exemplo da Figura 46, foram aquelas implantadas pelas empresas de colonização, tuteladas pelo governo japonês. A imigração japonesa configurou-se de forma tutelada, pois foi estimulada, dirigida e subsidiada, isto é, amparada, desde sua formação, por orientações, tecnologia agrícola e gestão dos representantes do governo japonês

A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso, (SAKURAI,2000, p.202 apud SOUSA, 2010)

Figura 34 – Exemplo do tipo Ijuchi, loteamento japonês em Registro- SP



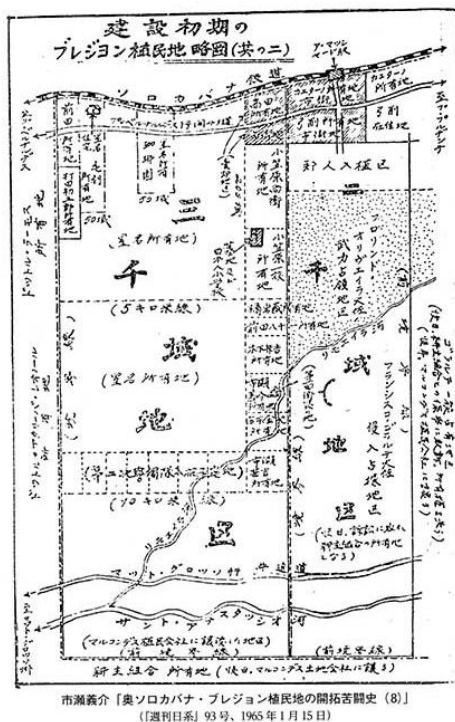
Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-do-loteamento-acervo-KKKK_fig1_269200847, acessado em 20/01/2021.

Colônias Shokuminchi

Ainda segundo Dezem (2011), as Colônias Shokuminchi, como por exemplo a Colônia Brejão, localizada no atual município de Alvares Machado (Figura 47), foram aquelas criadas por iniciativa particular, com recursos próprios, ainda que estes imigrantes também tivessem usufruído do subsídio das passagens do Japão ao Brasil, fruto de um acordo entre os governos brasileiro e japonês.

Estes núcleos de trabalhadores rurais se configuravam de forma distinta daquelas amparadas pelo governo japonês, pois tratavam-se de Colônias menores, em maior número e pulverizadas pelas terras paulistas. Eram dotadas de uma infraestrutura mínima, muitas vezes fruto de parcerias realizadas junto aos povoados locais, prefeituras, associações, sempre através da iniciativa dos próprios moradores. Estes locais contaram com a participação de lideranças importantes, que orientavam o funcionamento de diversos agrupamentos pelo estado de São Paulo, que se formaram a partir da compra de terras, imbuídos da possibilidade do trabalho independente que viesse transformar o imigrante japonês, muitos deles já tendo passado por um período como colonos assalariados nos cafezais paulistas, como pequenos produtores rurais e sobretudo como donos de seu “pedaço de chão”.

Figura 35 – Loteamento japonês em Alvares Machado - SP, do tipo Shokuminchi (Colônia Brejão).



Fonte: Núcleo de Acervo Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

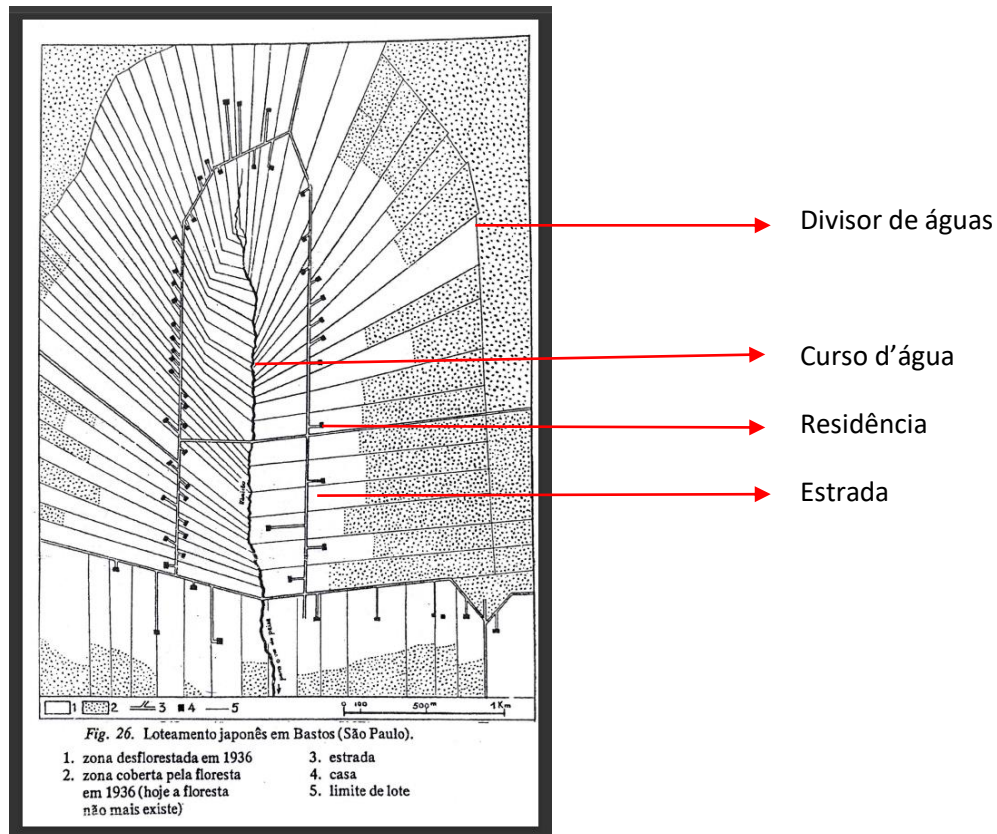
Quanto a forma de parcelamento do solo

O geógrafo francês Pierre Monbeig, que pioneiramente estudou a região do planalto ocidental paulista e sua ocupação, abordou, entre outros, a forma característica de parcelamento do solo adotado pelos japoneses nas regiões da Alta Paulista, a Alta Sorocabana, bem como ao norte do Paraná. Ainda que a fundação destas Colônias se apresentem fora do arco temporal adotado, observa-se que a análise do autor se dá em Colônias Ijuchi, portanto, dotadas de um planejamento e infraestrutura superior às demais que se constituíram em grande número no Estado de São Paulo.

Segundo o autor, os lotes destas colônias tinham acesso a uma estrada principal, que era construída a uma distância aproximada de dois terços da parte superior da encosta, proporcionando assim a divisão dos lotes em níveis distintos, sendo uma parte mais alta e outra mais baixa.

Interligado a estrada principal eram construídas as casas das famílias, onde a parte mais alta do terreno era destinada para o plantio de culturas, já a parte mais baixa do terreno ficava direcionada ao pasto, pomar e jardim.

Figura 36 – Loteamento japonês em Bastos-SP



Fonte: Monbeig 1987, p.231

As Colônias Ijuchi, criadas por capital privado, sob a supervisão do governo nipônico, adquiriram glebas através da compra ou recebimento sem ônus de terras devolutas do estado, com a obrigação de colonizá-las.

Segundo Monbeig (1984), o traçado dos empreendimentos das empresas colonizadoras previa sua inserção prevendo-se a sua ligação com as estradas principais, os demais povoamentos, núcleos urbanos e estações ferroviárias mais próximas.

Dezem (2011) aponta que as colônias criadas através da iniciativa particular eram formadas por lotes que variavam de 10 a 15 hectares²¹, situavam-se em locais de mata virgem, e em sua maioria encontravam-se próximas a grandes propriedades, visto que muitos destes núcleos foram criados a partir do loteamento de parte de fazendas. Esses núcleos sobreviveram e se consolidaram após erros e acertos, a mercê de surtos epidemiológicos, atingindo assim resultados modestos economicamente, em comparação as colônias que possuíam a tutela do governo japonês. Diferente destas colônias amparadas pelo governo nipônico, estas não possuíam um planejamento prévio e eram baseadas em ideais em torno de líderes instituídos (SAKURAI, 1995).

Quanto à estrutura sócio-espacial

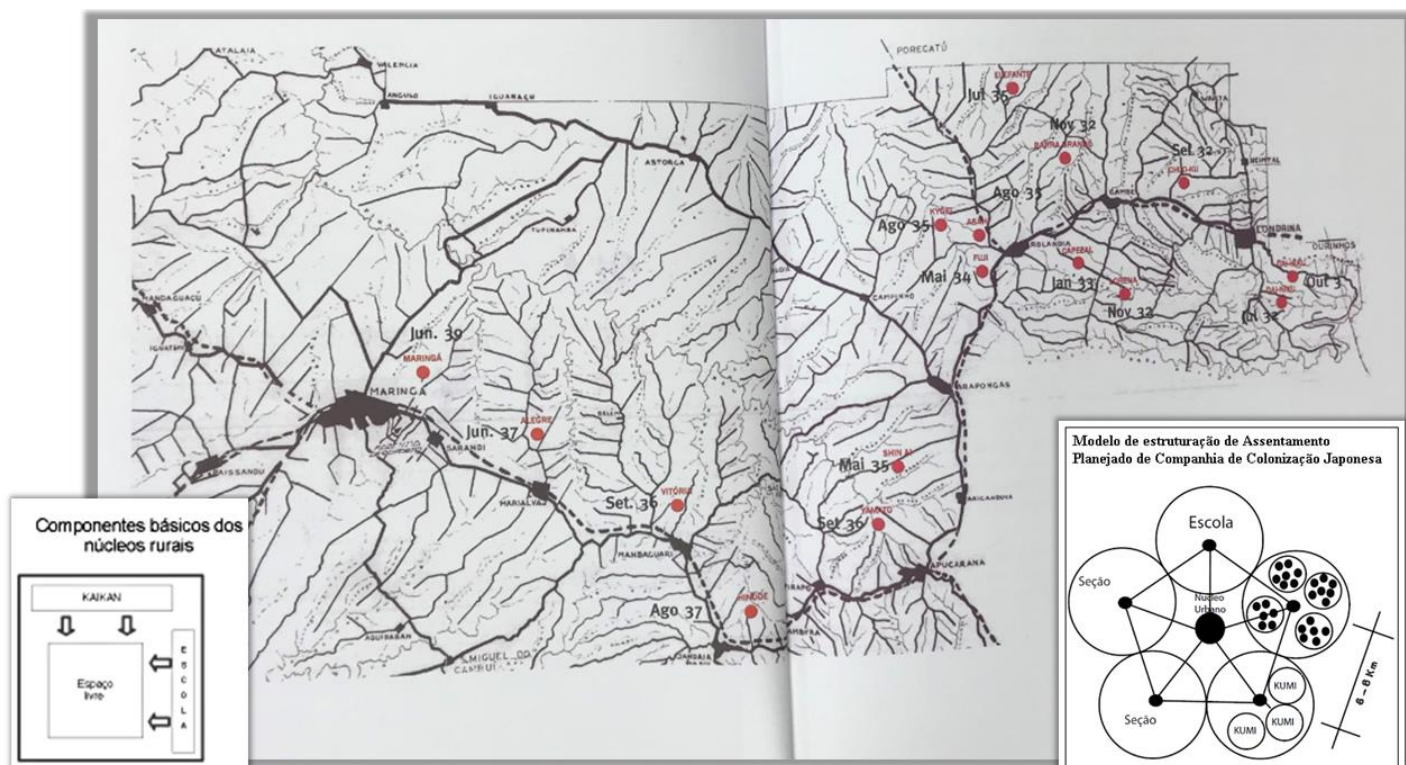
Yamaki (2014), apresentou um estudo detalhado que revela espaços destinados ao convívio social, de uso comunitário, nos empreendimentos analisados no norte do Paraná, com as Colônias Shokuminchi nas terras da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná). O autor aponta que estas colônias eram “compostas por dezenas de lotes rurais contíguos, delimitados por ribeirões (“de ribeirão em ribeirão”); Lotes interligados por uma estrada no espigão; Escola e Kaikan implantados estrategicamente no centro geográfico, junto à estrada” (YAMAKI, 2008, p.12).

Ainda de acordo com o autor, estas colônias possuíam “praças rurais” que exerciam uma função de centralidade na área ocupada, reservando-se o ponto mais alto desta área para a construção da escola, as quais apresentavam-se como a primeira edificação das colônias a ser erigida.

Assim como a Escola, um outro edifício apresentava-se como característico nestas colônias, o Kaikan, destinado a reverenciar o espírito cooperativo da colônia, que funcionava como um ponto de encontro cultural. Identificava-se nesta área central, livre, o local oportuno para a realização das comemorações, festividades e práticas de esportes em nível competitivo com as demais colônias japonesas da região.

²¹ 1 hectare corresponde a 10.000 metros quadrados.

Figura 37 – Componentes Básicos dos Núcleos Rurais Japoneses; Mapeamento das Colônias Shokuminchi nas terras da CNTP; Modelo de Estruturação de Assentamento Planejado de Companhia de Colonização Japonesa



Fonte: Yamaki, 2008, p.12. Elaborado pelo autor.

Yamaki (1997) observa que outras colônias, de procedência católica, implantadas no norte do Paraná, procuravam realizar a construção inicial do edifício religioso da igreja em seus núcleos, enquanto os japoneses privilegiavam as escolas, chamando atenção para uma dinâmica peculiar diante de tradições e costumes tão distintos.

4.2.2 Mapeamento das Colônias Japonesas identificadas no Estado de São Paulo por regiões (1911 a 1924)

A seguir, serão apresentadas as Colônias Ijuchi e Shokuminchi que puderam ser identificadas no estado de São Paulo segundo o arco temporal da pesquisa, organizando-as por regiões, tal qual apresentado por Sakurai (1995): Litoral, Região da Noroeste, Sorocabana e Paulista.

Não foram encontradas Colônias em todas as regiões do estado, o que não quer que não existiram. Aqui apresenta-se o material que pôde ser encontrado frente às limitações de acesso as instituições ocasionadas pela COVID 19.

Colônias Ijuchi

As informações acerca das colônias pioneiras Ijuchi implantadas no estado de São Paulo, apresentadas nos quadros e mapas a seguir, encontram-se expostas no *site* da Biblioteca Nacional do Parlamento Japonês²² (National Diet Library Japan), na Exposição Virtual Comemorativa dos 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil²³ e também fazem parte do mural permanente do Museu da Imigração Japonesa no Brasil, localizado na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (BUNKYO).

O Quadro 3 apresenta oito empreendimentos Ijuchi, identificados nesta pesquisa, nos quais as três primeiras colônias citadas eram sessões da Colônia Iguape. O quadro apresenta o ano de fundação de cada colônia; o acesso principal; a localização do atual município a que pertenciam estas colônias; sua produção, e a companhia colonizadora responsável pelo empreendimento.²⁴

Em algumas Colônias não puderam ser encontradas informações sobre as culturas produzidas.

Quadro 03: Colônias Ijuchi no Estado de São Paulo (1913 a 1929)

REF.	ANO		NOME	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO	CIA COLONIZADORA
1.1	1913	Colônia Iguape	Colônia Katsura	Porto de Iguape	Iguape	Arroz, Cana de açúcar e Aguardente	Tokio Syndicate
1.2	1913		Colônia Registro		Registro	Café, Cana de açúcar, Fumo, Chá verde	Brasil Takaschoko Kaisha
1.3	1920		Colônia Sete Barras		Iguape	Café, Milho e Sericicultura	Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha
4	1924	Colônia Aliança I		Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Mirandópolis	-	Sociedade Ultramarina de Shinano
5	1926	Colônia Aliança II			Mirandópolis	-	
6	1927	Colônia Aliança III			Mirandópolis	-	
7	1929	Colônia Bastos		Estrada de Ferro Sorocabana	Bastos	-	Sociedade Colonizadora do Brasil Ltd. ^a

²² Fonte: Disponível em: https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/s3/s3_1.html, acessado em: 06/11/2020.

²³ Fonte: Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/en/>, acessado em: 06/11/2020.

²⁴ Ressalta-se que estas informações são recorrentes ao exposto por diversos autores acadêmicos em estudos com temáticas distintas e para tal adotou-se o Museu Histórico da Imigração Japonesa como referência para os dados dispostos nos quadros deste capítulo. Algumas colônias dispostas a seguir não pertencem ao arco temporal adotado, no entanto decidiu-se manter as informações obtidas, como meio de deixar registradas as informações encontradas e também correlacionar com a mobilidade posterior ao arco temporal.

8	1929	Colônia Tietê	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Pereira Barreto	-	(BRATAC)
---	------	---------------	-------------------------------------	-----------------	---	----------

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

A seguir, serão apresentadas algumas informações referentes à fundação destas colônias, sendo estas organizadas por regiões e por ordem cronológica de sua fundação, de acordo com o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

As Colônias Ijuchi no Litoral Paulista - A Colônia Iguape

Quadro 04: A Colônia Ijuchi Iguape e suas três sessões

REF.	ANO	NOME	SESSÃO	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
1.1	1913	Colônia Iguape	Colônia Katsura	Porto de Iguape	Iguape	Arroz, Cana de açúcar e Aguardente
1.2	1913		Colônia Registro		Registro	Café, Cana de açúcar, Fumo, Chá preto
1.3	1920		Colônia Sete Barras		Iguape	Café, Milho e Sericicultura

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Através da Tokyo Syndicate, foi fundada em 1912 a Colônia Iguape. A partir de 1919 a K.K.K.K. (Kaiko), assume a gestão das três sessões que formavam a Colônia Iguape: a Colônia Katsura (Bairro Jipovura) 1913; Colônia Registro, 1917 e Colônia Sete Barras, 1920. Em comum, o planejamento das sessões desta colônia contava com atendimento ambulatorial, centro de convivência comunitária e escola (Exposição Permanente do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil).

Figura 38 (a esquerda): Porto Grande de Iguape, década de 1920. Figura 39 (a direita): Festividades no bairro de Jipovura.



Fonte Figuras 38 e 39: Disponível em: <https://www.portalorientese.com/iguapeberco-da-colonizacao-japonesa-no-brasil-esta-em-festa/>, acessado em 20/01/2021.

Colônia Katsura

A pioneira das colônias japonesas de Iguape, inicialmente realizava o transporte de sua produção através de barco, diretamente para o porto de Santos e o do Rio de Janeiro. Buscando uma alternativa de cultivo ao café, esta colônia produziu arroz, devido seu terreno característico, cana de açúcar e aguardente.

O Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, em sua exposição permanente, aponta para a fundação da Sociedade Colonizadora do Brasil, em março de 1913, tendo à frente Eiichi Shibusawa, apoiado pelo então primeiro ministro japonês Tarō Katsura, esta assumiu o contrato assinado anteriormente pela Tokyo Syndicate. Ainda em 1913, a Sociedade Colonizadora do Brasil recebeu uma doação de 1.400 hectares de terra na região do bairro rural de Jipovura (situada à margem esquerda do rio Ribeira), tendo como compromisso introduzir na região trinta famílias de imigrantes japoneses. A colônia foi batizada de Colônia Katsura, em homenagem ao ministro japonês Tarō Katsura (Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil).

Figura 40: Foto das 17 famílias, de um total de 20 que chegaram na Colônia Katsura, em 09/11/1913.



Fonte: Disponível em: <https://www.ovaladoribeira.com.br/2019/02/katsura-primeira-colonia-japonesa-do-brasil.html>, acessado em: 10/01/202.

Colônia Registro

A Colônia Registro, fundada em 1913, foi a maior das sessões da Colônia Iguape, chegando a contabilizar uma centena de famílias fixadas em suas terras. O recrutamento de interessados em emigrar, como agricultores independentes, foi iniciado em junho de 1916, porém, com um número muito abaixo de sua pretensão. Posteriormente, em 1917, houve um total de 99 famílias recrutadas. No ano de 1918, o número de famílias aumentou para 150. Inicialmente, sua produção foi dedicada à cultura do arroz, cana de açúcar, café e banana. A colônia também se dedicou à sericicultura, bem como ao plantio e processamento de chá preto.

Figura 41: Exemplar remanescente de moradia na Colônia Registro (família Shimizo)



Fonte: Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100002&lang=pt, acessado em 19/07/2019.

Colônia Sete Barras

A última das sessões fundadas na Colônia Iguape foi a Colônia Sete Barras em 1920. Sua produção foi baseada no café, no cultivo do milho e na sericicultura. Sua implantação se deu através da Companhia Kaiko.

Figura 42: Desmatamento para implantação da colônia Sete Barras



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

A Colônia Iguape será uma das abordadas, mais detalhadamente posteriormente.

As Colônias Ijuchi da Região da Noroeste

Apresentam-se, no quadro abaixo, as quatro grandes Colônias Ijuchi implantadas na região da linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Atente-se que três destas tiveram início posterior ao arco temporal deste estudo, mas são importantes para comparar a mobilidade das Colônias no estado de São Paulo.

Quadro 05: As Colônias Ijuchi localizadas na Região da Noroeste

REF.	ANO	NOME	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	EMPRESA COLONIZADORA
4	1924	Colônia Aliança I	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Mirandópolis	Associação Ultramarina de Shinano
5	1926	Colônia Aliança II			
6	1927	Colônia Aliança III		Pereira Barreto	
7	1929	Colônia Tietê			

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Colônia Aliança I

A Colônia Aliança era servida pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Localizava-se onde hoje encontramos o município de Mirandópolis e foi fundada em 1924 por Shungoro Wako e Shigeshi Nagata, da Nippon Rikkokai. Foi uma instituição fundada em 1897 no Japão que possuía a filosofia do desenvolvimento pessoal através do esforço próprio, que auxiliava pessoas necessitadas a se sustentarem através do estudo e do trabalho. Nagata e Wako fundaram a Associação Ultramarina de Shinano, cuja finalidade era a de incentivar a emigração para o Brasil e assim criar uma “vila agrícola” com a maioria dos integrantes da província de Nagano.

“... em junho de 1925 foram abertas, no Japão e nos Estados Unidos, as inscrições, com passagem subvencionada, para aqueles que desejassem adquirir terras no núcleo. Todos os lotes foram prontamente vendidos.

Muitos colonos que entravam nas colônias Aliança possuíam um nível de educação sensivelmente mais elevado e dispunham de certo capital, destoando da maior parte dos imigrantes mais antigos. Conta-se que alguns trouxeram consigo pianos e bibliotecas particulares” (NATIONAL DIET LIBRARY).

Figura 43: Moradias dos imigrantes na Colônia Aliança



Fonte: National Diet Library

Colônia Aliança II

A Colônia Aliança II foi fundada com a participação da Associação Ultramarina de Tottori, em 1926. Localizava-se próxima a Colônia Aliança I, na atual Mirandópolis. Esta colônia recebeu em sua maioria imigrantes originários da província nipônica de Tottori.

Figura 44: Moradores na Colônia Aliança II



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Aliança III

A Colônia Aliança III, datada de 1927, por sua vez foi fundada com a participação da Associação Ultramarina de Toyama, privilegiando os imigrantes desta província. Assim como a sua antecessora, localizava-se próxima à Colônia Aliança I.

Figura 45: Estudantes posando para foto na Colônia Aliança III (1937)



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Tietê

A Colônia Tietê, originada em 1928, no município atual de Pereira Barreto, foi fundada pela Bratac (Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada) e recebeu apoio do governo japonês para construção de escolas, hospitais e infraestrutura necessária para a sua produção agrícola. A Bratac fundou posteriormente a Colônia Bastos em 1929, que será analisada no próximo capítulo, e a Colônia Três Barras ou Assai, no estado do Paraná, em 1932.

Ainda de acordo com Monbeig (1984), em 1929 a fundação da Bratac, explicita o nível de organização e profissionalismo destas empresas, uma vez que esta objetivava a compra, a venda, locação e hipoteca de imóveis, fundação e exploração de colônias, introdução e localização de imigrantes, construção e exploração de estradas de ferro, de rodovias e demais atividades que permeassem a vida de seus habitantes em prol de uma otimização e controle de seus territórios.

Segundo o autor, são organizações que “controlam tudo e não produzem nada”, referindo-se às novas ocupações destas empresas ao se dedicarem a estas atividades mais lucrativas, deixando a agricultura com suas incertezas aos fazendeiros e sitianteiros.

Figura 46: Estudantes na Colônia Tietê, década de 1930

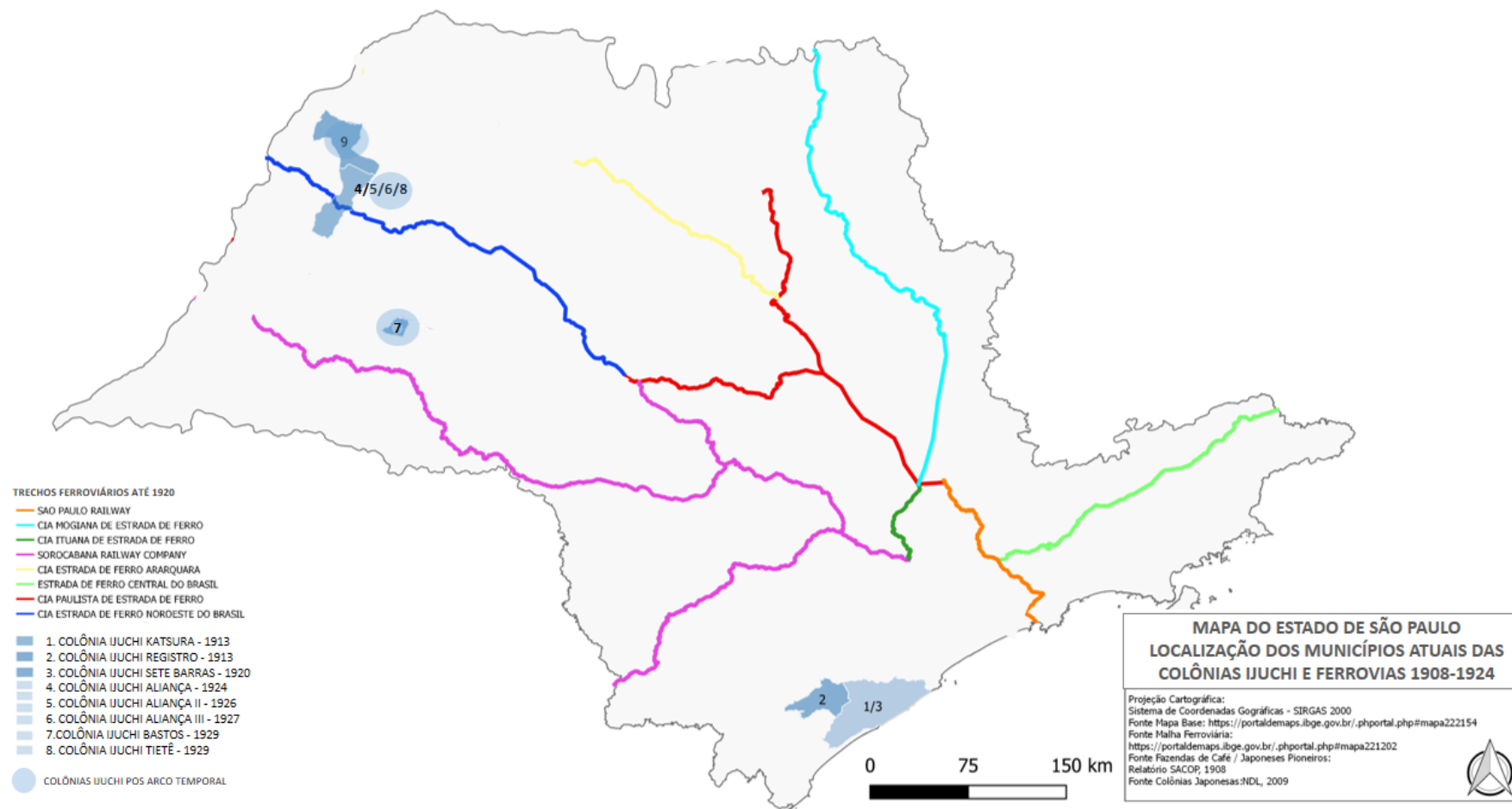


Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

O Mapa 15 apresenta a distribuição das Colônias Ijuchi no Estado de São Paulo, segundo o arco temporal estabelecido, de 1908 a 1924, visto que a fundação da primeira

colônia japonesa ocorreu em 1912 em Iguape e posteriormente na Região da Noroeste, com a Colônia Aliança, em 1924. O mapa ilustra o trecho ferroviário de oito empresas que serviram essas Colônias. Ressalta-se que dois exemplares apresentados não pertencem ao arco temporal definido para esta pesquisa, no entanto por terem sido fundadas em tempo próximo, decidiu-se incluí-las no mapeamento (Colônias Bastos e Colônia Tietê).

Mapa 15: Colônias Ijuchi no Estado De São Paulo



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/porta.php#mapa222154>; Fonte malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/porta.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor.

Colônias Shokuminchi

Apresenta-se no Quadro 6, a seguir, a relação de Colônias Shokuminchi identificadas na presente pesquisa, seguindo a numeração de referência adotada anteriormente e por ordem cronológica de fundação. Apresenta-se o acesso principal, bem como a localização atual do município da “antiga colônia” e a sua produção. Assim como apresentado, o período de implantação destas se deu a partir de 1911 e atenta-se que três das colônias citadas no quadro a seguir tiveram sua fundação posterior ao arco temporal deste estudo (1908-1924). Aponta-se que estas foram fundadas próximas à linha da CEFNOB, região que apresentou uma grande concentração de colônias, em tempo próximo, motivo pelo qual relacionou-se também estes empreendimentos. Em algumas Colônias não puderam ser encontradas informações sobre as culturas produzidas.

Quadro 6: Colônias Shokuminchi no Estado de São Paulo (1911 a 1929)

REF.	ANO	NOME DA COLÔNIA	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
10	1 911	Colônia Juqueri	Arredores de São Paulo	Franco da Rocha	Batatas/Cooperativa Agrícola de Juqueri
11	1913	Colônia Moinho Velho / Vila Cotia		Cotia	Batatas e Hortaliças
12	1915	Colônia Água Limpa	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Birigui	Café, Cana de açúcar
13	1915	Colônia Tokkyo		Guataporá	Arroz, algodão, Sericicultura
14	1915	Colônia Hirano		Cafelândia	Arroz
15	1916	Colônia Barbosa		Lins	Café, Arroz, Algodão, Cereais e Milho
16	1917	Colônia Bai-Bem (Vai bem)	Estrada de Ferro Sorocabana	Região Pres. Prudente	Café, Grãos e Algodão
17	1918	Colônia Brejão		Álvares Machado	-
18	1918	Colônia Uetsuka-I (Itacolomy)	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Promissão	-
19	1920	Colônia Mogi das Cruzes	Arredores de São Paulo	Mogi das Cruzes	-
20	1922	Colônia Uetsuka-II	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Lins	-

21	1922	Colônia Nipônica de Itaquera	Arredores de São Paulo	São Paulo	Hortaliças e Frutíferas
22	1924	Colônia União	Arredores de Lins	Lins	Café
23	1926	Getulina	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Getulina	Algodão
24	1928	Colônia Servão		Cafelândia	Arroz
25	1929	Colônia Coqueiro	Estrada de Ferro Mogiana	-	Café

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

As Colônias Shokuminchi nos arredores de São Paulo

Apresenta-se no Quadro 7 as quatro Colônias Shokuminchi identificadas na pesquisa, distribuídas nos arredores do atual município de São Paulo, organizadas cronologicamente por seu ano de fundação. Aponta-se também a localização dos atuais municípios de cada uma delas, bem como a sua produção.

Na sequência, serão apresentadas informações acerca da implantação destas colônias, segundo o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil.

Quadro 7: Relação das Colônias Shokuminchi localizadas na região do Município de São Paulo (1911-1922)

REF.	ANO	NOME DA COLÔNIA	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
10	1911	Colônia Juqueri	Arredores de São Paulo	Franco da Rocha	Batatas/Cooperativa Agrícola de Juqueri
11	1913	Colônia Moinho Velho / Vila Cotia		Cotia	Batatas e Hortaliças
19	1920	Colônia Mogi das Cruzes		Mogi das Cruzes	-
21	1922	Colônia Nipônica de Itaquera		São Paulo	Hortaliças e Frutíferas

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Colônia Juqueri

No ano de 1911, na atual Franco da Rocha SP, um grupo de japoneses plantavam batatas, com mercado estabelecido na região metropolitana da cidade de São Paulo. Posteriormente criaram a Cooperativa Agrícola de Juqueri, que mais tarde passaria a ser a

Cooperativa Agrícola Sul Brasil, liderada por Genichiro Nacazawa, formado na Universidade de Tokyo (Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil).

Figura 47: Plantadores de batata na Colônia Juqueri



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Moinho Velho

Conforme aponta o MHIJB, assim como as demais colônias fundadas na borda da cidade de São Paulo, a Colônia Moinho Velho, na Vila Cotia, foi fundada em 1913 e tinha como finalidade abastecer o mercado consumidor local. Destacou-se pela sua plantação de batatas e hortaliças.

Figura 48: Propriedade na Colônia Moinho Velho



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Nipônica de Itaquera

A Colônia Nipônica de Itaquera foi fundada em 1922, com foco no plantio de hortaliças direcionadas ao abastecimento da cidade de São Paulo e região. Os colonos prosperaram com o surgimento das feiras livres, dedicando-se também ao plantio de frutíferas, como o pêssego.

Figura 49: Família na Colônia Nipônica de Itaquera



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Mogi das Cruzes

Através dos esforços de Hachiro Nishie, que arrendou uma gleba na Estrada da Capela, surgiu em 1920 a Colônia Mogi das Cruzes. No ano seguinte, mais três famílias se integraram à recém criada colônia: M.Hirata, K.Matsumara e J.Uchida.

Figura 50: Família na Colônia Mogi das Cruzes



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

As Colônias Shokuminchi na Região da Sorocabana

A seguir, apresentam-se as duas colônias identificadas na região da Sorocabana. Conforme citado anteriormente, esta região apresentou o ápice da concentração de japoneses na década de 1940, e seu desenvolvimento se deu através da implantação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (SAKURAI,1995).

A autora ainda discorre que a região abrangia os municípios de Assis, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio, criados a partir do avanço da ferrovia:

Essa região é formada por núcleos arrendatário que basicamente se dedicavam ao cultivo do algodão, após o período nas fazendas de café, muitas vezes na própria região japonesas (SAKURAI, 1995, p40).

Quadro 08: As Colônias Shokuminchi localizadas na região da Sorocabana

REF	ANO	NOME	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
16	1917	Colônia Bai-Bem (Vai bem)	Estrada de Ferro Sorocabana	Região Pres. Prudente	Café, Grãos e Algodão
17	1918	Colônia Brejão		Álvares Machado	Algodão

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Colônia Bai-Bem

No ano de 1917, foi fundada em Presidente Prudente a Colônia Bai-Bem; o nome desta colônia também é mencionado como “Vaivém” em demais registros. Como produção agrícola, voltou se para o cultivo de café, outros grãos e também o algodão.

Esta colônia foi fundada por Kenichiro Hoshina, fundador do primeiro jornal de língua japonesa no Brasil, o Semanário “América do Sul” (Shūkan Nambei). Segundo o Museu da Imigração Japonesa no Brasil, os lotes desta colônia foram comercializados através de propaganda veiculada no próprio jornal de Kenichiro.

Figura 51: Agricultores na Colônia Bai-Bem



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Brejão

Na atual cidade de Álvares Machado, na região de Presidente Prudente, surge, em 1918, a Colônia Brejão.

Figura 52: Plantação de algodão na Colônia Brejão



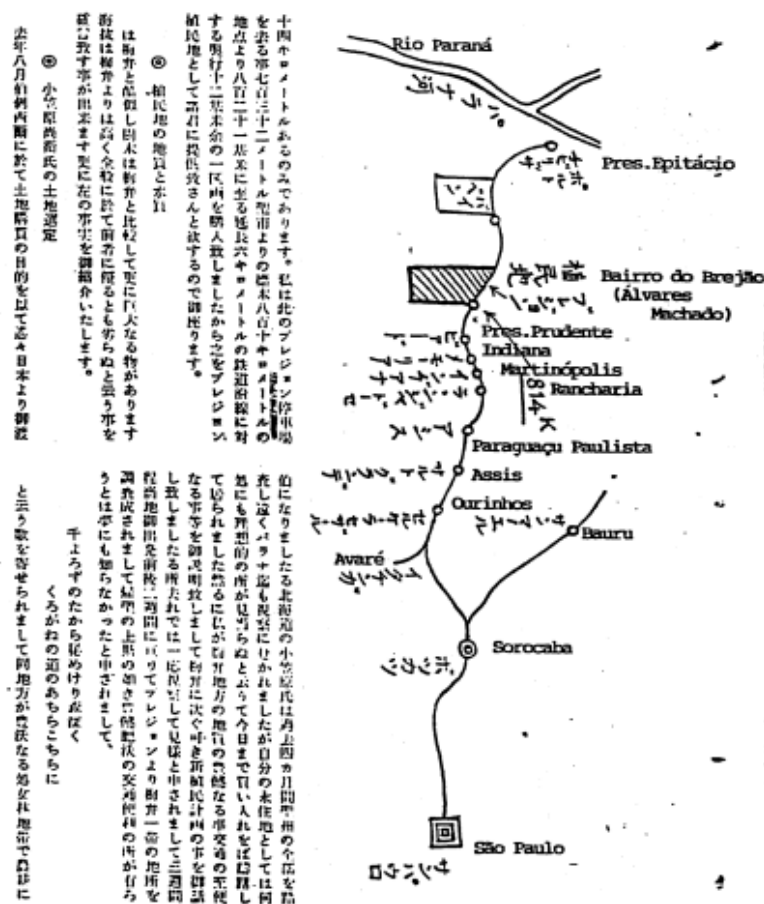
Fonte: Takenaka, 2003, p.53

Assim como a Bai-Bem, a comercialização dos lotes da Colônia Brejão foi divulgada através do primeiro jornal japonês no Brasil, e teve também como fundador Kenichiro Hoshina. Ainda de acordo com as informações da National Diet Library, muitos foram os imigrantes que morreram durante os anos iniciais, vítimas de doenças endêmicas, desnutrição e tuberculose somada ao excesso de trabalho.

Conforme aponta Sousa (2008)

Tal colônia, em 1916, deu início ao município de Álvares Machado/SP. A colônia começou a partir de duas grandes glebas. Segundo Takenaka (2003), a primeira foi adquirida pelo engenheiro japonês Kenichiro Hoshina, com uma área de 3.000 alqueires ao Sul da estrada de ferro. Já a segunda gleba, pertenceu à Naoe Ogassawara, com uma gleba de 2.000 alqueires a leste da linha férrea. Essas áreas foram divididas em lotes e vendidas aos colonos japoneses. Posteriormente, as famílias desses pequenos lotes agrupavam-se em núcleos chamados Shibus (uma espécie de associação comunitária, com o fito de preservar as tradições japonesas) num total de 16, além do Shibus central, localizada na cidade desde 1920 (SOUSA, 2008, p.37).

Figura 53: Croqui de localização da Colônia Brejão



Fonte: Takenaka, 2003, p.62

A Colônia Shokuminchi Coqueiro, na Região da Mogiana.

A Colônia Coqueiro, apesar de não pertencer ao arco temporal estabelecido, foi incluída neste material, como meio de deixar registradas as informações encontradas e também correlacionar com a mobilidade posterior ao arco temporal.

Quadro 09: As Colônias Shokuminchi localizadas na região da Mogiana

REF	ANO	NOME	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
25	1929	Colônia Coqueiro	Estrada de Ferro Mogiana	-	Café

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

A Colônia Coqueiro era servida pela Estrada de Ferro Mogiana, com sua fundação datada de 1929. Sua produção foi dedicada ao café e observa-se na Figura 54, que as suas plantações encontravam-se nas encostas em direção ao ponto mais alto do terreno.

Figura 54: Plantações na Colônia Coqueiro



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

As Colônias Shokuminchi na Região da Noroeste

A região da Noroeste foi um dos maiores polos de recebimento de imigrantes japoneses, na condição de pequenos proprietários, servidos pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na década de 1930. Observa-se, conforme colocado anteriormente, que a curva ascendente que indica a concentração de japoneses coincide com um período de saída de imigrantes nipônicos, que saíram da região da Borda do Planalto, região com terras de antigas fazendas de café.

Quadro 10: As Colônias Shokuminchi implantadas na Região da Noroeste

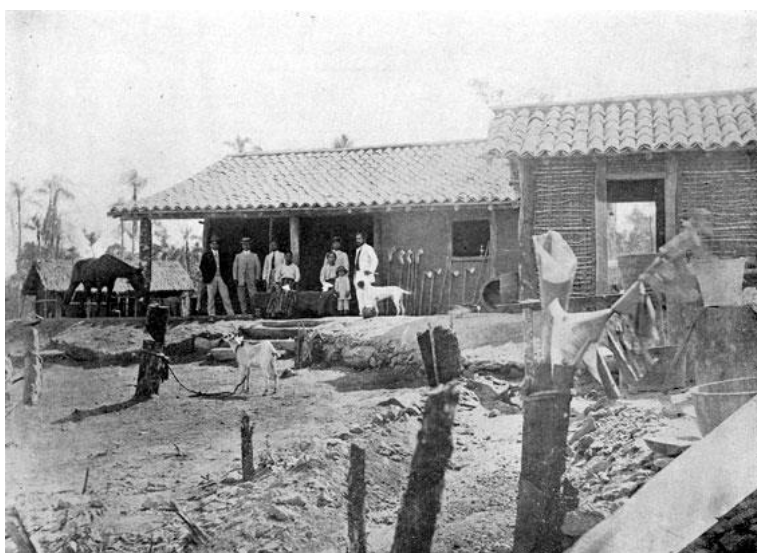
REF	ANO	NOME	ACESSO PRINCIPAL	LOCALIZAÇÃO ATUAL	PRODUÇÃO
12	1915	Colônia Água Limpa	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Birigui	Café, Cana de açúcar
13	1915	Colônia Tokkyo		Guatapará	Arroz, algodão, Sericicultura
14	1915	Colônia Hirano		Cafelândia	Arroz
15	1916	Colônia Barbosa		Lins	Café, Arroz, Algodão, Cereais e Milho
18	1918	Colônia Uetsuka-I (Itacolomy)		Promissão	-
20	1922	Colônia Uetsuka-II		Lins	
23	1926	Getulina		Getulina	Algodão
24	1928	Colônia Servão		Cafelândia	Arroz

Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Colônia Agua Limpa

Localizada em Birigui, inaugurada em 1915, a Colônia Água Limpa contava com imigrantes da província de Kumamoto. Sua produção era baseada no cultivo de café e da cana de açúcar. No ano de 1923, a colônia contava com 296 famílias.

Figura 55: Residência na Colônia Água Limpa



Fonte: https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/13.php

Colônia Tokyo

A Colônia Tokyo foi fundada em 15 de março de 1915, pela união de 60 pessoas, precisamente 15 famílias, que adquiriram terras num total de 84 alqueires, de Hermínia Vieira Borba Moura. A colônia localizava-se em Motuca, próximo a Guatapará, local de destino de muitos imigrantes os quais prestaram serviços contratados junto a Fazenda Guatapará.

As terras da Colônia Tokyo ficavam próximas ao rio Motuca. Os imigrantes dedicaram-se inicialmente ao plantio de arroz, no entanto, por não haver posto de atendimento médico no local, vieram a óbito oito homens vítimas de malária. A colônia também apresentou o cultivo de algodão e a sericicultura. Seu líder foi Sunao Baba, e a colônia ficou ativa por 53 anos até 1968. Estima-se que no total viveram na colônia entre 1.500 a 2.000 pessoas.

Figura 56: Prática de esportes pelos jovens da Colônia Tokyo



Fonte: https://issuu.com/jornal_cenario/docs/3_-_cen_rio_75__edi__o_mar_o_

Colônia Hirano

Através do idealismo e dos esforços do intérprete Umpei Hirano, que esteve inicialmente na Fazenda Guatapará, a Colônia Hirano estava localizada junto ao rio Dourado, onde iniciou a sua produção de arroz no ano de 1915. Devido à condição precária

da localidade, conta-se o número de 80 pessoas vítimas da malária. A Colônia Hirano será abordada com mais detalhes posteriormente.

Figura 57: Escola primária na Colônia Hirano



Fonte: https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/13.php

Colônia Barbosa

Organizados independentemente, em Lins, em 1916, agricultores japoneses implantaram a colônia com o cultivo de café e arroz. A colônia apresentou ainda o cultivo de outras culturas como o algodão, cereais e milho.

Figura 58: Agricultores na Colônia Barbosa



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Uetsuka ou Itacolomy

Na atual cidade de Promissão, em 1918, assim como um grande número de colônias idealizadas por um líder, é fundada a colônia Colônia Uetsuka ou Itacolomy. O empreendimento foi criado por Shuei Uetsuka, formado pela Universidade de Tokyo. Uetsuka foi gerente da Cia Imperial de Imigração, vindo do Japão em 1908 junto aos passageiros do navio Kasato Maru.

O empreendimento abrangia a área de 1.400 alqueires e ficava a cerca de 4 km da estação de Heitor Legrú, rebatizada como “Promissão”, a noroeste do município de Lins.

Figura 59: Plantação de Algodão na Colônia Uetsuka



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Uetsuka II

No ano de 1922, com a aquisição de mais terras junto à primeira colônia estabelecida em 1918, é fundada a Colônia Uetsuka II, na cidade de Promissão, a oeste de Lins. De acordo com a National Diet Library, a colônia atraía um grupo de jovens seguidores de Uetsuka.

Figura 60: Trabalhadores na Colônia Uetsuka II



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia União

Fundada nos arredores da cidade de Lins, no ano de 1924, a Colônia União localizava-se ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e esteve dedicada à produção de café.

Figura 61: Plantação de café na Colônia União



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Getulina

Esta colônia surgiu em 1926 e, assim como demais da região, estava localizada nos arredores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Sua produção agrícola era voltada para a cotonicultura.

Figura 62: Trabalhadores japoneses na lavoura de algodão



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Colônia Servão

Localizada na cidade atual de Cafelândia, a Colônia Servão foi fundada em 1928, voltada para a produção de arroz. Assim como as demais colônias da região, localizava-se próxima aos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, principal via de acesso à região.

Figura 63: A Colônia Servão



Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

O Mapa 16 apresenta a localização atual dos municípios, a que a pertenciam as 12 Colônias Shokuminchi identificadas no estado de São Paulo, com fundação entre 1908 e 1924. Observa-se que a sua distribuição se deu na região do município de São Paulo, bem como no interior através da utilização dos trechos ferroviários de oito empresas, responsáveis por realizar serviços para os latifúndios de café do estado.

A numeração que referencia estes exemplares apresentados segue a ordem estabelecida anteriormente, conforme o Quadro 06, apontando-se para a grande concentração de Colônias Shokuminchi na Região da Noroeste. Observa-se também a fundação de colônias na Região da Sorocabana que, assim como a anterior, foram regiões em franca expansão, com a presença das linhas ferroviárias que realizavam o escoamento da produção e proporcionava o desenvolvimento cada qual de sua região.

Mapa 16: Colônias Shokuminchi no Estado De São Paulo (1913 a 1929)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/porta.php#mapa222154>; Fonte da malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/porta.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor.

Posteriormente, apresentar-se-á um mapeamento compilando a distribuição dos dois tipos de colônias fundadas em terras paulistas, dentro do arco temporal estabelecido, iniciando-se a sua implantação a partir de 1911 até 1929, em função da inclusão de exemplares, conforme já justificado anteriormente.

Apresenta-se também o trecho ferroviário da São Paulo Railway, Cia Mogiana de Estrada de Ferro, Cia Ituana de Estrada de Ferro, Sorocabana Railway Company, Cia Estrada de Ferro Araraquara, Estrada de Ferro Central do Brasil, Cia Paulista de Estrada de Ferro e a Cia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que serviram estas Colônias Japonesas pelo Estado de São Paulo (Mapa 17).

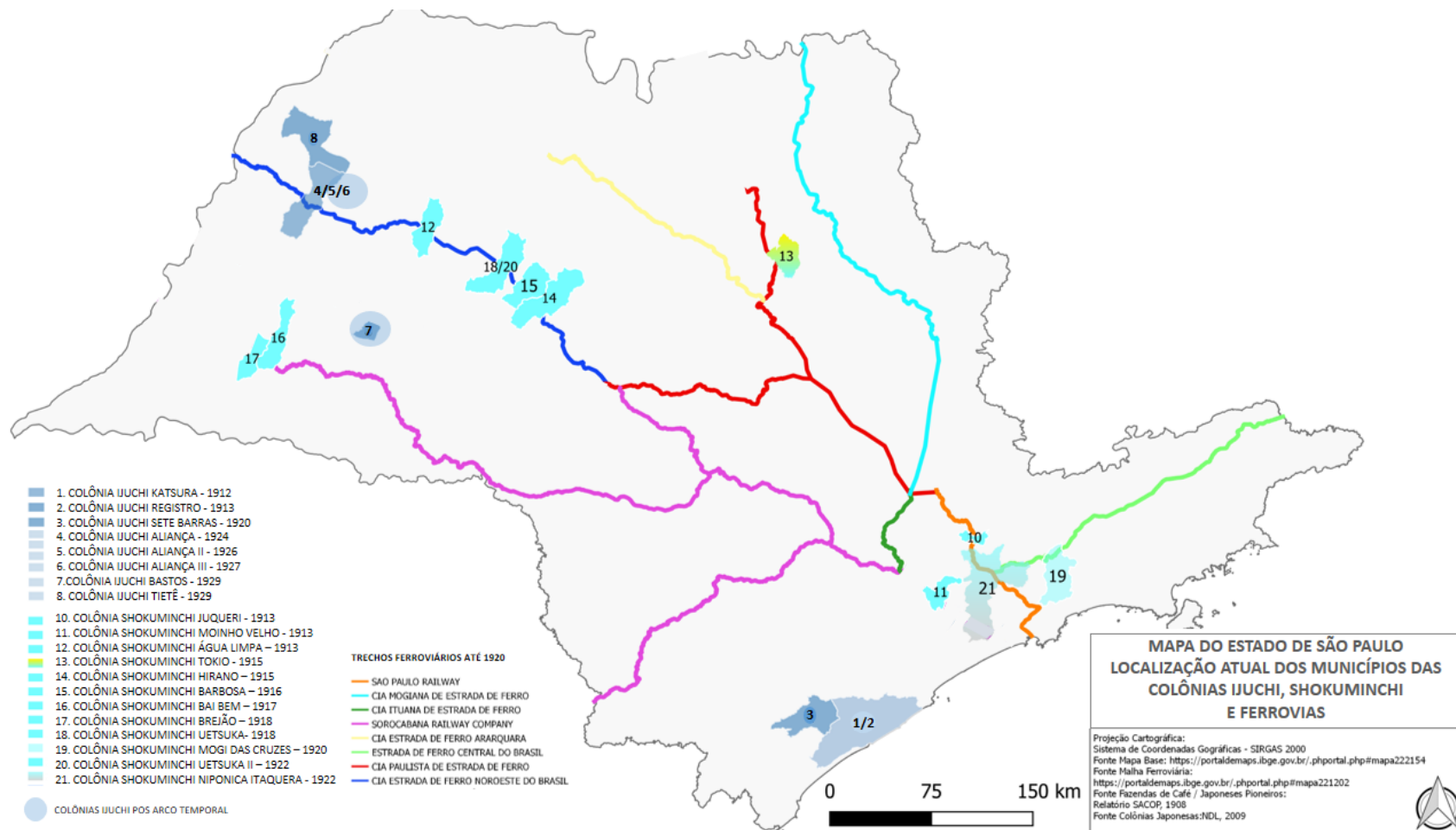
Dessa forma, observa-se que as Colônias identificadas nesta pesquisa ocuparam as áreas ora citadas por Sakurai (1995), como o caso da Colônia Iguape, no Litoral Paulista, que será melhor abordada no próximo capítulo. A autora aponta ainda para a região da Mogiana, na Borda do Planalto Paulista, como a região que mais recebeu os imigrantes japoneses em 1915, como por exemplo a Colônia Tokyo, fundada neste mesmo ano.

Apontou-se, para a grande concentração de empreendimentos fundados na região da Noroeste, tanto as Colônias Ijuchi, como a Colônia Aliança, bem como o estudo de caso que será apresentado posteriormente, a Colônia Shokuminchi Hirano.

Da mesma maneira apontou-se também a presença de Colônias na região da Sorocabana, com a implantação em 1917 da Colônia Bai Bem e a Colônia Brejão de 1918.

Assim, corroboram-se as informações de Sakurai quanto à mobilidade do imigrante japonês ao longo do estado paulista, de acordo com o período analisado em que identificou-se as Colônias apresentadas. Ainda de acordo com o mapeamento realizado pela Kaiko, também pode-se observar esta mobilidade na ocupação de várias regiões do estado de São Paulo segundo as representações da quantidade de imigrantes fixados em seu mapeamento do ano de 1926.

Mapa 17: Colônias Shokuminchi e Ijuchi no Estado De São Paulo (1912 a 1929)



Fonte Mapa Base: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa222154>; Fonte da malha ferroviária: <https://portaldemaps.ibge.gov.br/phportal.php#mapa221702>; Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000. Elaborado pelo autor.

4.3. Conclusões Capítulo 2

O processo de ocupação das terras paulistas apresentou o seu desenvolvimento através da sua orientação e vocação rural, encontrada no café, a força motriz de toda uma economia atrelada às decisões políticas que pudessem interferir no bom planejamento de todo um sistema complexo, lucrativo e, sobretudo, dinâmico. Em meio a esta realidade, o fim do trabalho de mão de obra escrava interferiria numa logística já estabelecida pelos grandes latifundiários, os quais, dotados de influência nas decisões políticas do estado paulista, incentivaram uma política dirigida em que a imigração pudesse suprir uma possível falta de operários rurais.

O Estado procurou dinamizar ao máximo suas ações diante do vasto território a ser administrado, tendo ainda algumas regiões inexploradas, portanto sem informações que pudessem garantir o sucesso de qualquer empreendimento.

A atuação oficial do Estado desde a implantação e administração dos Núcleos Coloniais, Campos de Experiência e Demonstração, bem como junto as Colônias, de uma forma geral, mostrou-se efetiva, no entanto apresentando um hiato na criação de seus Núcleos Coloniais Oficiais do ano de 1911 até 1930.

Por parte dos latifundiários e dos colonos imigrantes, a ocupação e desenvolvimento do território obedecia as oportunidades de mercado, visto o ainda desconhecido território paulista que apresentava-se próspero, porém dotado de uma série de incertezas em que o sucesso dependia da tentativa de erros e acertos.

Diante disso, a mobilidade do imigrante japonês dentro do estado de São Paulo, desde a sua chegada em 1908, apresentou uma grande flexibilidade, no que tange a sua distribuição, principalmente pela oportunidade de se tornarem pequenos proprietários rurais diante da divisão das terras, até então, exploradas pela monocultura do café.

De acordo com o arco temporal desta pesquisa, observa-se que a grande concentração de imigrantes japoneses se encontravam nas regiões dos mais importantes latifúndios cafeeiros, na Borda do Planalto, bem como no litoral sul paulista.

No litoral, esta grande concentração deu-se através de uma parceria estabelecida entre o governo estadual paulista e uma empresa colonizadora, tutelada pelo governo japonês, que vislumbraram na cessão de terras devolutas e no comprometimento de se implantar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento da região a contrapartida necessária para a implantação de uma Colônia estruturada e amparada pelo governo nipônico.

Ainda, a pesquisa apontou para presença de Colônias Japonesas em regiões próximas a Núcleos Coloniais fundados pelo Império e pelo governo paulista, na região do município de São Paulo, bem como na porção oeste do estado paulista, zona pouco explorada até então.

A dinâmica da ocupação das terras paulistas esteve ligada diretamente ao empreendedorismo agrícola da pequena propriedade, ainda que os latifúndios, de alguma forma, apresentassem uma conexão com estes pequenos produtores rurais, responsáveis pela diversificação da produção e, em alguns casos, empenhados também no trabalho sazonal com a cafeicultura.

CAPITULO 3: AS COLÔNIAS JAPONESAS NO ESTADO DE SÃO PAULO: mobilidade e organização espacial



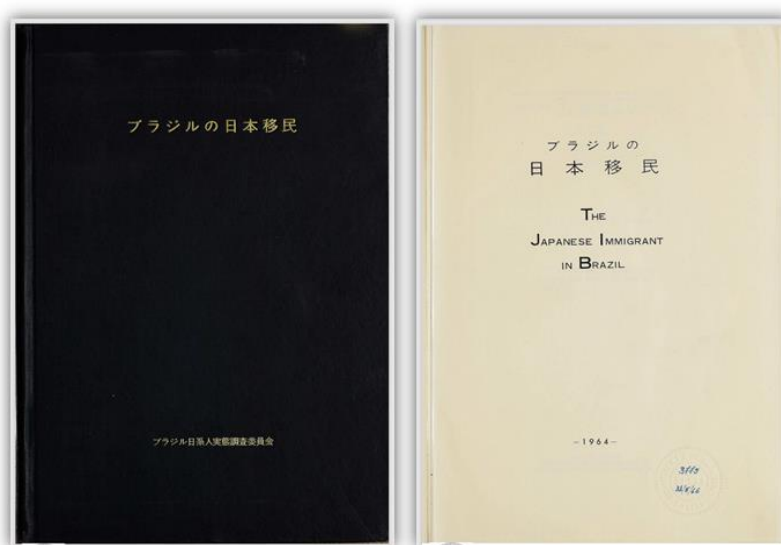
5.1 Mobilidade: análise do mapeamento das Colônias Japonesas identificadas (1911 as 1924) com relação ao Censo de 1958 e o mapeamento da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha de 1926

Para se aferir a distribuição do imigrante japonês em terras brasileiras, em especial nas paulistas, foram utilizadas informações da análise de Sakurai (1995) sobre o Censo da Colônia Japonesa no Brasil (Figura 35), elaborado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, no ano de 1958 e publicado em 1964, e o mapa elaborado K.K.K.K, com a concentração de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo, referente ao ano de 1926.

O Censo de 1958

Trata-se de extenso material, com inúmeros dados, dentre eles a mobilidade espacial do imigrante japonês. Estes dados foram sistematizados em gráficos por Sakurai (1995), e demonstram a ocupação dos nipônicos por regiões relacionadas às áreas de abrangências das ferrovias (Sorocabana Railway Company, Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Companhia Paulista de Estrada de Ferro e Companhia Mogiana de Estrada de Ferro), além do litoral.

Figura 64: Censo da Colônia Japonesa no Brasil, elaborado pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, no ano de 1958



Fonte: National Diet Library

Fonte: National Diet Library

O Mapa 18, a seguir, apresenta a divisão geomorfológica do estado de São Paulo. Destaca-se a região do Planalto Ocidental, na porção oeste do estado e que caracterizou-se por ser conhecida como “oeste paulista” (LANGENBUCH, 2011).

O Mapa 19 apresenta as denominações regionais do estado, conforme expressas no censo japonês, utilizando-se do mapeamento realizado pela empresa Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha, de 1926, que identifica as áreas de concentração de imigrantes japoneses pelo estado de São Paulo. Neste mapa, indicam-se pequenas circunferências vermelhas em que o seu diâmetro relaciona-se a concentrações de imigrantes. A análise deste mapeamento será realizada posteriormente, sendo este utilizado como base para a identificação das regiões, conforme a análise de Sakurai (1995),

Essa região, conforme esclarece Monbeig (1984), é composta pelo Arenito Bauru superior que, após a terra roxa, é o solo que oferece melhores possibilidades para a agricultura. Ainda segundo o autor, “Assentadas sobre os divisores de água dos rios que cortam essa porção do estado serão implantadas as ferrovias, acompanhando o plantio do café e a criação de pequenos aglomerados, colônias e futuras cidades (MONBEIG, 1984)”.

Mapa 18, à esquerda: Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo. Mapa 19, à direita: Localização do Imigrante Japonês em São Paulo (1926)



Fonte: <https://journas.openedition.org/confins/6168>. Produzido pelo autor.

Fonte mapa: National Dietary Library – NDL (2009); acessado em 08/10/2019. Produzido pelo autor.

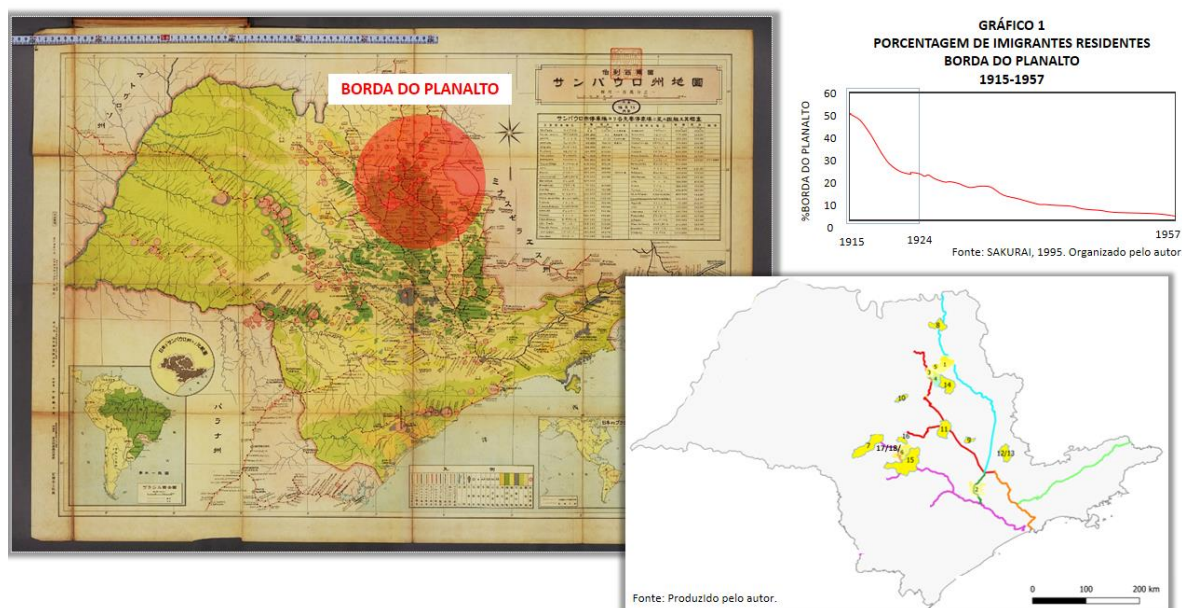
Fonte Mapa 18: Disponível em: <https://journas.openedition.org/confins/6168>, acessado em 08/10/2019 (Elaborado pelo autor); Fonte Mapa 19: National Dietary Library – NDL (2009); acessado em 08/10/2019 (Produzido pelo autor).

Sakurai (1995) aponta que, inicialmente, as maiores concentrações de imigrantes japoneses inseridos no estado de São Paulo, tendo como arco temporal 1915 até 1957, período estabelecido pelo Censo, foi na região denominada Borda do Planalto. De acordo com a Figura 36, os imigrantes japoneses situados nesta região representavam aproximadamente 60% do contingente nipônico em terras brasileiras. Aponta-se também a proximidade das fazendas produtoras de café que receberam os primeiros colonos assalariados, a partir de 1908. Consta-se também que, nesse momento, as passagens destes imigrantes possuíam subsídio governamental, incentivando-se assim a política dirigida que tinha como base a vocação rural das terras paulistas

Os primeiros locais de fixação ficam na região da Borda do Planalto, denominação que é utilizada no censo. Essa região corresponde a zona oeste paulista que engloba Ribeirão Preto, Franca e os núcleos cafeeiros mais importantes. Os municípios dessa região foram criados na final do século passado, praticamente junto com a estrada de ferro Mogiana. Ribeirão Preto, por exemplo, torna-se município em 1871, e os planos para a Mogiana chegar à região são de 1874 (SAKURAI, 1995, p.37 e 38).

No Gráfico 1 (Figura 65), elaborado por Sakurai (1995) a autora expressa a porcentagem de japoneses e o arco temporal na região da Borda do Planalto, onde se vê sua alta concentração no ano de 1915 seguido por um grande decréscimo em 1924 até 1957. A autora observa que este movimento se deu pela política de intervenção do governo japonês, que direcionou o fluxo de seus patrícios para outras regiões. Observa-se que, nos anos iniciais do projeto colonizador japonês, a inserção do imigrante se deu na região de latifúndios cafeeiros em plena atividade, dotados de uma infraestrutura ferroviária que servia os interesses dos cafeicultores. Esta concentração de imigrantes japoneses avizinhava-se das Fazendas Canaã, São Martinho, Guataparã, Dumont, Paraíso, Jataí, conforme apontadas no capítulo anterior e ilustradas no mapa inferior da Figura 65.

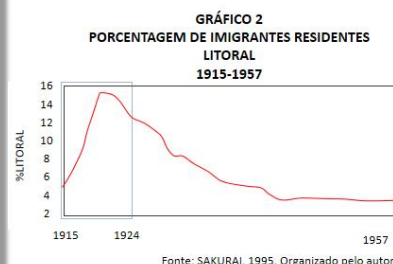
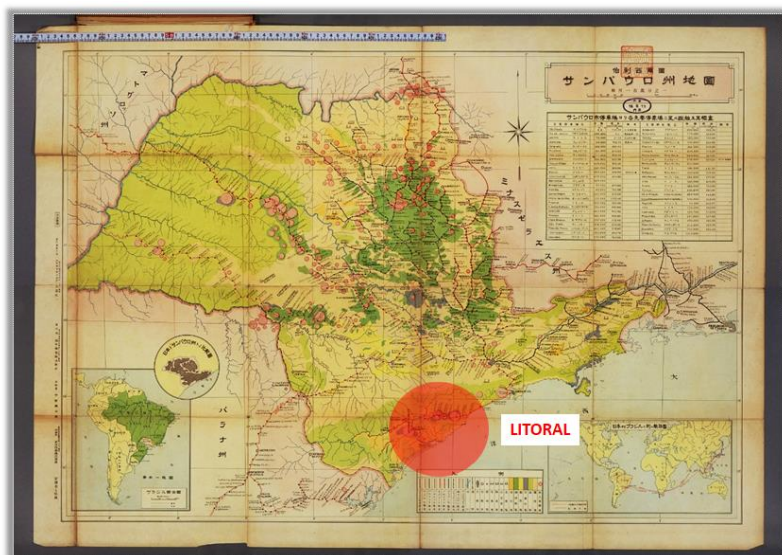
Figura 65: Região da Borda do Planalto- Maior concentração de japoneses no ano de 1915



Fonte Mapa KKKK: National Diet Library; Fonte Gráfico: Sakurai, 1995, produzido pelo autor; Fonte Mapa com as Fazendas da primeira e segunda leva de imigrantes japoneses: produzido pelo autor.

A Figura 66 aponta para a região do litoral paulista, especificamente o Vale do Ribeira, importante polo de recebimento de imigrantes japoneses nas primeiras décadas, a partir de 1912, com o acordo firmado junto a uma companhia colonizadora japonesa com a cessão de terras devolutas na região do atual município de Iguape.

Figura 66: Região do Litoral - Maior concentração de japoneses no ano de 1915



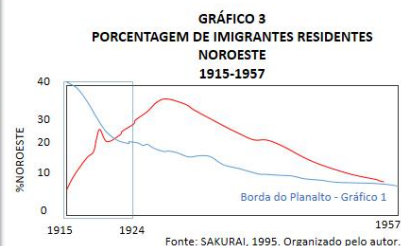
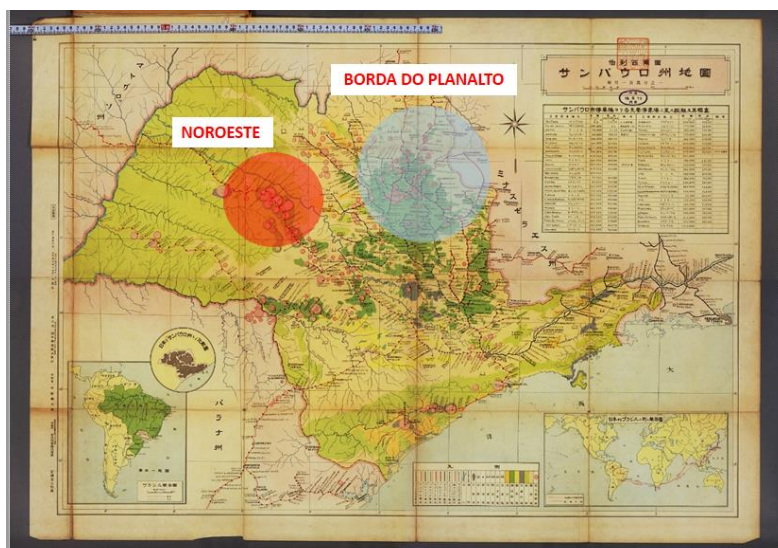
Fonte Mapa KKKK: National Diet Library; Fonte Gráfico: Sakurai, 1995, produzido pelo autor.

A região da Noroeste do estado de São Paulo, segundo Mita, foi onde se iniciou o sistema de loteamento ocupado por imigrantes europeus, bem como pelos japoneses, começando por Cafelândia e Birigui, ambas em 1915. Até 1930, no trecho entre Bauru e Araçatuba, numerosos povoamentos foram formados por imigrantes japoneses ao longo da CEFNOB (MITA, 1999).

A Figura 67, apresenta o Gráfico 3 com a concentração de japoneses localizados na zona da Noroeste. Sakurai demonstra que enquanto a presença de nipônicos aumenta nesta região, ela decresce na região da Borda do Planalto, região de maior inserção inicial

A opção das famílias que saem das fazendas de café para outras regiões é certamente a região Noroeste. O Gráfico 3 contrastado com o Gráfico 1 mostra uma coincidência entre as datas em que decresce a população na Borda do Planalto, e aumenta na região Noroeste (SAKURAI, 1995, p.39).

Figura 67: Região da Noroeste - Maior concentração de japoneses na década de 1930.



Fonte Mapa KKKK: National Diet Library; Fonte Gráfico: Sakurai, 1995, produzido pelo autor.

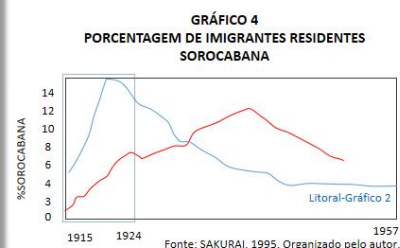
A próxima região identificada por Sakurai (1995), foi a da Sorocabana, que apresentou uma curva ascendente de imigrantes nipônicos, atingindo seu ápice na década de 1930.

Sousa (2007) aponta para esta região como o destino de imigrantes nipônicos a partir de 1918, mesmo ano que o número de imigrantes japoneses superou as demais nacionalidades que chegaram no país, de acordo com o relatório da SACOP de 1918.

Observa-se, de acordo com o Gráfico 2, que a alta concentração nos anos iniciais no litoral paulista em um dado período se cruza com a curva ascendente da região mais próxima, no caso a da Sorocabana

O gráfico 4 mostra a região da Alta Sorocabana como outro polo de fixação que vai crescendo até meados da década de 1940, em função da presença dos trilhos da estrada de ferro Sorocabana. Inclui municípios como Assis, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio, criados praticamente com o avanço da ferrovia. Essa região é formada por núcleos arrendatários que basicamente se dedicam ao cultivo de algodão após o período nas fazendas de café, muitas vezes na própria região (SAKURAI, 1995, p.39).

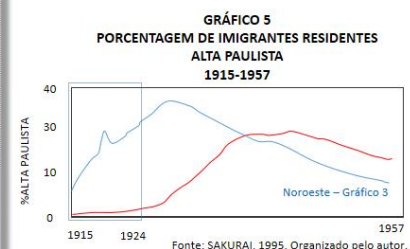
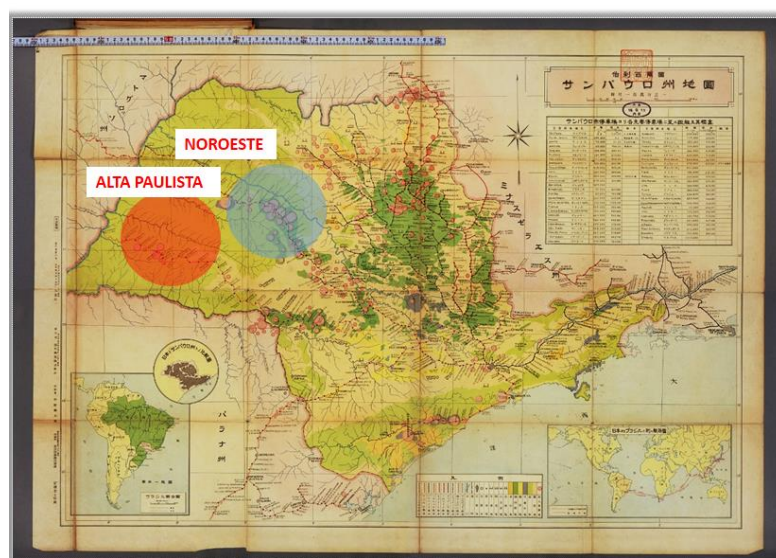
Figura 68: Região da Sorocabana - Maior concentração de japoneses na década de 1940.



Fonte Mapa KKKK: National Diet Library; Fonte Gráfico: Sakurai, 1995, produzido pelo autor.

O último gráfico, apresentado na Figura 69, aponta para a região da Alta Paulista, com a maior concentração de japoneses já no final da década de 1930, assim como ocorrido na região da Noroeste. Ressalta-se a participação do imigrante japonês como pequeno proprietário rural dedicado a cultura do algodão, conforme Sakurai (1995).

Figura 69: Região da Alta Paulista - Maior concentração de japoneses na década de 1930.



Fonte Mapa KKKK: National Diet Library; Fonte Gráfico: Sakurai, 1995, produzido pelo autor.

Conforme o Relatório da SACOP, de 1907, o governo japonês promoveu uma política de apoio aos indivíduos dispostos a enfrentar a empreitada brasileira. Já no primeiro ensaio de fornecimento de mão de obra estrangeira, realizado entre o estado de São Paulo e a Tokyo Syndicate, cogitou-se a fundação de colônias à margem da Estrada de Ferro Central do Brasil, importante eixo de escoamento da produção cafeeira entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No contrato entre ambos, previa-se uma cláusula antevendo a possibilidade dos colonos japoneses não se adaptarem ao regime de trabalho nas fazendas de café. Segundo Paiva (1993), esta sugestão de localização foi negada pelo governo paulista, uma vez que tais terras eram providas de grande potencial devido sua proximidade com a estrada de ferro.

No entanto, atendendo parcialmente ao pedido japonês para criação da primeira Colônia Japonesa no Estado de São Paulo, substituiu-se a localização da área solicitada por terras devolutas situadas no Vale do Ribeira, em Iguape, cedidas oficialmente em 1911, tendo sua exploração de fato iniciada no ano seguinte, de acordo com o Relatório da SACOP:

[...] em 1911, pela Lei 1299F, de 29 de dezembro, o governo do Estado (de São Paulo) formalizou a intenção de cessão ao “Syndicato de Tóquio” de 50.000 hectares de terras devolutas compreendidas, em quase sua totalidade, na região entre Registro e Sete Barras (Relatório Secretaria de Agricultura do estado de SP, 1912-13, p.172).

O estado de São Paulo, entre os anos de 1900 e 1910, como reflexo da crise cafeeira pela superprodução de café, não teve o registro de criação de novos municípios, Monbeig (1984).

Esta desaceleração, no entanto, não representou a parada por completo das ações realizadas pelo Estado, tendo em vista a construção de estradas de ferro principalmente em direção a regiões até então não exploradas ou pouco povoadas.

Junto a esta lógica acerca da ocupação espacial, também pode-se notar a presença de empresas que realizaram simultaneamente, e por vezes em conjunto com a iniciativa pública, a comercialização de terras disponíveis. Segundo Ferrari (2020):

[...] a ocupação e controle do território passou a ser capital para as elites políticas que, até a segunda metade do século XIX, ou mais precisamente, após o fim da Guerra contra o Paraguai, sequer contavam com um Estado consolidado. Assim, é possível que, embora não raro houvesse por parte

das elites o desejo de integrar todo o território, faltava-lhes em efetivo os meios que iam desde o seu mais completo esquadramento cartográfico às condições materiais para executar políticas com esse fito (FERRARI, 2020, p.105).

Segundo Paiva (2013),

Além dos Núcleos Coloniais, houve várias iniciativas de empresas que também deram origem a Colônias. Elas loteavam áreas em várias regiões do estado e vendiam pequenos lotes aos imigrantes. Destas iniciativas surgiram, no século XX, a Colônia holandesa de Holambra (nos anos 1940), próxima a Campinas, e a Colônia japonesa de Registro (nos anos 1910), no vale do rio Ribeira de Iguape, entre muitas outras. (PAIVA, 2013, p.52 e 53).

É importante ressaltar, o posicionamento japonês em relação às suas companhias colonizadoras

No final do século XIX, havia no Japão, cerca de 40 companhias desse ramo. Porém, elas receberam um rude golpe em 1898, quando o Havaí foi incorporado aos Estados Unidos, tornando-se praticamente impossível a migração contratada para aquela região [...] [...] Em 1908, por ocasião da primeira leva dos emigrantes japoneses ao Brasil, restava ao que tudo indica 11 empresas. Houve nessa época uma tentativa de uni-las todas numa cooperativa (MOTOYAMA, 2011, p.132)

Os Relatórios da SACOP desde de 1909 apontaram a presença do imigrante japonês na região do Vale do Ribeira, na Colônia Iguape, inicialmente com a implantação de sua sessão denominada Colônia Katsura, com a ocupação das terras devolutas do estado cedidas à companhia colonizadora japonesa Tōkyō Syndicate (Sindicato Tóquio). Ao longo dos Relatórios Anuais, a SACOP acompanhou o seu desenvolvimento dadas as suas características de implantação que contava com um acordo de cooperação mútua pra o desenvolvimento da região, sendo que na edição do ano de 1924 apontava-se para a fase final do processo de demarcação das terras cedidas pelo estado. Segundo o Relatório da SACOP, 1924, de um total de 50 mil hectares doados, naquele ano apresentou-se a área demarcada de 43.845 hectares entregues aos japoneses.

Importante ressaltar que, através da concessão dos direitos da Tōkyō Syndicate para a Brasil Takaschoko Kaisha (BTS), é que foi fundada a colônia de Registro no ano de 1916, entre os rios Ribeira de Iguape e Jacupiranga. A implantação da Colônia Registro contou inicialmente com 25 famílias de japoneses (88 pessoas), 16 japoneses solteiros e 60

empregados brasileiros. A Colônia Registro fazia parte da Colônia Iguape, juntamente a Colônia Katsura e a Colônia Sete Barras, segundo Paiva (2008).

Conforme aponta Paiva (2008), a Colônia Iguape apresentou um desenvolvimento considerável a partir da concessão de seus direitos administrativos, agora da Brasil Takaschoko Kaisha (BTS), para a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK)

Somente a partir de 1918, com a transmissão das concessões da BTS para a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), é que a colonização japonesa na região do Ribeira tomou impulso efetivo. Obedecia esta colonização a dois interesses básicos: no plano do discurso oficial, o Estado de São Paulo pretendia a colonização e desenvolvimento econômico da região; por parte da KKKK - que representava no Japão atividades as mais variadas como: imigração e colonização, jornais, transportes marítimos, atividades bancárias - além dos motivos empresariais, sua ação entrava em consonância com as necessidades de distensão social presentes no Japão (PAIVA, 2008, p.49).

Sobre o histórico da KKKK, Motoyama (2011) relata que em, 1º de dezembro de 1917, sob os cuidados do Ministro da Fazenda Shukei Shoda, as empresas Toyo Imin Goshi Kaisha, Nambei Shokumin Kabushiki Kaisha, Nihon Shokumin Kabushiki Goshi Kaisha e Nito Shokumin Kabushiki Goshi Kaisha se associaram criando a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha ou “Kaiko” (quatro “kas” em japonês)

Posteriormente, em 1919, a Kaiko incorporou mais duas empresas, concentrando tudo relacionado a imigração japonesa em solo brasileiro (MOTOYAMA, 2011)

A KKKK incorporou a Companhia de Colonização do Brasil em 1919. Finalmente no ano seguinte, a própria Morioka acabou sendo anexada à empresa. Desde então, a emigração nipônica passou necessariamente pela KKKK. Esta se transformou na única empresa de colonização, ao mesmo tempo em que se tornou num órgão representativo da política emigratória do país do Sol Nascente. Nos 20 anos que se seguiram, mais de 160.000 imigrantes japoneses aportaram no Brasil, através dos seus préstimos (AOYAGI, 1941, p.173 e 174 apud MOTOYAMA, 2011).

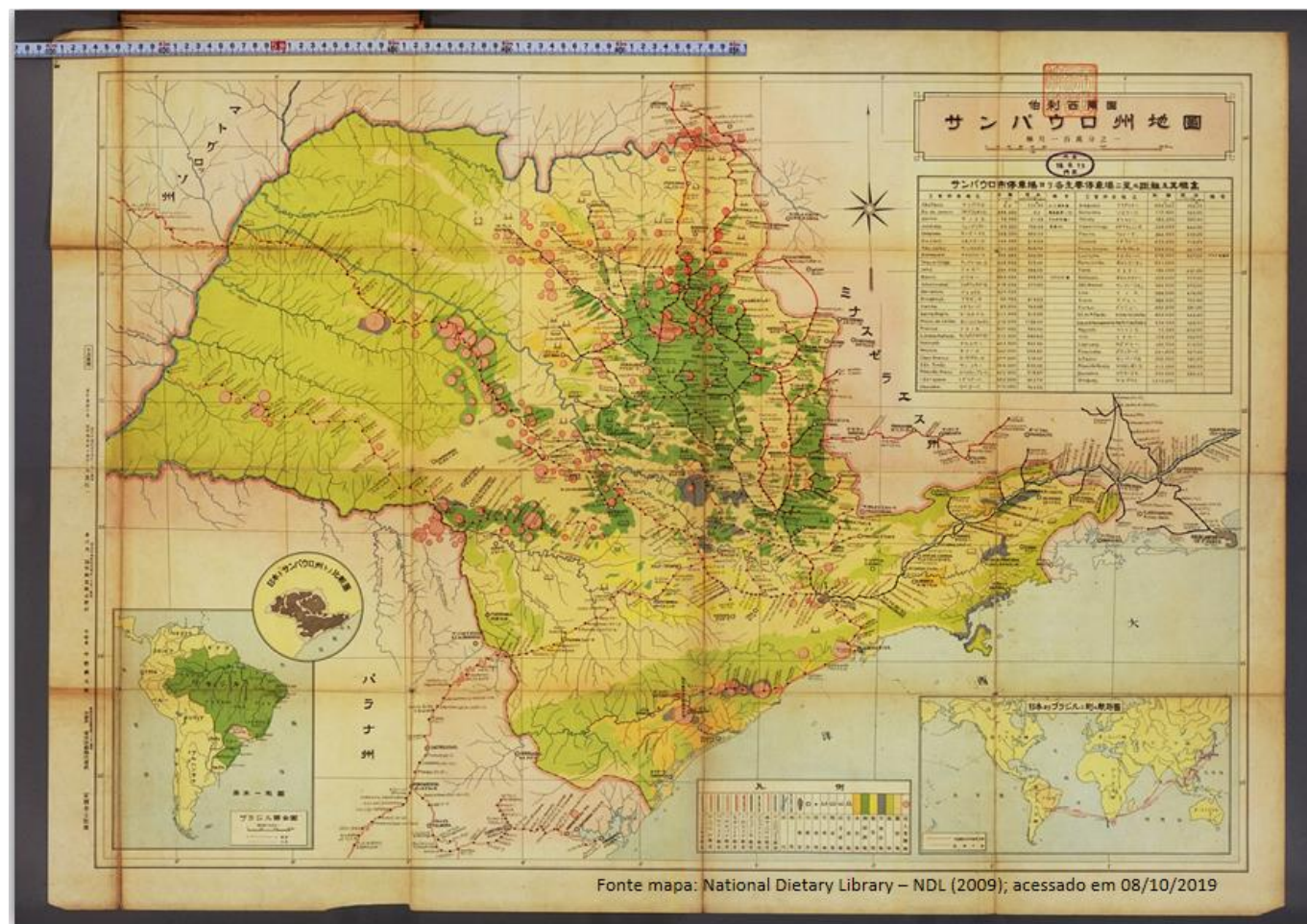
Ainda em relação a Kaiko, encontrava-se também sob suas atribuições o fornecimento de capitais, organização e administração de colônias, compra e venda de bens imóveis, agricultura, pesca, pecuária, mineração, comissão mercantil e beneficiamento, armazéns gerais, trabalhos de arquitetura, engenharia civil e obras, indústrias ligadas a

agricultura, a publicação de jornais, organização de companhias e ação bancária, transporte marítimo e terrestre, com participações além do Brasil, no Peru, Colômbia, Cuba e Filipinas (DEZEM, 2011, p. 12).

A partir da leitura do Mapeamento de 1926 realizado por esta empresa, procurou-se confrontar os dados apresentados anteriormente nos gráficos, a fim de se traçar um panorama da distribuição desta corrente imigratória pelo estado.

Atenta-se no mapa apresentado na Figura 70, que o tamanho dos círculos de cor vermelha, dispostos em sua maioria ao longo das ferrovias que representavam a maior ou menor concentração de japoneses. É importante ressaltar que estas circunferências não representam no mapa necessariamente as colônias japonesas, como as identificadas neste estudo, e sim a presença de imigrantes nipônicos e seus descendentes.

Figura 70: Mapa com a concentração de Imigrantes Japanese no estado de São Paulo (1926) - Mapa produzido pela Companhia de desenvolvimento Ultramarina (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - K.K.K.K.)



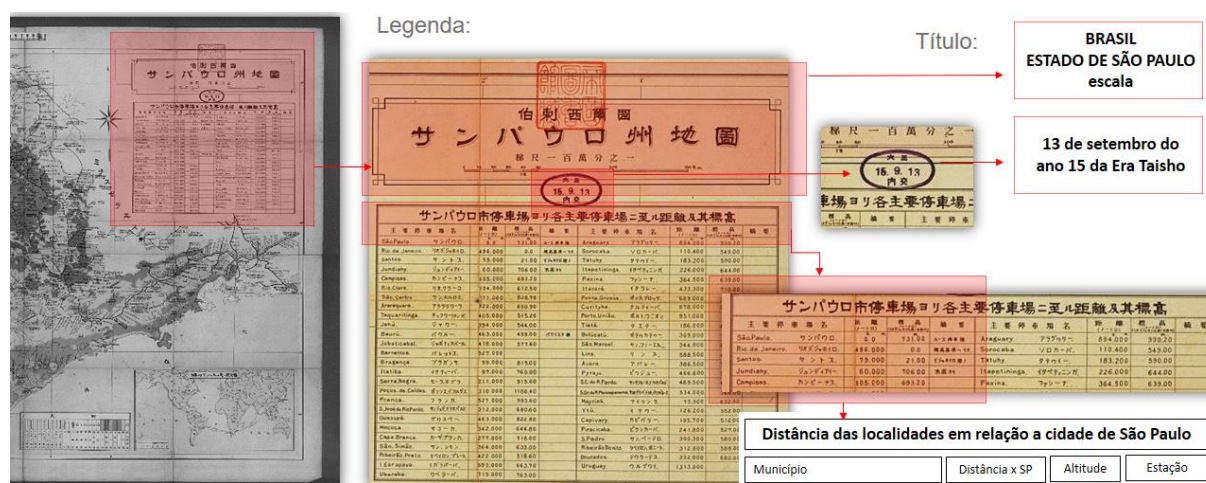
Fonte Mapa KKKK: National Diet Library.

Neste mapeamento estão contidas as linhas ferroviárias disponíveis em 1926, a relação de cidades atendidas, as áreas de cultivos predominantes e onde havia concentração de japoneses no Estado de São Paulo.

Estão presentes nesta cartografia as linhas ferroviárias São Paulo – Goiás; São Paulo – Sul; Araraquara; Douradense; Noroeste; Mogiana; Sorocabana; Paulista; São Paulo e Central do Brasil.

No mapa também há uma série de tabelas e legendas.²⁵ Na Figura 71, na tabela lateral direita, no canto superior do mapa, há a identificação do país, o Brasil, o estado de São Paulo e a escala utilizada. Abaixo da escala apresenta-se um carimbo datado de 13 de setembro do ano 15 da Era Taisho, o que corresponde ao ano 1926. Há também a distância dos municípios identificados no mapa tendo como referência a cidade de São Paulo, com a Estação da Luz como marco zero. Apresenta-se ainda a altitude de cada cidade e algumas estações ferroviárias que as serviam.

Figura 71: Legenda do Mapa de concentração de Imigrantes Japoneses no estado de SP 1926 – K.K.K.K.



Fonte: National Diet Library (2009). Organizado pelo autor.

20 O mapa está disponível no site da National Diet Library, em exposição comemorativa dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, disponível em: <https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/data/R/087/087-007r.html>. Acessado em 25/07/2021. As traduções foram realizadas por Kaike Arijii.

O mapa localizado no canto inferior direito (Figura 72) apresenta-se o trajeto marítimo realizado pelos imigrantes japoneses desde o seu país de origem, com suas escalas até a conclusão do percurso no Porto de Santos, Brasil.

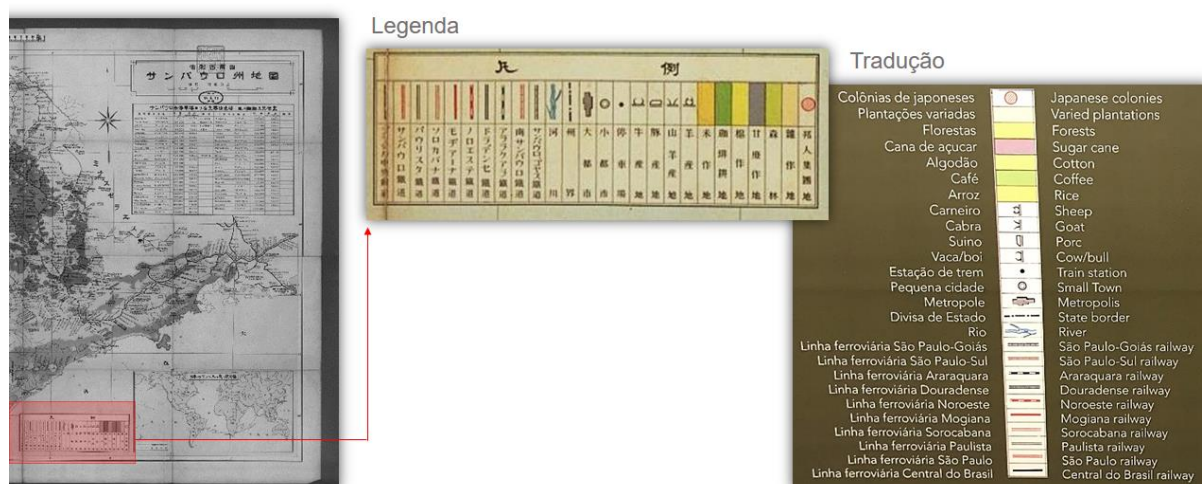
Figura 72: Ilustração do trajeto marítimo realizado entre o Japão e o Brasil no Mapa de Concentração de Imigrantes Japoneses no estado de SP 1926 – K.K.K.K.



Fonte: National Diet Library (2009). Organizado pelo autor.

Ao lado do mapa mundi (Figura 43) há uma legenda com simbologias para a identificação das estações de trem, localização de pequenas e grandes cidades, bem como as divisas do estado e cursos fluviais. São apresentadas ainda as produções predominantes por regiões, demarcando em tonalidades distintas as áreas relativas ao plantio de cana-de-açúcar, algodão, café e arroz, bem como de áreas ainda cobertas por florestas. Identifica-se também a criação de ovinos, caprinos, suínos e bovinos, conforme observa-se na Figura 73.

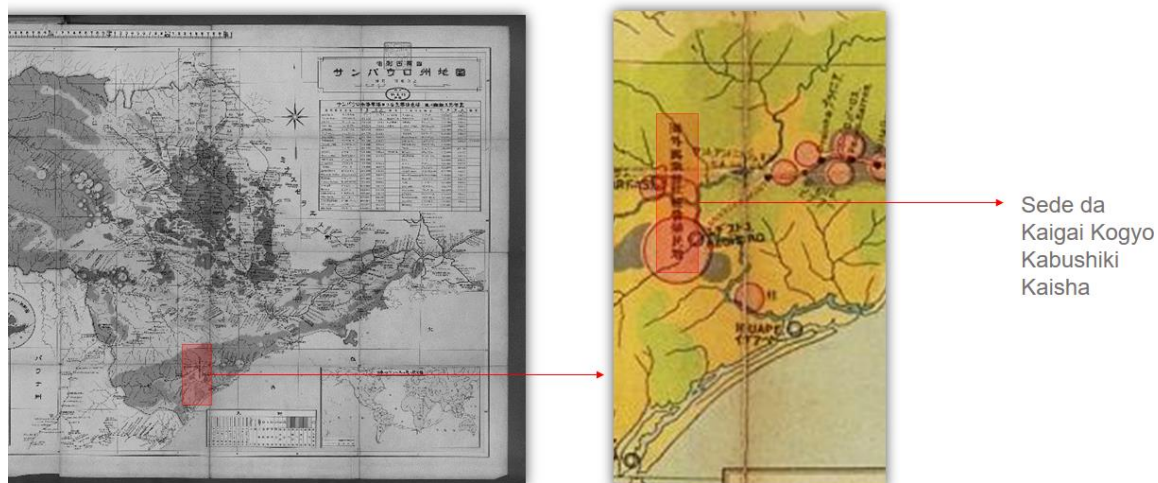
Figura 73: Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926



Fonte mapa: National Dietary Library – NDL (2009); acessado em 08/10/2019; Fonte da legenda traduzida: Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Organizado pelo autor.

Na parte central inferior do mapa há a localização da Sede da K.K.K.K em Iguape, no litoral sul paulista, conforme apresenta-se na Figura 74.

Figura 74: Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926



Fonte: National Diet Library. Produzido pelo autor

No canto inferior esquerdo do mapa, uma representação do território da América do Sul e uma curiosa produção do arquipélago japonês inserido nos limites do estado de São Paulo (Figura 75).

Figura 75: Legenda referente ao Mapa da K.K.K.K. no estado de SP 1926



Fonte: National Diet Library. Produzido pelo autor

5.2 Organização espacial: análise tendo como estudos de caso a Colônia Iguape (modelo Ijuchi) e a Colônia Hirano (modelo Shokuminchi)

Apresenta-se, a seguir, como estudos de caso, duas Colônias Japonesas fundadas no período de estudo, uma Colônia Ijuchi, a de Iguape, e uma Colônia Shokuminchi, a Hirano.

A análise destes dois exemplares permitiu identificar algumas características similares destes núcleos rurais entre as comunidades nipônicas, cada qual localizada e dotada de características distintas, principalmente no caso da relação do transporte da produção local, visto o uso hidroviário da Colônia Iguape, diante do uso da ferrovia pela Colônia Hirano.

Quanto à organização espacial destas duas Colônias, buscou-se correlacionar os itens identificados nas diretrizes empregadas na criação dos Núcleos Coloniais Federais e Estaduais, expressos pelos Decretos Nº 1.458 – Estado de São Paulo, de 10 de abril de 1907 e Nº 6.455 – Federal, de 19 de abril de 1907, já abordados anteriormente, aferindo-se algumas características semelhantes apontadas na estrutura sócio-espacial das colônias planejadas pelas empresas colonizadoras japonesas junto aquelas de cunho particular, sobretudo na formação da estrutura comunitária responsável pelo bom convívio e ordem local. Esta estrutura comunitária localizava-se, preferencialmente, na área central do loteamento, em posição equidistante aos demais lotes e contava com a implantação de edifícios como a escola, *kaikans* e sobretudo as praças rurais, espaços abertos livres que promoviam o desenvolvimento esportivo cultural de cada colônia ou das suas sessões.

Observa-se que as Colônias Shokuminchi, em alguns casos, apresentavam semelhança na forma de parcelamento do solo e na estrutura sócio-espacial de sessões de algumas Colônias Ijuchi, conforme os estudos de caso que serão apresentados.

A Colônia Ijuchi Iguape

No que diz respeito à implantação dos primeiros colonos nipônicos, como pequenos proprietários rurais no estado, nos aponta o MHIJB, na Exposição Permanente no Bunkyo-SP

Foi firmado um contrato para colonizar essas terras entre o governo do Estado de São Paulo e a Empresa Tokyo Syndicate, de Ikutaro Aoyagi, em 1912, onde se estabeleceu que em 4 anos se assentariam 2.000 famílias de agricultores no local. A Colônia Iguape era formada por 3 colônias: a Colônia Katsura, em Jipovura²⁶, a Colônia Registro e as Colônia Sete Barras” (Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, Exposição permanente no Bunkyo-SP).

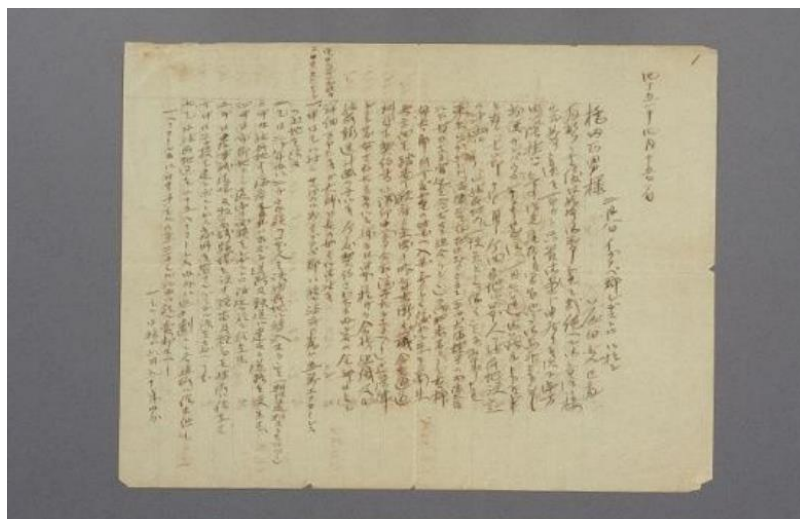
O contrato entre o governo do estado de São Paulo e a Tokyo Syndicate estabelecia os seguintes tópicos:

1. O contratante doaria para o contratado uma área de 50 mil hectares na região de Iguape no Estado de São Paulo;
2. O contratado introduzirá na área em questão 2 mil famílias de imigrantes;
3. O contratante construirá infraestrutura rodoviária e ferroviária ligando a colônia ao litoral;
4. O contratante doa uma região nas imediações de Registro destinada à área urbana;
5. O contratante providenciará estação experimental, serviços de pesquisa agrícola e a criação para fornecimento de mudas e plantel para o contratado;
6. O contratante providenciará a construção de escola com professores para o ensino da língua portuguesa;
7. O contratado dividirá a área doada em lotes no entorno de 25 hectares e os atribuirá aos colonos o valor de 10 a 30 mil réis. (1 reis correspondia a 6,50 yens);
8. O contratante proverá subvenção da viagem a cada imigrante;
9. O contratante tem o direito à área remanescente caso não cumpra a introdução de imigrantes em todos os lotes (HIJIOKA, 2015).

Apresenta-se na Figura 76 uma carta relatando os termos citados acima, do acordo realizado entre o governo paulista e a companhia japonesa.

Figura 76: Carta relatando o acordo entre o governo paulista e a Tokyo Syndicate

²⁶ Em 1937, uma expedição arqueológica japonesa, chefiada pelo arqueólogo japonês, Dr. Kiju Sakai, efetuou escavações no bairro rural de Jipovura, região da Colônia Katsura, encontrando vários sambaquis, datados de milênios atrás, pelos silvícolas que habitaram o local. Nessas escavações trabalharam 176 pessoas e mais os jovens da colônia, sendo o custo dos trabalhos arcados com recursos do governo japonês. Os resultados dessas escavações foram publicados por importantes entidades científicas do Japão e, recentemente, pelo Instituto Paulista de Arqueologia, disponível em <https://www.ovaledoribeira.com.br/2019/02/katsura-primeira-colonia-japonesa-do-brasil.html>, acessado em: 22/12/2020.



Fonte: National Diet Library

De acordo com o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, estes imigrantes chegaram a Santos, se dirigiram para São Paulo, onde cumpriram quarentena na Hospedaria de Imigrantes, retornando posteriormente para o porto realizando-se a travessia do mar para o Rio Iguaçu.

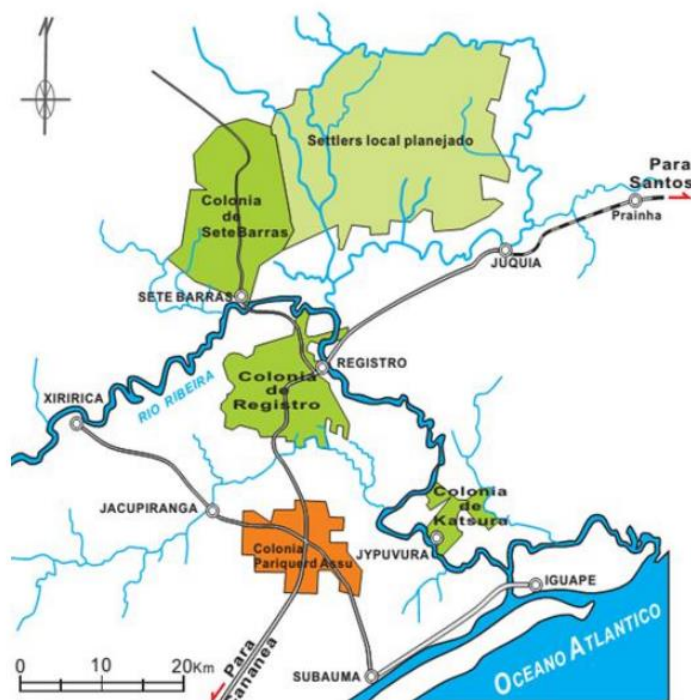
Nas colônias onde a malha ferroviária do estado não estava presente, havia uma dificuldade ainda maior em realizar o transporte através de portos, pela navegação fluvial, como foi o caso dos três núcleos de colonização implantados pela Colônia Iguaçu, a primeira implantada no país, na região do Vale do Ribeira, litoral sul do estado paulista.

A análise da organização espacial deste grandioso complexo buscou comparar os itens identificados correspondentes às diretrizes empregadas na criação dos Núcleos Coloniais Federais e Estaduais expressos pelos Decretos Nº 1.458 – Estado de São Paulo, de 10 de abril de 1907 e Nº 6.455 – Federal, de 19 de abril de 1907, já abordados no item 4.1, do capítulo 2.

Segundo o Decreto Nº 1.458, de 10 de abril de 1907, que dispõe sobre a imigração e colonização no Estado de São Paulo, apresentam-se os seguintes artigos que corroboram para a identificação destas diretrizes implantadas na Colônia Iguaçu.

A Parte II do Decreto, que trata da colonização oficial implantada no estado, refere-se a criação dos Núcleo Coloniais, onde aponta-se para o Artigo 126 que versa sobre a divisão dos núcleos em seções ou distritos, de acordo com a dimensão de seu território, bem como para a demarcação de uma ou demais sedes administrativas, neste caso identificado pelas 03 seções da Colônia Iguaçu: Katsura, 1913; Registro, 1917 e Sete Barras, 1920 (Figura 77).

Figura 77: Mapa de localização dos três núcleos formadores da Colônia Iguape, situada na bacia do Rio Ribeira.



Fonte: HIJIOKA, 2015, p.74

No que se refere à análise do Artigo 127, este definia que os lotes de cada Núcleo Colonial deveriam ser urbanos e rurais, concomitantemente, o Artigo 128, especificava a utilização destes onde os lotes urbanos deveriam ser destinados a futuras povoações, enquanto os rurais destinados somente para a lavoura. Assim observa-se esta distinção já na primeira sessão da colônia em análise, com a implantação de equipamentos urbanos, de uso comunitário, conforme aponta a autora

Katsura foi o nome dado à primeira área de colonização. Foi executada em fase experimental de 33 lotes, para verificar a viabilidade da implantação em outras duas áreas. A área de colonização de Katsura, originalmente denominada Jipovura, estava situada à jusante do Rio Ribeira de Iguape, e teve um progresso rápido, tornando-se autossuficiente em pouco tempo. Possuía engenhos de arroz, alambiques, comércio variado, escola, agência do Correio, indústria de sericultura, médicos e outras comodidades, chegando a atrair até os moradores da cidade de Iguape para compras e assistência médica. Houve o recrutamento estratégico de imigrantes com conhecimento de carpintaria para a construção da infraestrutura inicial; agrimensores, agrônomos e médicos foram contratados pela empresa colonizadora para dar assistência aos recém chegados (HIJIOKA, 2013, p.55).

A presença dos lotes rurais na colônia pode ser observada através da sua produção agrícola, segundo a autora:

Arroz, feijão, cana, milho, pinga, açúcar, verduras diversas e frutas eram produzidos com sucesso na região. Com o intuito de divulgar os produtos da colônia, exposições eram promovidas anualmente, no mês de agosto. Além dos produtos cultivados localmente, eram expostos implementos agrícolas, telhas e artesanatos produzidos na região, como forma de divulgar os novos produtos, trocar experiências entre produtores e melhorar suas técnicas. Essa interação e aperfeiçoamento promoveu a inserção de vários produtos até então inexistentes na região e a melhoria significativa de outros. Como exemplo cita-se o arroz produzido na região, o qual tinha valores acima do mercado em cerca de 10 % (HIJIOKA, 2013, p.55).

O Artigo 129, versava sobre as terras adquiridas para cada núcleo, as quais discriminariam uma área para a futura povoação, na qual seriam demarcados lotes urbanos de 2.500 metros quadrados, conforme apresentados pela Colônia Iguape. Correlaciona-se a implantação desta Colônia o Artigo 130, que dispunha que nos Núcleos Coloniais destinados para os imigrantes recém-chegados, se discriminaria também uma área para um Campo de Demonstração, que deveria ser mantido pelo governo paulista. Acerca da existência destes campos, Hijioka (2013) apresenta em sua pesquisa o relato de Kyousuke Shiratori, diretor executivo responsável pela implementação das colônias empreendidas pela KKKK

Havia o compromisso de instalação de campos de experimentação agropecuárias por parte do governo, isto, porém, não foi efetivado até o momento. Portanto, nossa companhia tomou a iniciativa de testar o plantio de algumas espécies, para distribuição de sementes e aquisição de maquinários. Existem também algumas parcerias estabelecidas com alguns colonos que se prontificaram a testar o plantio de alguns produtos, já mostram resultados promissores, e isto é replicado.” O relato acima mostra que parte do acordo estabelecido com o Estado ainda não havia sido cumprido e a questão da implantação de campos de experimentação comentada prosseguiu por iniciativa própria. Arroz, feijão, cana, milho, pinga, açúcar, verduras diversas e frutas eram produzidos com sucesso na região (HIJIOKA, 2013, p.54 e 55).

O Artigo 131 apresentava que os lotes rurais deveriam apresentar no máximo 50 hectares, onde o primeiro e o segundo parágrafo deste artigo aplicam-se à região de implantação da colônia, bem como em relação ao recebimento das terras devolutas cedidas pelo estado paulista à Colônia Iguape

§ 1.º - Nos nucleos situados nas proximidades das estradas de ferro ou dos rios navegaveis, os lotes ruraes não poderão exceder de 25 hectares.

§ 2.º - Nos nucleos que forem creados á margem da Estrada de Ferro Sorocabana ou em terras devolutas ou afastadas de meios de transporte, os lotes ruraes poderão ser até de 50 hectares (Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 25/06/2021).

O Artigo 138 deste decreto estabelecia que, para que se pudesse obter a concessão de um lote rural, o comprador deveria compor uma unidade familiar, e diante disso ponderou Hijioka sobre a ocupação das terras da Colônia Iguape

As áreas cedidas pelo Estado foram divididas em 544 partes e vendidas aos imigrantes quando ainda estavam no Japão ou a alguns imigrantes que já residiam no Brasil e buscavam sua autonomia através da agricultura familiar. De acordo com os relatórios da empresa colonizadora, em 1920, 493 famílias estavam instaladas. Como algumas famílias adquiriram mais que um lote, quase toda a área destinada a colonização havia sido vendida (HIJIOKA, 2013, p.53).

A fim de se correlacionar a Colônia Iguape com a forma de implantação dos Núcleos Coloniais através da ação do governo federal, realizou-se a análise do Decreto. Nº 6.455 de 19 de abril de 1907, cujo Artigo 5 definia a necessidade do agrupamento dos seus lotes, medidos e demarcados. Quanto à qualidade dos lotes, este artigo apontava para a necessidade da escolha de terras férteis e apropriadas à agricultura, como também para a possibilidade da instalação de indústrias agropecuárias, em condições de salubridade, com abundância de água potável para os diversos usos da população.

Já o Artigo 6 definia que a implantação poderia se dar através do contrato estabelecido junto a empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações, e por particulares, como foi o caso da Colônia Ijuchi Iguape, inicialmente com a companhia colonizadora Tokyo Syndicate, posteriormente transferindo a concessão para a Brasil Takushoku Kaisha e finalmente à KKKK. O artigo ainda dispõe que esta parceria poderia contar ou não, com o auxílio da União e dos Estados.

O Artigo 80 deste Decreto Federal estabelecia a necessidade da implantação de no mínimo 50 famílias de imigrantes, em igual número de lotes rurais, contíguos, ou disseminados em uma região cujo raio máximo não excedesse 12 quilômetros. Correlacionando-se a presença de famílias inseridas em Iguape, apresenta-se um quadro comparativo das famílias instaladas na Colônia

Quadro 11: Quadro comparativo do número de imigrantes em 1917 e 1930.

Cidade	Ano 1917		Ano 1930	
	Núcleos de família	Número de pessoas	Núcleos de família	Número de pessoas
Registro	679	3088	326	1430
Sete Barras	329	1820	113	670
Katsura	52	213	23	137
TOTAL	1060	5121	462	2210

Fonte: HIJIOKA, 2013, p.59

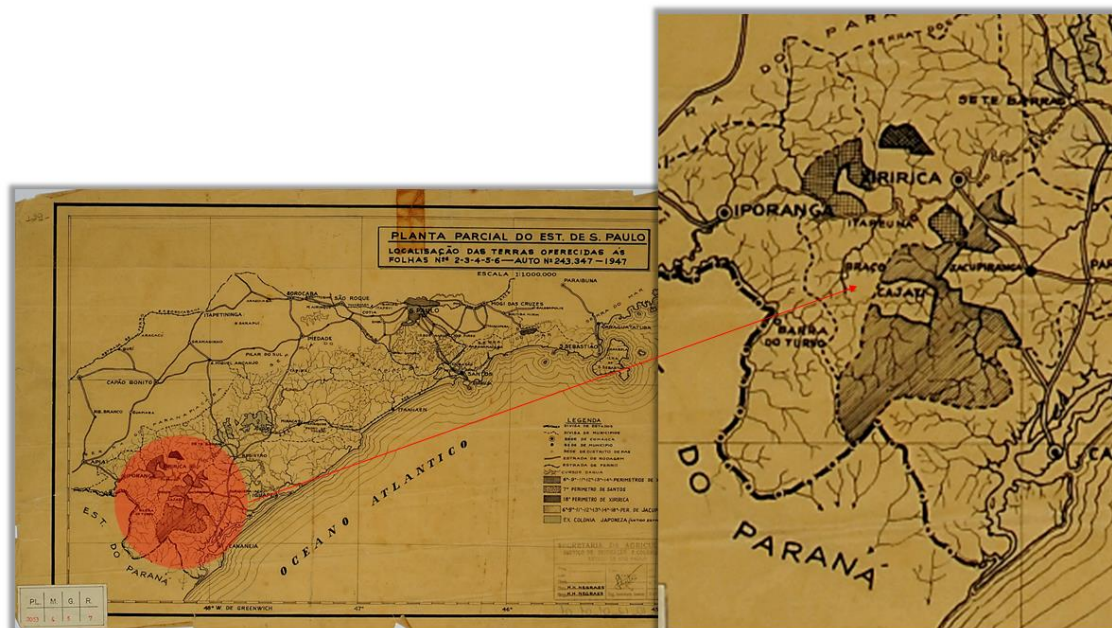
O Artigo 80-c definia as características da área a ser empreendida, apontando a necessidade de serem escolhidas terras férteis, em zona absolutamente salubre, à distancia conveniente de centros comerciais com conexão por estrada de ferro ou de rodagem, em condições que permitissem a expansão nas culturas e industrias, bem como a venda de sua produção. O artigo aponta também para a necessidade de se localizarem a existência de mananciais, de agua potável. Ainda de acordo com o relato do ex funcionário da KKKK, Kyousuke Shiratori, observa-se o cumprimento das diretrizes expressas

Percebe-se no relato de Shiratori que houve a análise prévia para verificar se a área era voltada para a produção agrícola. Identificadas as áreas produtivas, essas eram destinadas ao loteamento e os locais com áreas de topografia muito acentuada ou inadequada ao cultivo foram descartadas. Foi feita a divisão dos lotes de forma a não haver grandes contrastes com relação ao fornecimento, para todos os imigrantes, de água, área cultivável, infraestrutura de educação e saúde. A questão legal era garantida com a posse definitiva do terreno, não havendo o risco de grilagem ou de outras formas ilícitas que poderiam comprometer o direito de propriedade da área adquirida (HIJIOKA, 2013, p.54).

Ainda em relação ao artigo acima, constata-se que a Colônia Iguape utilizava-se de transporte hidroviário, prioritariamente, uma vez que o contrato assinado entre a Tokyo Syndicate e o governo paulista estabelecia que este seria responsável por promover a infraestrutura rodoviária e ferroviária, realizando assim a ligação da colônia ao litoral.

Ressalta-se que, inicialmente, uma parte da área da colônia apresentava-se como floresta inexplorada exigindo esforços dos pioneiros para a viabilização de sua produção agrícola. Apresenta-se a Figura 78, com a Planta Parcial do Estado de São Paulo, datada de 1947, portanto fora do arco temporal definido, no entanto utilizada para a identificação dos cursos d'água e da localização da ex-colônia japonesa.

Figura 78: Planta Parcial do Estado de São Paulo- Litoral Sul



Fonte: Núcleo de Acervo Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A seguir, apresenta-se uma montagem ilustrando a identificação (correlata) das legislações federal e estadual na Colônia Iguape e em uma de suas três sessões, a Colônia Registro. A observância das diretrizes de ambos os decretos são contempladas na Colônia Ijuchi Iguape, em relação aos Núcleos Coloniais Oficiais, implantados anteriormente. Ressalta-se que as tratativas contratuais entre o governo paulista e a companhia responsável pela implantação e sua posterior administração da Colônia, apresentavam um sistema de parceria que em teoria beneficiaria ambas as partes de forma mais eficaz. Ainda que para a companhia as ações assumidas pelo governo devessem ter sido implementadas de prontidão, de maneira mais ágil, destaca-se o posicionamento pró ativo da Colônia em desenvolver por si só algumas cláusulas do contrato, tanto o quanto possível para o seu melhor aproveitamento.

Anterior a Figura 79, apresenta-se o Quadro 12 e o Quadro 13 que referenciam o teor dos Decretos Federal e Estadual analisados para ambos os estudos de caso deste capítulo, tanto a referida Colônia Iguape, quanto a Colônia Hirano, que será abordada posteriormente.

Quadro 12: Artigos analisados do Decreto Federal, quanto a fundação das Colônias Iguape e Hirano.

Artigos analisados no Decreto Federal Nº 6.455 / TÍTULO II - Da colonização	
Capítulo I - Dos núcleos coloniais e sua fundação	
Artigo 5	Quanto as suas características: [...] para os efeitos deste decreto, é a reunião de lotes, medidos e demarcados, de terras escolhidas, férteis e apropriadas á agricultura ou á industria agro-pecuaria [...]
Artigo 6	Quanto a sua fundação: [...] Por empresas de viação ferrea ou fluvial, companhias ou associações, e por particulares, com ou sem auxilio da União e dos Estados.
Capítulo V - Colonização Por Companhias Ou Associações, E Particulares	
Artigo 80b	Quanto a inserção de famílias imigrantes: [...] área necessária, a juizo do Governo, para o estabelecimento de 50 familias de imigrantes, pelo menos, em igual numero de lotes ruraes, contiguos, ou disseminados em uma região cujo raio maximo não exceda de 12 kilometros.
Artigo 80c	Quanto a sua localização: [...] à distância conveniente de centros comerciais e aos quais se liguem por estrada de ferro ou de rodagem [...] existência de mananciais, de água potável [...]

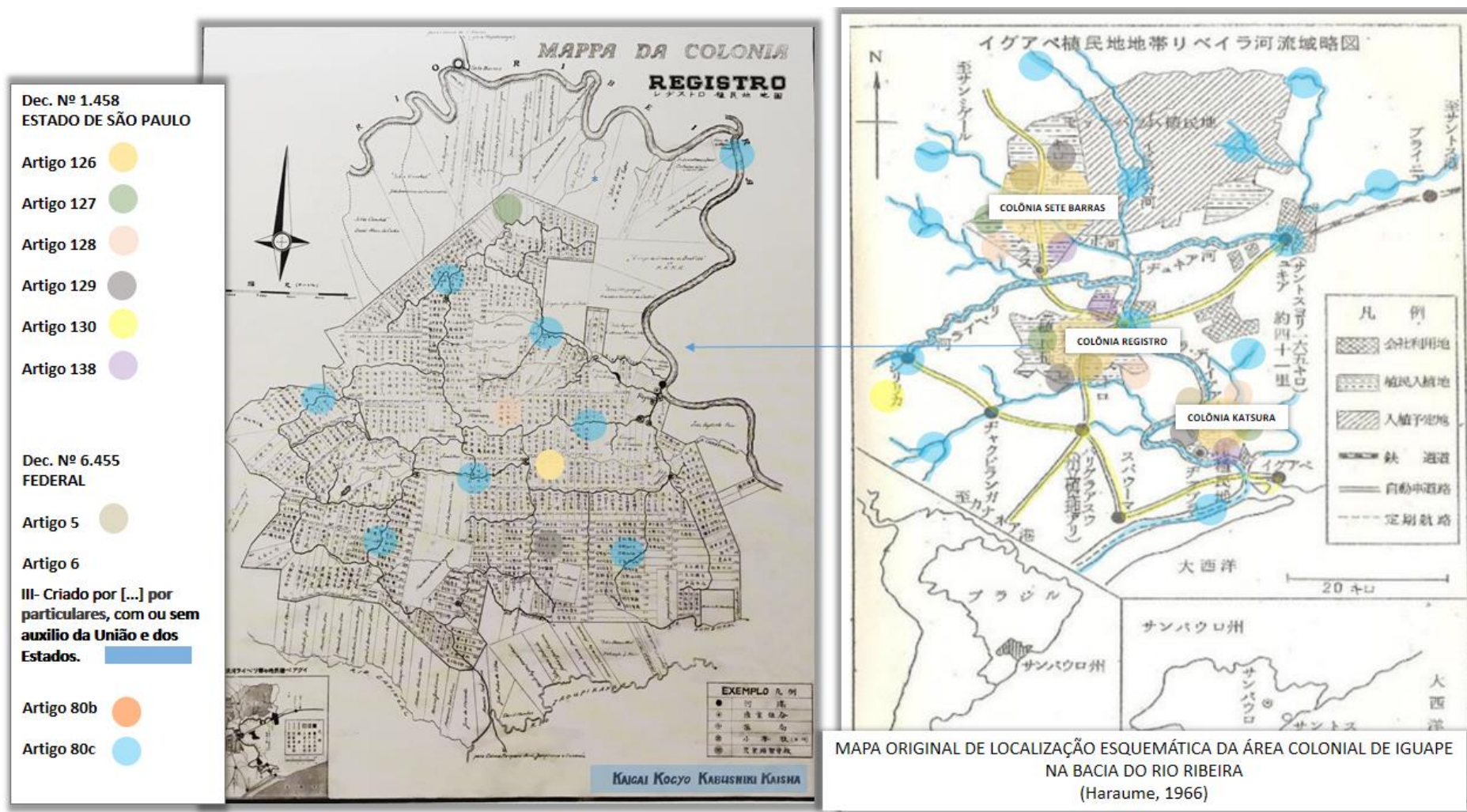
Fonte Decreto 6455: Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Produzido pelo autor.

Quadro 13: Artigos analisados do Decreto Estadual, quanto a fundação das Colônias Iguape e Hirano.

Artigos analisados no Decreto Estadual Nº 1.458 / PARTE II - Da colonização / SECÇÃO I -Da Colonização Oficial /Título I - Da criação de Núcleos Coloniais	
Dá regulamento para execução da lei n. 1045 C, de 27 de Dezembro de 1906, que dispõe sobre a imigração e colonização no territorio do Estado.	
Artigo 126	Quanto o parcelamento da área: Cada nucleo colonial será, conforme a sua extensão, dividido em secções ou districtos, além da respectiva séde ou sedes.
Artigo 127	Quanto as características dos lotes: Os lotes de cada núcleo serão de duas espécies: urbanos ou da sede e rurais.
Artigo 128	Quanto as características dos lotes rurais: Os lotes urbanos serão destinados a futuras povoações, e os rurais serão exclusivamente destinados à lavoura.
Artigo 129	Quanto as características dos lotes urbanos: Das terras adquiridas para cada nucleo, se discriminará uma área para a futura povoação, na qual se demarcarão lotes urbanos de 2.500 metros quadrados quantos forem necessários.
Artigo 130	Quanto os Campos de Demonstração: Nos núcleos coloniais destinados para a localização de imigrantes recém chegados, se discriminará também uma área para um campo de demonstração, que será mantido pelo Governo.
Artigo 138	Quanto a inserção de famílias: Para que possa obter concessão de lote rural, deverá o pretendente ter familia.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Produzido pelo autor.

Figura 79: A Colônia Iguape em observância aos decretos Federal e Estadual de 1907



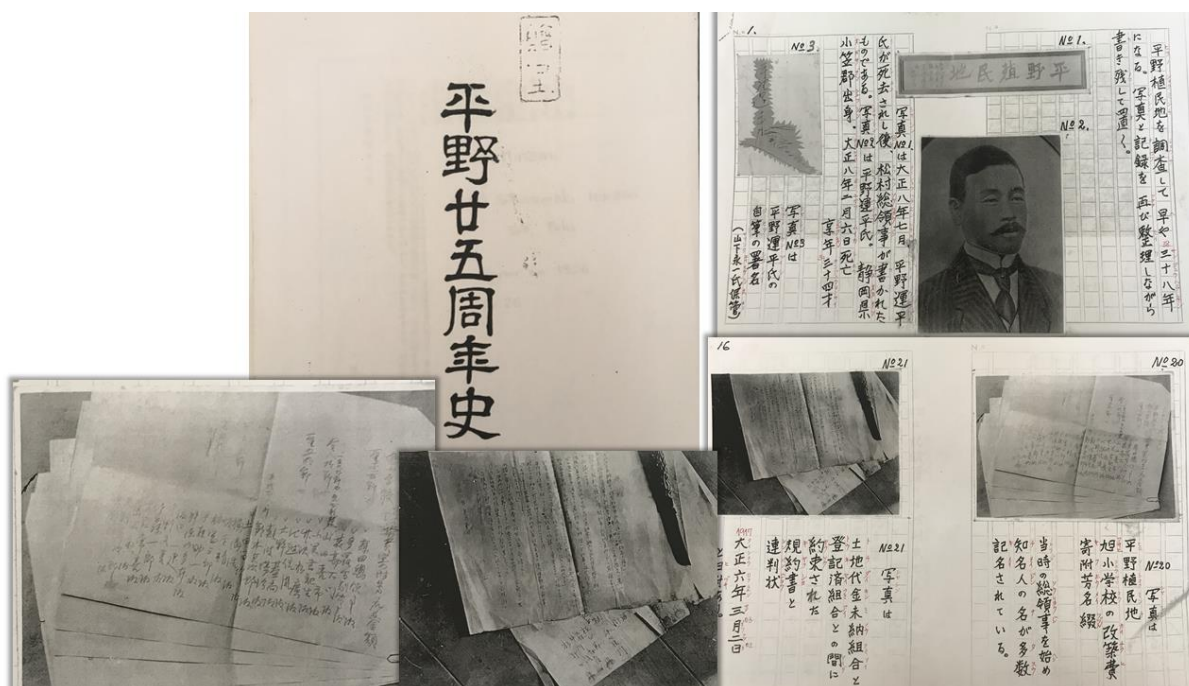
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Colônia Shokuminchi Hirano

As informações acerca das Colônias Shokuminchi localizadas pelo estado São Paulo são de raro e difícil acesso, tendo em vista a escassez de documentos primários comprobatórios e diante de toda memória nostálgica envolvida no tema, sobre o qual muitas informações são repassadas de forma oral. Assim, as informações aqui processadas acerca da Colônia Hirano, têm como referência a National Diet Library²⁷, bem como valiosos materiais de propriedade da Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano, localizada no distrito de Três Barras, pertencente ao município de Cafelândia, SP.

Um dos materiais consultados, disponibilizado pela Associação, trata-se de um registro de memórias, datado de 1938, escrito por Fumihide Okubo, antigo morador da Colônia Hirano, na comemoração dos 23 anos da sua fundação. Este “Diário” foi catalogado, traduzido, porém ainda não publicado; no entanto, foi gentilmente disponibilizado por esta Associação, conforme fragmentos fotografados e expostos na Figura 80.

Figura 80: Fragmentos do Diário de Fumihide Okubo, 1938.



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

²⁷ A National Diet Library é uma instituição japonesa, que na tradução livre do termo refere-se à Biblioteca do Parlamento Nacional.

Outro material analisado de grande importância foi um registro comemorativo dos 25 anos da Colônia Hirano, produzido em 1940 pela Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano que relata a trajetória da Colônia com a tradução de alguns textos e documentos, catalogados e organizados pela diretoria à época.

A história da Colônia Hirano se inicia já com a primeira leva de imigrantes japoneses enviados para a Fazenda Guataparã, na figura do intérprete Umpei Hirano, responsável pelo bom relacionamento estabelecido entre os colonos nipônicos e a administração local.

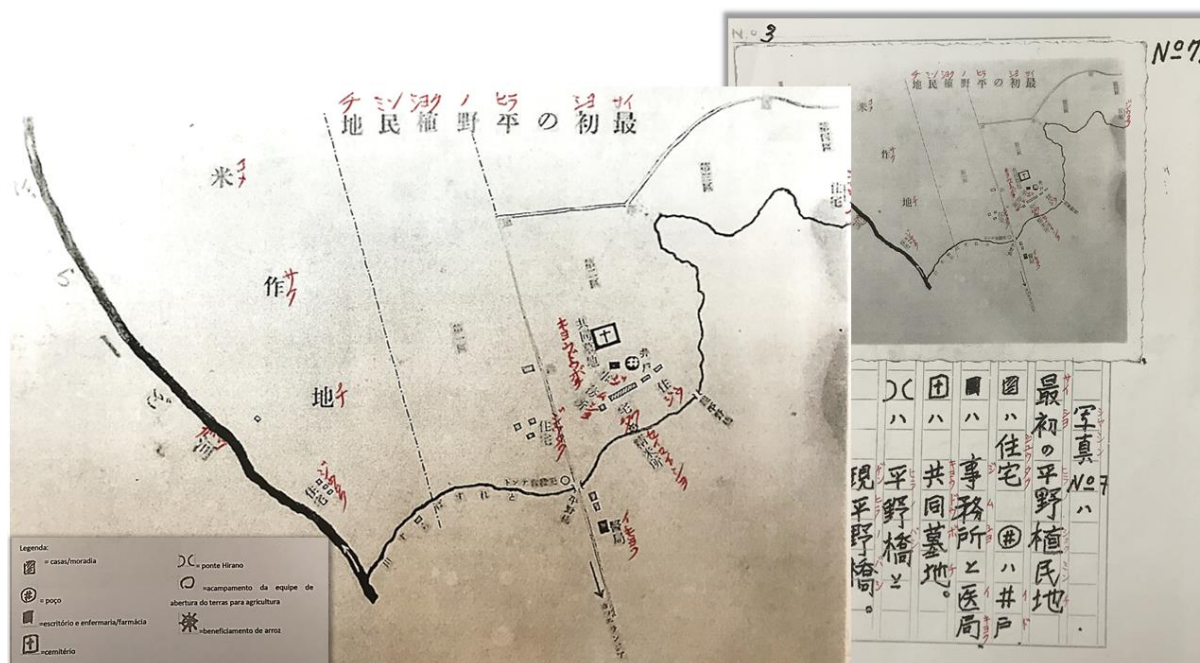
Hirano ocupou o cargo de vice administrador da fazenda; durante a sua passagem procurou intervir pelos direitos de seus patrícios. Durante este período, tratou de recrutar aproximadamente 200 famílias entre esta e outras fazendas da região, para a viabilização de sua própria colônia, uma área inexplorada de 1.620 alqueires, situada às margens do rio Dourado, a 13 km a nordeste da estação de Presidente Penna, futura Cafelândia.

O início da empreitada se deu em agosto de 1915, através da empreitada de 20 jovens, conforme cita o material, que foram responsáveis pela provisão da infraestrutura necessária para o início dos serviços, e em dezembro deste mesmo ano, 82 famílias já se dedicavam ao cultivo do arroz nas terras da colônia.

Apresenta-se um croqui da área (Figura 81) que recebeu os desbravadores e desta maneira estabeleceu as primeiras movimentações da Colônia, observando-se a posição do acampamento da equipe de abertura de terras para a agricultura, moradias, edifício dedicado ao escritório, enfermaria e farmácia, poço, espaço para o beneficiamento do arroz e um cemitério. Este cemitério recebeu as vítimas da malária já no primeiro ano de funcionamento da colônia, totalizando 80 pessoas.

Esta área representada no croqui (Figura 81), localizava-se relativamente distante do centro geográfico da colônia onde estavam implantados outros equipamentos de uso comunitário. Atenta-se que esta era a área mais próxima da zona urbana de Cafelândia, a aproximadamente 15 km.

Figura 81: Croqui da implantação original da Colônia. Diário de Fumihide Okubo, 1938.



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Segundo o National Diet Library, os anos iniciais que seguiram após a sua fundação apresentaram grandes dificuldades para os imigrantes, sendo que, em 1917, a plantação de arroz da Colônia foi destruída por uma grande nuvem de gafanhotos, e, no ano seguinte, a região foi assolada por uma grande seca. Em fevereiro de 1919, o próprio Umpei Hirano faleceu, aos 34 anos de idade, também vítima da malária.

A Figura 68 apresenta o Mapa Ilustrativo da Colônia Hirano, produzido pela senhora Taneko Yamashita, aproximadamente no ano de 1922. Infelizmente, pela sua baixa resolução e impossibilidade de acesso ao material original, poucas informações são possíveis de serem extraídas.

Figura 82: Mapa Ilustrativo da Colônia Hirano, produzido pela senhora Taneko Yamashita, aproximadamente em 1922



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

A colônia obteve sucesso com a plantação de café e algodão e, por volta de 1933, (fora do arco temporal estabelecido para esta dissertação) apresentou-se a expansão de suas terras para a ordem de 3.849 alqueires.

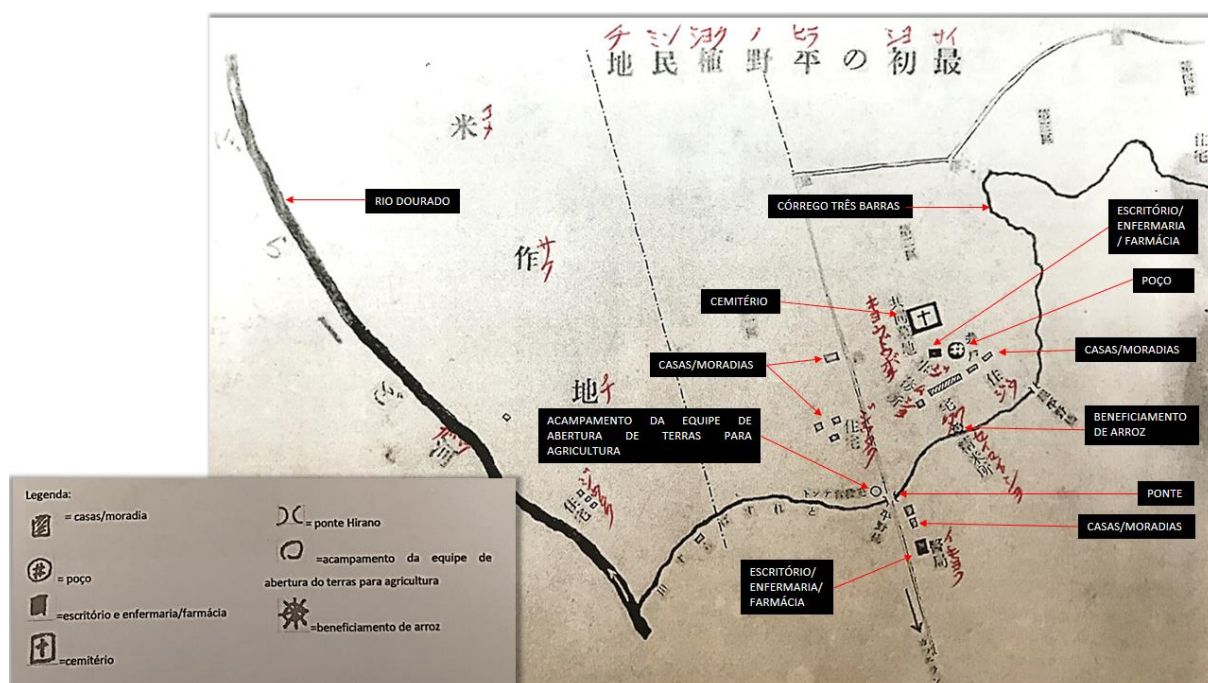
No que se refere à análise da organização espacial deste pequeno complexo, buscou-se comparar os itens correspondentes às diretrizes empregadas na criação dos Núcleos Coloniais Federais e Estaduais expressos pelos Decretos Nº 1.458 – Estado de São Paulo e Dec. Nº 6.455 – Federal, já abordado anteriormente, com a sua representação no mapa, bem como as informações coletadas nos documentos analisados.

A base cartográfica utilizada para esta verificação foi o mapa do loteamento da Colônia Hirano, datado de 1922, cujo material encontra-se disponível no Núcleo de Acervo Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo, já apresentado anteriormente na Figura 49, do item 5.1.

As orientações para a criação de Núcleos Coloniais no estado, segundo o Decreto Nº 1.458, de 10 de abril de 1907, que dispõe sobre a imigração e colonização no território do Estado do Estado de São Paulo, apresenta sete artigos que corroboram para a identificação destas diretrizes implantadas na construção da Colônia Hirano.

Dentre estes, o Artigo 126 aponta para a possível divisão dos núcleos em seções ou distritos, de acordo com a dimensão de seu território, bem como para a demarcação de uma ou demais sedes administrativas, neste caso identificado tanto pelo croqui da área inicial do desbravamento da colônia, com os edifícios identificados como escritórios, enfermaria e farmácia (Figura 83).

Figura 83: Croqui da Colônia Hirano em sua fase inicial - Diário de Fumihide Okubo, 1938.



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano. Produzido pelo autor.

Quanto a classificação dos lotes, o Artigo 127 identifica que estes serão de duas espécies: os urbanos e os rurais. Na Figura 84 observa-se a residência provisória estabelecida em um dos lotes rurais da colônia, pela família do senhor Eichi Yamashita, construída em meados de 1916. No ano do registro do Diário, em 1938, esta construção já não existia mais.

Figura 84: Residência provisória estabelecida em um lote rural da Colônia Hirano – Família Yamashita



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Aponta-se para o traçado da Colônia Hirano, com a demarcação dos seus lotes centrais, reservados para o uso comum, dotados de um caráter urbano. Esta área centralizada apresentava a implantação da Loja (armazém), bem como da Escola, que reservava uma área livre, direcionada às práticas esportivas e culturais, características das colônias japonesas, conforme observa-se na Figura 85.

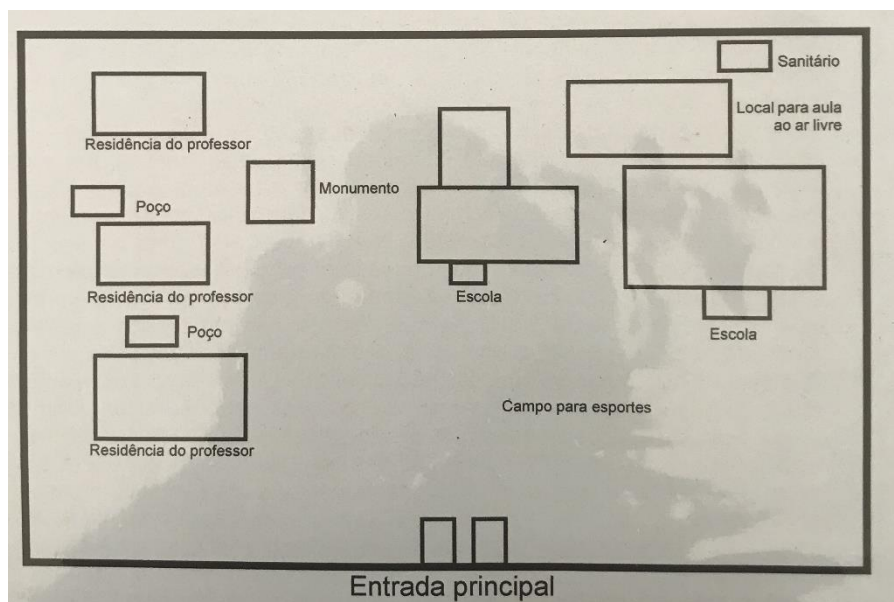
Figura 85: Escola Ensino Fundamental da Colônia Hirano



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

A Figura 86 apresenta um croqui produzido pela Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano, tendo em vista o complexo Escolar da Colônia Hirano.

Figura 86: Croqui do Complexo de Ensino Fundamental da Colônia Hirano



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

A colônia também contava com o Oterá (Figura 87), local reservado para encontros religiosos. No entanto este edifício não pode ser identificado no mapeamento utilizado como referência.

Figura 87: Oterá da Colônia Hirano



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Quanto à utilização dos lotes rurais, segundo o Artigo 128 deste decreto, estes deveriam ser destinados exclusivamente à lavoura e os lotes urbanos serão destinados a futuras povoações. A Figura 88, apresenta a lavoura de algodão na década de 1930, local do plantio inicial de arroz pelos primeiros moradores, na Colônia Hirano.

Figura 88: Lavoura de algodão da Colônia Hirano



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Ainda sobre a criação de lotes urbanos nos Núcleos Coloniais do estado de São Paulo, o Artigo 129 dispõe que sobre as terras adquiridas para os núcleos, deverão se discriminar uma área para a futura povoação, com demarcação de 2.500 metros quadrados ou quantos forem necessários. Sobre este ponto de vista, na análise realizada, não se pode identificar no mapeamento tal área, porém algumas regiões limítrofes aos lotes iniciais corroboram para esta possível identificação, segundo relatado pela Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano.

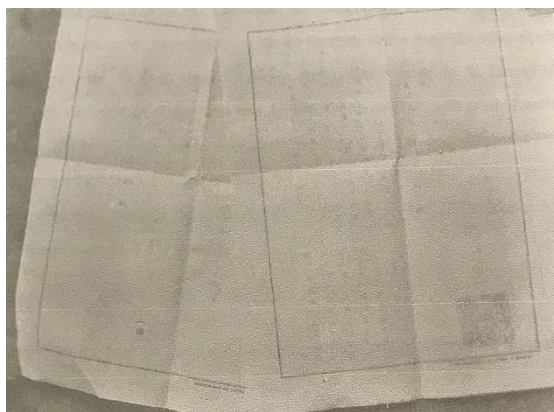
Sobre os Núcleos Coloniais destinados para a localização de imigrantes, recém chegados, se discriminará uma área para um campo de demonstração, que será mantido pelo Governo, conforme apontava o Artigo 130 do Decreto. Este item, assim como o anterior, não pode ser identificado claramente, no entanto tanto os lotes 8, 11 e 12 que serão identificados em mapeamento, posteriormente, apresentam a inscrição de Brasil;

infere-se que estes lotes poderiam ter alguma participação do governo através destes campos de demonstração ou ações conjuntas.

A Colônia Hirano apresentava a área inicial de 1.620 alqueires, divididos em 18 lotes de aproximadamente 90 alqueires cada. Correlacionando-se a forma de parcelamento do solo orientado pelo Artigo 131, quanto a área dos lotes rurais apresentarem no máximo 50 hectares ou 20,66 alqueires, identifica-se orientação em consonância com o apresentado pela Colônia Hirano.

Conforme citado anteriormente, observou-se que no primeiro ano de funcionamento a Colônia contava com 82 famílias. O Artigo 138 declara que para que se possa obter a concessão de lote rural, deverá o pretendente ter família, conforme identificado. Apresenta-se também na Figura 75, um documento registrado no consulado japonês em Bauru, em 15 de março de 1917, contendo a relação das famílias pagadoras e devedoras dos lotes adquiridos na Colônia Hirano.

Figura 89: Relação dos pagadores e devedores dos lotes rurais da Colônia Hirano em 1917



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Realizou-se a análise, assim como ao Decreto Estadual, do Decreto Federal Nº 6.455, de 19 de abril de 1907 que aprovava as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional, o qual buscou-se correlacionar suas diretrizes para a criação de Núcleos Coloniais Oficiais, às características apresentadas na fundação da Colônia Hirano.

Segundo o Título II, da colonização, Capítulo I - dos Núcleos Coloniais e sua Fundação, observou-se o Artigo 5 que define as bases para a criação destes complexos rurais com a “reunião de lotes, medidos e demarcados, de terras escolhidas, férteis e apropriadas à agricultura ou à indústria agropecuária, em boas condições de salubridade, com abundância de água potável para os diversos misteres da população”. Características identificadas na composição do traçado da Colônia Hirano.

Na Figura 90, apresenta-se um dos cursos hídricos que abasteciam a Colônia, o Ribeirão Três Barras e os vestígios da ponte construída na época da colonização.

Figura 90: Rio Três Barras na Colônia Hirano



Fonte: Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano

Neste Decreto Federal, o Artigo 6 identificava as formas de implantação dos Núcleos Coloniais, no que tange as possíveis responsabilidades administrativas, as quais poderiam se dar com ou sem o auxílio da União ou do Estado de São Paulo. No caso desta colônia, tendo ela sido criada através da iniciativa particular, através das articulações do senhor Umpei Hirano, sob os cuidados do consulado japonês, não observou-se nenhum auxílio por parte do governo brasileiro.

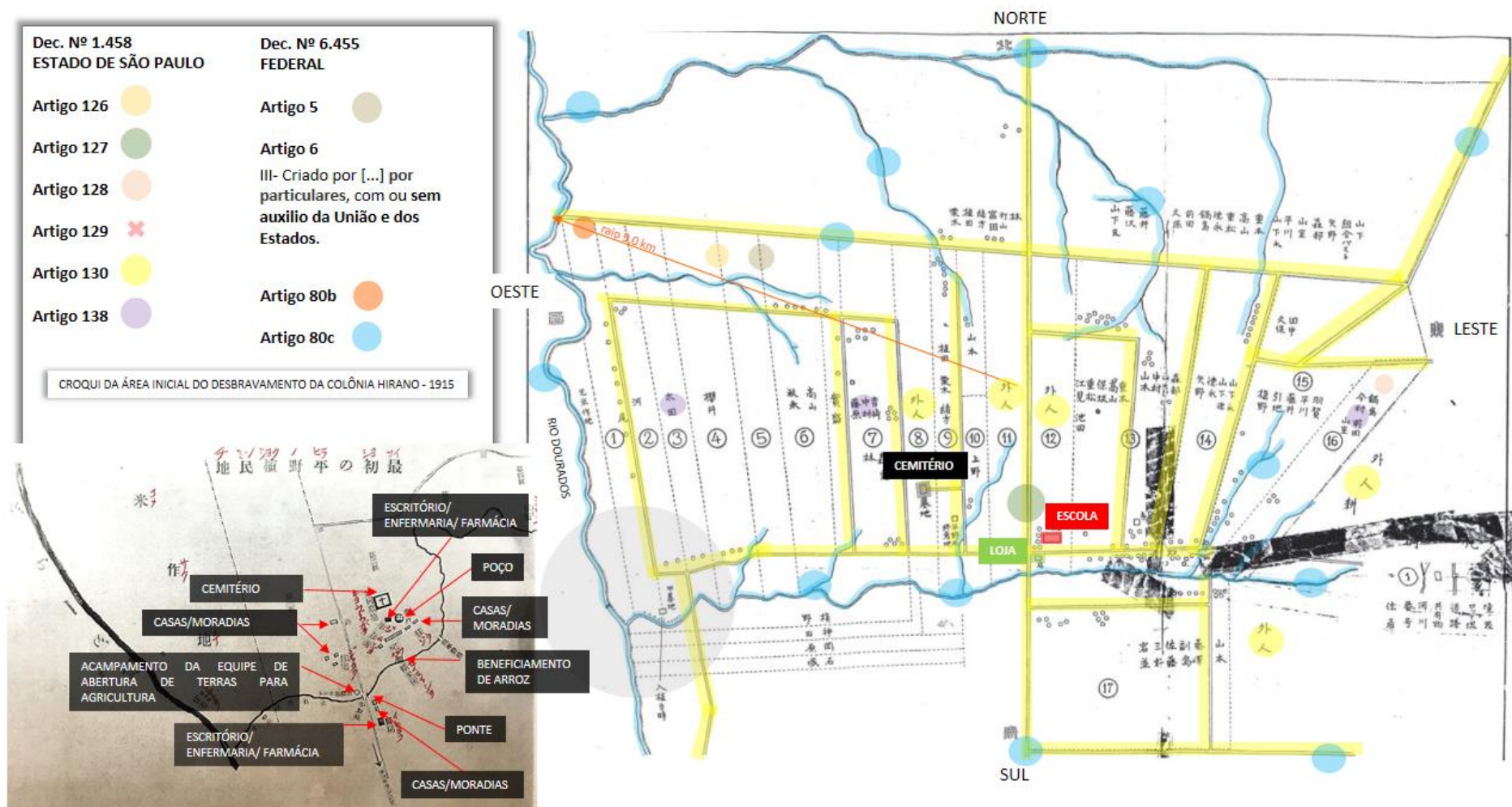
O Artigo 80b previa o estabelecimento de 50 famílias de imigrantes nos Núcleos Coloniais, prevendo-se igual número de lotes rurais, contíguos, ou disseminados em uma região cujo raio máximo não excedesse a 12 quilômetros. Conforme citado anteriormente o

número de 82 famílias que inicialmente adentraram a Colônia supera este direcionamento do Decreto Federal, no entanto quanto a subdivisão dos seus lotes, proporcionalmente ao número de famílias instaladas, não se observou na Colônia Hirano, ainda que os lotes identificados eram divididos entre as famílias adotando-se também a prática do arrendamento de partes dos lotes. Ainda assim o raio máximo atingido por esta colônia apresentava aproximadamente 9 quilômetros de comprimento.

Ainda que a área inicial explorada pela Colônia Hirano tenha se apresentado como de mata virgem, exigindo-se grandes esforços dos pioneiros, a partir de um reconhecimento inicial correlacionou-se as características mínimas para a criação dos Núcleos citadas no Artigo 80c, o qual apontava para a necessidade da escolha de terras férteis, em zona absolutamente salubre, com distancia conveniente de centros comerciais que tenham conexão por estrada de ferro ou de rodagem, em condições que permitam aos colonos a expansão nas culturas e industrias, e na venda dos produtos. O artigo ainda reafirma para a orientação na escolha de territórios com a existência de mananciais de agua potável, observáveis na área do loteamento da Colônia.

A seguir, apresenta-se uma montagem esquemática, Figura 91 quanto a observância das diretrizes para a criação de Núcleos Coloniais Oficiais apresentadas pelo decreto estadual de 10 de abril de 1907, este em execução à Lei 1045C, de 27 de dezembro de 1906, que versava sobre a imigração e colonização do estado de São Paulo. Na ilustração aponta-se também a observância das orientações dispostas no Decreto Federal de 19 de abril de 1907 para a criação de seus núcleos pelo território brasileiro, bem como o croqui contendo a área do local de chegada dos pioneiros nas terras da colônia e o seu complexo inicial

Figura 91: A Colônia Hirano em observância aos decretos Federal e Estadual de 1907



Fonte: Elaborado pelo autor

Posteriormente, na Figura 92, apresenta-se uma montagem com a sobreposição do mapa inicial do loteamento da Colônia Hirano à imagem atualizada da região registrada via satélite (Google Maps). Observa-se que o parcelamento do solo, conforme mapeamento original apresenta-se descaracterizado, no entanto ainda apresentando lotes remanescentes, ainda que estes também tenham sofrido alterações. Ressalta-se que ainda existe a atuação de famílias japonesas, com seus descendentes (como por exemplo a Família Yamashita) no trabalho com a agricultura, atualmente com predominância do plantio da cana de açúcar, visto a presença de uma usina beneficiadora implantada nas proximidades do pequeno complexo existente.

Aponta-se para a implantação de edifícios, dispostos conforme planejamento inicial da colônia, no que diz respeito a uma centralidade em relação aos demais lotes, bem como o caráter comunitário do seu uso que perdura até os dias atuais, através dos descendentes dos imigrantes, da comunidade nipônica e todo público em geral. O pequeno complexo, centralizado em relação ao traçado original da colônia, dispõe de edifícios como o templo budista, o kaikan, campo de baseball, memorial Umpei Hirano e a Associação Cultural Agrícola e Esportiva Hirano.

Observa-se também, na região oeste, na parte inferior da implantação original, o local da chegada dos pioneiros, ponto mais próximo da zona urbana do município de Cafelândia, aproximadamente a 15km de distância da área central. Atenta-se que a implantação da colônia se deu no bairro rural denominado Três Barras, atual distrito da cidade de Cafelândia.

Figura 92: A Colônia Hirano na atualidade.



Fonte: Elaborado pelo autor

5.3 Conclusões Capítulo 3

Observou-se, com o estudo de caso das Colônias Iguape e Hirano, situações distintas, no que se refere à estrutura de implantação dos empreendimentos. Observou-se, diante da sua estrutura, que o empreendimento localizado no Vale do Ribeira, a Colônia Ijuchi Iguape, apresentava características de implantação conforme as diretrizes dos Núcleos Coloniais Oficiais. Ainda que o contrato junto ao governo do estado anteviu uma série de compromissos a serem realizados pelo poder público, diante da prosperidade e do planejamento da colônia, esta os realizava de forma independente, em busca do desenvolvimento e bem estar dos seus moradores.

Neste modelo, o poder público onerava o mínimo possível os seus empenhos, direcionando a realização dos serviços básicos de infraestrutura, preferencialmente em conjunto com a companhia tutelada contratada. Entende-se que dessa forma buscava-se realizar a ocupação e o desenvolvimento de regiões estratégicas no Estado, com o mínimo de ações que demandassem grandes esforços, e ainda assim assegurar os interesses e supervisão do governo paulista.

Paralelamente a este contexto empresarial tutelado pelo governo nipônico, observou-se em maior quantidade, e de forma pulverizada pelo território paulista, a implantação das Colônias Shokuminchi, como o caso da Colônia Hirano, que diferente da Colônia Ijuchi Iguape se encontrava em meio ao oeste paulista. Esta Colônia, juntamente com outras (Ijuchi e Shokuminchi) identificadas no período se encontravam ao longo da CFNOB, uma região em franca expansão, ainda que pouco explorada.

Diante da análise da legislação para a implantação dos núcleos oficiais, em relação a esta Colônia observa-se que existiu a obediência das orientações mínimas, no que se refere os seus lotes rurais. Em relação aos lotes urbanos mencionados na legislação, estes apresentaram características aquém das apresentadas aos rurais, entretanto identificando-se a sua presença de um senso comunitário no uso dos espaços destinados ao convívio social.

A estes lotes centrais em relação aos demais, encontrava-se um amplo espaço aberto, como uma praça rural que proporcionava a prática esportiva e cultural. Nesta área da colônia localizavam-se edifícios de uso comum para demais atividades como o Kaikan, o templo budista, como os de cunho administrativo, os “escritórios” da colônia.

A forma de organização espacial deste pequeno complexo (Colônia Hirano) pode ser identificada em inúmeras Colônias Japonesas, do tipo Shokuminchi, bem como nas sessões das Colônias Ijuchi, como o caso da citada Colônia Iguape, com as sessões Katsura, Registro e Sete Barras.

Dessa forma evidenciou-se o pioneirismo destes imigrantes que buscaram na posição de pequenos produtores rurais, uma alternativa à exploração da monocultura cafeeira como ocupação exclusiva e assalariada nas fazendas tradicionais paulistas.

Os trabalhos desenvolvidos nos lotes rurais destas Colônias, com ou sem a intervenção direta do poder público, fosse ele brasileiro ou japonês, demonstraram a oportunidade de se explorar novas terras num período em que o governo estadual deixou de investir na criação de novos Núcleos Coloniais. Aponta-se que ambas as Colônias analisadas, assemelhavam-se na dinâmica empreendida pelos imigrantes japoneses, principalmente no que diz respeito a organização espacial. A análise identificou que em face a legislação para a fundação de colônias oficiais no Estado de São Paulo, ambas seguiram o mesmo direcionamento, ainda que devido as proporções da Colônia Hirano alguns elementos pudessem ser menos evidentes que na Colônia Iguape.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da imigração japonesa no Brasil é um tema repleto de características peculiares, que permeiam diversas linhas de pesquisa.

É importante ressaltar que a política de ocupação das terras paulistas foi dotada de toda uma orientação rural, cujo início se deu ainda no império brasileiro através de seus Núcleos Coloniais. Ao longo do tempo, essa política buscou atender às necessidades do grande latifundiário, no entanto através de parcerias estabelecidas e regulamentadas com o pequeno produtor rural ateu-se também às oportunidades geradas neste dinâmico sistema, buscando-se promover a diversificação da produção em suas terras.

A intenção da presente dissertação foi traçar um panorama da ocupação das terras paulistas, pelo imigrante japonês, a partir da sua chegada em 1908 até o ano de 1924, quando cessou-se os subsídios dados às passagens por parte do governo paulista. Assim coube ao governo japonês assumir os custos para a continuação do abastecimento do fluxo através de uma política de estado que promovia a imigração de seus patrícios por diversas partes do mundo e em particular o território paulista, naquele momento.

Observou-se que, no curto espaço de tempo analisado, a condição do imigrante nipônico apresentou uma dinâmica calcada nas oportunidades oferecidas pelos contratos que estabelecidos entre o governo e as companhias colonizadoras, bem como através do empreendedorismo do pequeno proprietário rural, que de forma independente participou do processo de ocupação do estado promovendo uma série de alternativas diante da monocultura cafeeira vigente.

Esta monocultura que proporcionou o desenvolvimento do estado estava sob o controle de latifundiários influentes no cenário político paulista, que a partir da instituição do fim do trabalho escravo, buscaram na imigração a oportunidade de recrutamento de funcionários assalariados para o trabalho nos seus cafezais. É fato que toda a dinâmica já estabelecida anteriormente em relação a mão de obra, necessitou de um rearranjo que envolveu diretamente a corrente imigratória japonesa, com suas características tão peculiares em relação aos hábitos ocidentais.

A política agrária empreendida pelo estado paulista em consonância com a do imigrante japonês promoveu o desenvolvimento de várias regiões do estado de forma ágil, porém sujeita a erros e acertos diante do vasto e promissor território a ser desenvolvido.

Observou-se que no período de 1911 a 1930 o governo estadual suspendeu a criação de seus Núcleos Coloniais, atendo-se a administração dos já existentes, ao passo que, ao imigrante japonês apresentou-se a possibilidade de tornar-se um pequeno proprietário rural. Esta possibilidade se deu com a venda de parcelas de propriedades já estabelecidas (fazendas), como também com a ocupação de áreas inexploradas, portanto carentes de uma infra estrutura mínima em que a sua execução, eram dispostas em contratos ou sob responsabilidade do estado e do empreendedor, de um modo geral.

A ação do imigrante japonês diante das oportunidades se deu de inúmeras maneiras, cada qual com a sua particularidade e, de uma forma geral, a sua distinção no que tange a implantação de suas Colônias se deu de duas formas distintas.

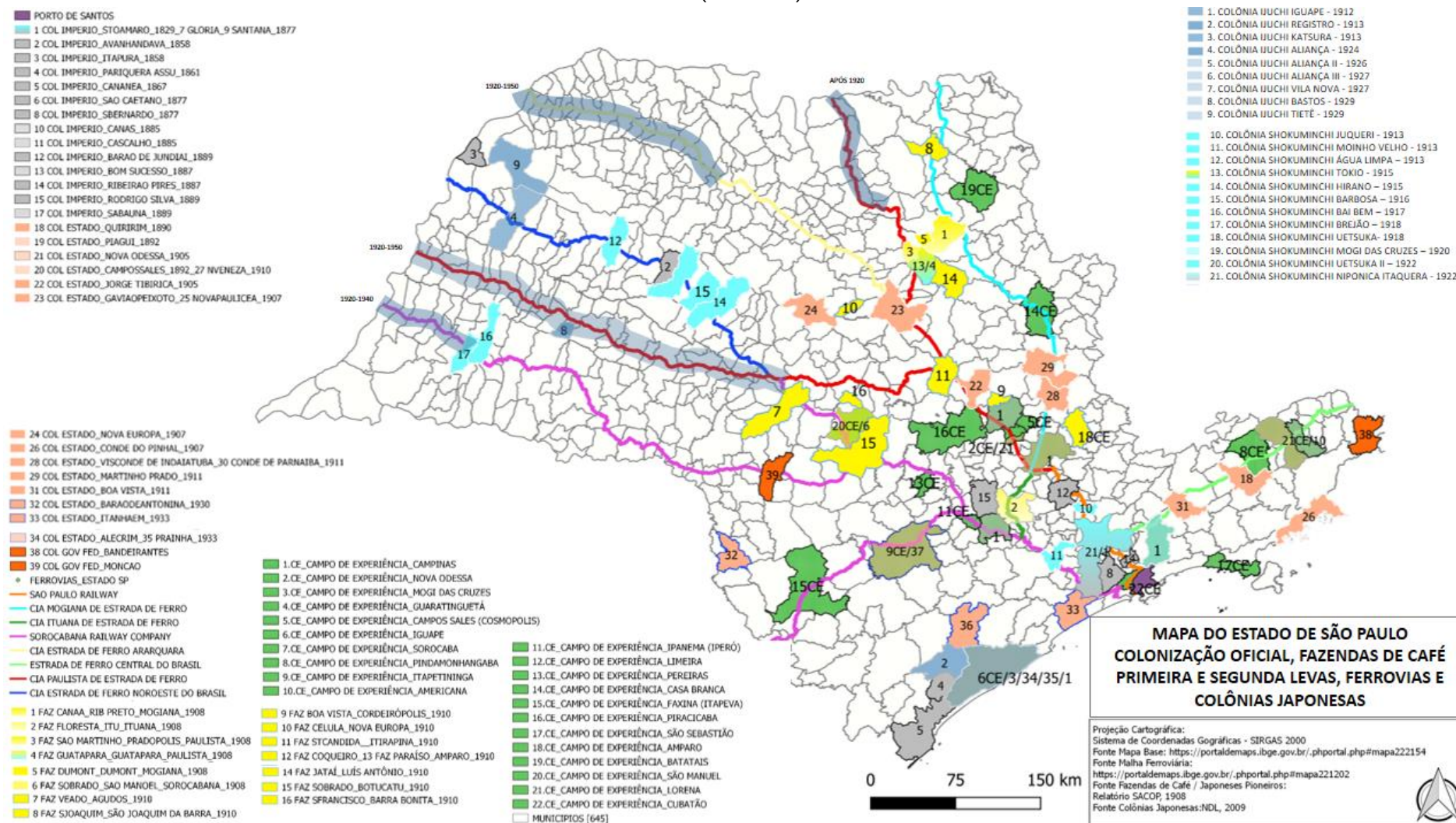
A primeira delas, as Colônias Ijuchi apresentaram a tutela do seu governo, como o estudo de caso apresentado da Colônia Iguape, localizada no Litoral Paulista, que apresentou uma infra- estrutura superior às demais como as do tipo Shokuminchi.

As Colônias Shokuminchi, representadas nesta pesquisa pela Colônia Hirano, na região oeste do estado, provinham da iniciativa particular, as quais foram fundadas em maior quantidade, porém dotadas de uma infra-estrutura que dependia diretamente dos esforços dos seus próprios colonos, sem o auxílio governamental.

O mapeamento apresentado a seguir sintetiza uma série de informações apresentadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, quanto à mobilidade do imigrante japonês no estado paulista, o qual demonstrou inicialmente sua concentração em regiões de antigas fazendas cafeeiras, bem como no litoral, em Colônias Ijuchi fundadas pela parceria estruturada das companhias colonizadoras japonesas e o governo paulista no aproveitamento de terras devolutas com potencial desenvolvimento. No Mapa 20, a seguir, identificou-se a localização atual dos municípios a que pertenciam os Núcleos Coloniais Imperiais e os Núcleos Coloniais do Estado dotados de seus Campos de Experiência. Identificou-se também as fazendas de café receptoras das duas primeiras levadas de colonos assalariados e por fim as Colônias Japonesas fundadas entre 1908 e 1924. Identificou-se também o traçado ferroviário de importantes companhias que atuaram no estado paulista em face a sua produção agrícola e a mobilidade na sua distribuição populacional.

Diante do material levantado e processado, caracterizou-se como de fundamental importância a implantação destas Colônias Japonesas para a ocupação e desenvolvimento das terras paulistas por estes imigrantes de hábitos e costumes tão distintos, que encontraram nas oportunidades oferecidas pela próspera nação brasileira uma segunda pátria.

Mapa 20: Mapa do Estado de São Paulo com a localização atual dos municípios da Colonização Oficial, Fazendas de Café dos pioneiros, Colônias Japonesas e ferrovias (1908-1924)



Fonte: Elaborado pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Decreto 1458 – Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - Secretaria Geral Parlamentar – Departamento de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1907/decreto-1458-10.04.1907.html>, acessado em 01/08/2021).

Decreto Federal 6455, de 19 de abril de 1907. Portal da Câmara dos Deputados do Brasil.

Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1907. Arquivo público do estado de São Paulo, APESP.

Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1908-1909. Arquivo público do estado de São Paulo, APESP.

Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1912-1913. Arquivo público do estado de São Paulo, APESP.

Relatório da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo de 1914. Arquivo público do estado de São Paulo, APESP.

Censo da Imigração Japonesa no Brasil de 1958. Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa do governo do Japão.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Projeção Cartográfica: Sistema de Coordenadas Geográficas - SIRGAS 2000

Fonte Mapa Base: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222154>

Fonte malha ferroviária: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa221702>

FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, Gustavo Henrique Gomes de. **Do Japão ao Brasil: trabalhadores japoneses em São Paulo (1908-1922)**. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual de Campinas. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012. Disponível em, <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281547> acessado em 01/05/2020.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. Editora UNESP/FAPESP 2008.

CHRYSTOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. **Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000008>, acessado em: 06/11/2020.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira**. Educação & Sociedade, ano XXI, n 72, Agosto/2000.

DEZEM, Rogério Akiti. **Um exemplo singular de política imigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos Núcleos Pioneiros de Colonização Japonesa no estado De São Paulo (1910-1930)**. Proin-Projeto Integrado - Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, 2011.

GONÇALVES, Rogério Bessa. **O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100002&lang=pt, acessado em 13/07/2021.

HALL, Michael M. **Os fazendeiros Paulistas e a Imigração** in TEIXEIRA, Fernando et al República, Liberalismo, Cidadania, Piracicaba: UNIMEP, 2003.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HIJIOKA, Akemi. **Minka- Casa dos Imigrantes Japoneses no Vale do Ribeira**; orientador Akemi Ino. Tese de doutoramento. São Carlos, 2015. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102131/tde-12012018-101224/publico/CorrigidaAkemiHijioka.pdf>. Acessado em 01/05/2020.

KIKUTHI, Olimpio Massaaki. **O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP: a relação com a agricultura**. Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2014
KODAMA, Kaori. SAKURAI, Célia. **“Episódios da imigração: um balanço de 100 anos”**. In: IBGE. Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 210 p.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **Ferrovias e cidades no Oeste Paulista**. (A. S. Retto Junior, Norma Regina Truppel Constantino, M. Enokibara, Org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MIYAO, Susumu. **Posicionamento social da população de origem japonesa**. In: SAITO, Hiroshi. A presença japonesa no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1980, p. 91 a 100.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/ e Polis, 1984.

MOTOYAMA, Shozo. **Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil, volume I (1908-1941)**. São Paulo, Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil**. Centro De Estudos Nipo-Brasileiros, Massao Ohno Editor, 1984.

OBA, Diego e ENOKIBARA, Marta. **Japoneses pioneiros nas fazendas de café do interior paulista**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades v.07, n.51, 2019. DOI: 10.17271/23188472. Disponível em, <http://dx.doi.org/10.17271/231884727512019>. Acessado em 01/05/2020.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (l) migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI / São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. (Coleção Ensino & Memória, 2). Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/memoria_ebook/ver/historias-da-imigracao, acessado em 01/05/2020.**

PAIVA, Odair da Cruz. **Política de Colonização em São Paulo (1890-1945)1 Núcleos Coloniais e Áreas de Colonização: subsídios à grande propriedade**. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 35-53, jul.-dez./2008. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/article/download>, acessado em 10/05/2020

ROMERO, Laís Bim. **O Serviço de Distribuição de Muda e Sementes e o Fomento à arborização urbana do Estado de São Paulo no início do século XX**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019. Disponível em, <http://hdl.handle.net/11449/191021>. Acessado em 01/01/2021.

ROSSINI, Rosa Ester. **A intensidade das migrações e do êxodo rural/urbano**. Ciência e Cultura, São Paulo, 29(7): 779-803, jul. 1977.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Célia. **Primeiros polos de imigração japonesa no Brasil**. Revista USP, São Paulo, 1995.

SOUSA, Adriano Amaro de. **A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana**. Revista Formação. Doi: <http://dx.doi.org/10.33081/formacao.v2i14.650>, 2007.

SOUSA, Adriano Amaro de. **A formação histórica do Oeste Paulista: Alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa**. Geografia em Atos, n.8, v.1. Unesp, Presidente Prudente, 2008.

SCHIAVON, Taís. **Ferrovias e o processo de identificação e valorização do patrimônio industrial no Brasil. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as paisagens industriais da região Oeste do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/625>, acessado em 12/06/2021.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Imigração Japonesa no Brasil In: Resistência & Integração 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, IBGE, 2008. p. 137-149.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP. Presidente Prudente**: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

YAMAKI, Humberto. **Morfologia dos assentamentos rurais no Brasil: O Caso do Espaço Núcleo Rural do Paraná- Praças rurais**. Relatório de Pesquisa CNPq- Universidade Estadual de Londrina: 1997.

YAMAKI, Humberto. **Mini Atlas da Colônia Internacional**. Edições Humanidades. 2008.

YAMAKI, Humberto; FRANK, Humberto. **Definindo O Caráter De Paisagens Etnográficas: A Colônia Fazenda Três Barras No Paraná**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 27 (2014), p. 196-210

ZAMBONI, Sílvio Perini. **O Café No Norte Paulista: A Crise de 1929 na Fazenda Dumont**. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, Piracicaba, 1979.

SITES CONSULTADOS

Acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em: <http://www.museubunkyo.org.br/eventos/index.html>. Acessado em: 20/04/2019.

Associação Cultural e Esportiva Nikkey de Bastos: Às vésperas da colonização. Disponível em: <http://www.nikkeyweb.com.br/sites/acenba/internas.php?menu=8330&interna=73259>. Acessado em: 29 /01/ 2021.

Cidades IBGE – Bastos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bastos/historico>. Acessado em: 29 /01/ 2021.

Cidades IBGE – Cafelândia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/cafelandia/historico>. Acessado em: 29 /01/ 2021.

Colônia Hirano. Disponível em: <https://coloniahirano.org/>. Acessado em: 07/01/2020.

Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16039/a-colheita-de-cafe>. Acessado em: 29 /01/ 2021.

Exposição Virtual “Os 100 anos da Imigração Japonesa no Brasil”, no sítio da National Dietary Library (Biblioteca do Parlamento Nacional). Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/brasil/pt/index.html>. Acessado em: 12/04/2019.

Imigração japonesa – Museus, História e Depoimentos. Disponível em: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-2/>. Acessado em: 21/04/2019.

Nippo Brasil: Especial 112 anos da Imigração Japonesa. Disponível em: https://www.nippo.com.br/4.imigracao_japonesa/16.php. Acessado em: 21/04/2019.

Portal de Mapas do IBGE. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acessado em: 21/04/2019.e